



Beatriz Andrade Melo de Souza e Silva

**A construção de um sujeito político feminino na Argentina
e no Brasil pela via da memória e da maternidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Angela Randolpho Paiva

Rio de Janeiro
Agosto de 2018



Beatriz Andrade Melo de Souza e Silva

**A construção de um sujeito político feminino na Argentina e
no Brasil pela via da memória e da maternidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais do Departamento de
Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo assinada.

Profa. Angela Maria de Randolpho Paiva

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profa. Myrian Sepúlveda dos Santos

UERJ

Profa. Maria Celina Soares D'Araujo

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Augusto César Pinheiro da Silva

Coordenador Setorial do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Beatriz Andrade Melo de Souza e Silva

Graduou-se em História pela PUC-Rio em 2004. Trabalhou na Sociedade Brasileira de Alcoologia na divulgação da Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) coordenando a organização de congressos e eventos de informação ao público. Coursou o Programa de Especialização Lato Sensu em Sociologia, Cultura e Política pela PUC-Rio em 2015. É professora de História e Sociologia do Ensino Médio.

Ficha Catalográfica

Silva, Beatriz Andrade Melo de Souza e

A construção de um sujeito político feminino na Argentina e no Brasil pela via da memória e da maternidade / Beatriz Andrade Melo de Souza e Silva ; orientadora: Angela R. Paiva. – 2018.
122 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2018.
Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Movimentos sociais. 3. Maternidade. 4. Memória. 5. Mulheres. I. Paiva, Angela Randolpho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

A todas as mulheres, com ou sem filhos,
que transformam a dor de uma tragédia
em força para lutar.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Angela R. Paiva, pela disponibilidade, orientação e apoio, não só ao longo desse trabalho, mas também de todo o curso de mestrado.

Ao Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, pela possibilidade de enriquecer minha formação profissional. Aos professores, pelo conhecimento compartilhado e disponibilidade; aos funcionários e colegas, pelo apoio e acolhimento.

À PUC-Rio, pelos auxílios sem os quais esse trabalho não seria possível.

Aos amigos e família, agradeço muito todas as ajudas, companhias e anos me ouvindo falar sobre esse tema. Aos meus avós, que me ensinaram o valor do conhecimento. Aos meus pais, pela confiança e apoio incondicionais sempre. Ao meu marido, Maurício, pela paciência, apoio e bibliografia que me permitiram também concluir essa pesquisa. Aos colaboradores e amigos argentinos: *gracias* pelos documentos, contatos, livros e conversas tão importantes para a realização dessa pesquisa. À Val e à Karina, pela amizade e pela ajuda incomensurável!

Agradeço em especial aos amigos Carlos Eduardo Japiassu, Eloísa Martín, José Vicente Mendonça, Maria Elisa Noronha e Oswaldo Munteal, pelo estímulo para retomar os estudos. Aos professores do curso de especialização lato sensu em Sociologia, Política e Cultura, do Departamento de Ciências Sociais, dessa mesma instituição, onde nasceu a ideia desse trabalho.

Às professoras que participaram da banca examinadora.

Resumo

Silva, Beatriz Andrade Melo de Souza e; Paiva, Angela R. **A construção de um sujeito político feminino na Argentina e no Brasil pela via da memória e da maternidade.** Rio de Janeiro, 2018. 122 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho faz uma análise da construção de um sujeito político feminino no Brasil e na Argentina, nos anos 1970, pela via da memória e da noção de socialização política da maternidade. Para isso, foram comparados dois grupos: Mães da Praça de Maio (Argentina) e Movimento Feminino Pela Anistia (Brasil). As diferenças históricas de escolaridade e cultura cívica nos dois países, somada às distinções intrínsecas a cada sistema repressivo, deram origem a terrenos com oportunidades políticas específicas. Foi possível observar ao longo da análise documental desses dois grupos que, de forma semelhante, construíram, a partir da representação social da maternidade, ligada à esfera privada, uma estratégia de inserção na esfera pública, que traz em seu processo a construção de um sujeito político feminino. Desse modo, a luta por memória, dentro da perspectiva da socialização política da maternidade, torna-se elemento de construção de um sujeito consciente de sua capacidade de ação na esfera pública. Dentro dessa perspectiva, as trajetórias posteriores às redemocratizações das Mães da Praça de Maio e do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) mostraram que o que se deu na Argentina foi a construção de um movimento social, que reúne os elementos definidores desse conceito, completando 40 anos em 2017; já no Brasil, tratou-se de uma mobilização social que, após a Lei de Anistia em 1979, se fragmenta em outros movimentos ou formas de ação na esfera pública, que se dinamiza no país nos anos 1980 e 1990.

Palavras-chave

Movimentos sociais; maternidade; memória; mulheres.

Abstract

Silva, Beatriz Andrade Melo de Souza e; Paiva, Angela R (Advisor). **The development of a female political subject in Brazil and Argentina through the memory path and the notion of the political socialization of motherhood.** Rio de Janeiro, 2018. 122 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work analyses the development of a female political subject in Brazil and Argentina in the 1970s through the memory path and the notion of the political socialization of motherhood. For this purpose we compared two groups: the Mothers of the Square of May (Argentina) and the Women's Movement for Amnesty (Brazil). The historical differences in schooling and civic culture in the two countries, coupled with the intrinsic distinctions of each repressive system, gave rise to specific political opportunities. It was possible to observe throughout the documentary analysis of these two groups the construction - in a similar way, from the social representation of maternity, linked to the private sphere - a strategy of insertion in the public sphere. This strategy brought in its process the construction of a female political subject. In this way the struggle for memory within the perspective of the political socialization of motherhood becomes an element of the construction of a subject conscious of its capacity for action in the public sphere. In this perspective, after the re-democratization in the two countries, the trajectories of the Mothers of the Plaza de Mayo and the Women's Movement for Amnesty (MFPA) showed that what happened in Argentina was the construction of a social movement that brings together the defining elements of this concept, reaching its 40th anniversary in 2017. In Brazil, it was a social mobilization that, after the Amnesty Law in 1979, was fragmented into other movements or forms of action in the public sphere that became more dynamic in this country in the 1980s and 1990s.

Keywords

Social movements; maternity; memory; women.

Sumário

1. Introdução	10
1.1. Objetivo	19
1.2. Hipóteses	22
1.3. Referências Teóricas	23
1.4. Metodologia	27
2. As Mães da Praça de Maio: a socialização da maternidade e a politização do sujeito	30
2.1. Educação e mobilização política	37
2.2. Os militares no poder	41
2.3. A Guerra das Malvinas une a Argentina	48
2.4. A redemocratização argentina	49
2.5. HIJOS das <i>Madres</i>	54
3. Movimento Feminino pela Anistia (MFPA): maternidade e consenso como estratégia de luta	62
3.1. O ano de 1968 no Brasil	64
3.2. As mães contra a ditadura	66
3.3. Maternidade, Anistia e Sujeito: a trajetória de Glória Viana	86
3.4. Mobilização popular: conflito e consenso na cultura brasileira	89
3.5. A disputa narrativa: os conflitos da memória	93
4. Considerações finais	101
4.1. História e cultura cívica	102
4.2. As ditaduras da Argentina e do Brasil	104
4.3. Os processos de redemocratização e suas especificidades	106
4.4. Distinções entre os grupos: Mães da Praça de Maio e Movimento Feminino pela Anistia	107
4.5. Narrativas da memória	109
Conclusão	111
Referências bibliográficas	117
Sites Pesquisados	121

Lista de abreviaturas

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AI - Ato Institucional

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

Arena - Aliança Renovadora Nacional

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CBA - Comitê Brasileiro da Anistia

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

Conadep - Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

FEDEFAM - Fundação Latino-americana de Associações de Familiares de Detidos – Desaparecidos.

GTNM - Grupo Tortura Nunca Mais

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MFPA - Movimento Feminino pela Anistia

MG - Minas Gerais

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONU - Organização das Nações Unidas

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PFL - Partido da Frente Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

STF - Supremo Tribunal Federal

TERNUMA - Terrorismo Nunca Mais

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UBM - União Brasileira de Mães

UNE - União Nacional dos Estudantes

Introdução

A luta pela memória e pela justiça na Argentina e no Brasil, ambas ligadas a uma luta por “verdade”, são capítulos relevantes da história da construção de um sujeito político feminino nesses países. A luta pela memória de seus filhos, que denuncia os horrores cometidos pelo Estado no período das ditaduras recentes nos dois países, constituiu um meio de inserção na esfera pública pela via da socialização da maternidade.

Nesse sentido, a presente dissertação procurou investigar o percurso de movimentos de mulheres que surgiram ainda nos períodos de regime ditatorial, nos anos 1970, lutando pela memória e pela justiça. Buscou verificar os elementos estratégicos, recursos e repertórios utilizados por esses movimentos, em busca de reconhecimento de suas demandas e suas relações com a construção de um sujeito político feminino que se insere na esfera pública, a partir de seus laços na esfera privada.

O valor da família na América Latina é extremamente forte. Tradicionalmente cristã, essa região foi marcada por um universo feminino tradicional, em que a mulher tinha funções definidas dentro da esfera privada, sendo a “rainha do lar”, a “mãe de família”. Dentro desse espectro cultural judaico-cristão, a maternidade é compreendida como um valor feminino essencial, a partir do qual toda a sua visão de mundo se transforma, tendendo a privilegiar o bem estar de sua família.

Os grupos aqui estudados - as *Mães da Praça de Maio* na Argentina e o *Movimento Feminino Pela Anistia no Brasil* (MFPA) - utilizaram esse universo tradicional do feminino enquanto estratégia de luta e de legitimação de suas demandas, como será analisado adiante. Do mesmo modo que, em ambos os países, a maternidade transformou-se em estratégia de resistência nesse período, com prolongamentos que podem ser observados ainda hoje. Nesse contexto, a memória é um fator de mobilização individual para a ação coletiva.

A preocupação com o envolvimento da mulher com a política formal surge com os movimentos de mulheres por direitos políticos na transição do século XIX para o XX em países como a Inglaterra. Conquistados os direitos de votar e serem

eleitas, a questão não se esgota. O envolvimento das mulheres com a política formal segue sendo pauta dos movimentos feministas dos anos 1960 e 1970 até os dias de hoje. A inclusão da mulher nas esferas decisórias de poder político permanece no rol de temas dos debates de gênero e tem se intensificado desde meados dos anos 1990.

Nesse período, a Guerra Fria começa a se dissolver com o colapso da União Soviética e a queda do muro de Berlim, enquanto a sociedade civil se dinamiza à medida em que as fronteiras se reduzem e as possibilidades de comunicação se ampliam com a tecnologia. Foi em 1995, vinte anos após a criação do *Ano Internacional da Mulher* pela ONU, em 1975, que se deu, em Pequim, a *4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres*, organizada pelas Nações Unidas (ONU). Nessa conferência foi traçada como meta, para os próximos vinte anos, a taxa de trinta por cento de mulheres ocupando cargos políticos eletivos em cada país.

Mas a ocupação que se deu nos espaços de tomadas de decisão desde a conquista do voto feminino em diversos países não foi significativa. Ao longo do século XX, surgiram organizações e instituições, tanto no âmbito da sociedade civil organizada quanto no da política oficial, no intuito de incluir as mulheres na esfera pública, legitimar e lutar por suas demandas específicas. Entretanto, a proporção de mulheres ocupando cargos eletivos ou de grande poder decisório é bem menor do que a de homens. De acordo com Gohn (2014), a adesão das mulheres egressas de movimentos sociais e de mulheres às Organizações Não Governamentais (ONGs), na década de 1990, foi mais intensa se comparada às instituições da política tradicional/oficial, em especial no Brasil. As ONGs, segundo a autora, tornaram-se nesse período a principal forma de representação das mulheres no país.

O campo simbólico da esfera pública e das relações políticas foi construído e é dominado pelo universo masculino, o que, por si só, já representa um entrave complexo para a participação política feminina, como aponta Pateman (1992), uma vez que os procedimentos burocráticos e discursivos, bem como o arcabouço simbólico da esfera pública, são constituídos por elementos considerados essencialmente estranhos à “natureza” feminina emotiva e não impessoal. Durante séculos, a história esteve praticamente restrita aos grandes

feitos dos grandes homens. As mulheres, em geral, estavam circunscritas à esfera privada, ao domínio do lar e da família.

No entanto, a separação entre o público e o privado vai se tornando, ao longo do século XX, mais fluida com os avanços da modernidade. Todas as transformações sociais, que advém dos novos paradigmas estabelecidos pela modernidade, contribuem para essa mudança. Esse processo trouxe para a esfera pública questões antes consideradas privadas, tornando-as objeto de novas argumentações e regulamentação estatal. Com isso, as fronteiras entre o público e privado adquiriram novos contornos. Assim, nas palavras de Biroli (2013, 33), partindo da análise de Pateman (1992) e dentro da noção de *esfera pública* traçada por Habermas (2011, 1962): “e a exclusão de mulheres e seus exemplos históricos, aparece como questão contingente.”.

A teoria de Habermas (1962) acerca da *esfera pública* foi criticada por autoras como Fraser (1997), Benhabib (1996), Young (2000), entre outros, como mostra Biroli no capítulo em que discute a relação entre público e privado à luz do debate de gênero (2013). O próprio autor reformulou seu conceito, no início da década de 1990, no sentido de atualizá-lo (1999), pensando a esfera pública de acordo com as transformações sociais ocorridas desde o início dos anos 1960, ainda que expressamente tenha colocado a dimensão histórica daquele conceito à época. Inicialmente, Habermas trata da esfera pública burguesa europeia, que pressupõe uma paridade de status entre os interlocutores e que é, essencialmente, procedimental, ou seja, circunscrita aos procedimentos burocráticos e discursivos de disputa.

Em sua análise, Habermas enfatiza o papel da imprensa no sentido de tornar públicas demandas, debates e ideias. Essa publicização das questões sociais dará origem à opinião pública, que passa a ter um papel cada vez mais importante e ampliado com os avanços tecnológicos na comunicação. No século XIX, temas antes considerados da esfera privada, aos poucos, tornam-se objeto de debate público, conforme a sociedade de massas começa a se delinear reestruturando as relações sociais.

Os meios de comunicação de massa se transformaram, ao longo do século XX, em estruturas de poder, justamente pela associação entre formação da opinião pública em benefício dos interesses do mercado. Entretanto, esse arcabouço de valores reforçado pelas estruturas do Estado e do mercado, que constituem o que

Habermas denominou de “sistema”, em *Teoria da Ação Comunicativa* (1981), não é capaz de aprisionar o “mundo da vida”, universo das relações primárias e espaço de construção do indivíduo, como apontam Cohen e Arato (1999) em sua análise sobre Habermas.

Habermas afirma que é a ação comunicativa que permite a autonomia do indivíduo. De acordo com Cohen e Arato, essa autonomia se transforma em capacidade de questionamento do *status quo*, reconfigurando a separação tradicional entre o público e o privado e aprofundando a politização de temas ainda considerados estritamente da esfera privada, como a violência doméstica. O mundo da vida pode ser *descolonizado* pela ação do indivíduo ao mobilizar-se coletivamente. As práticas comunicativas cotidianas permitem que questões sociais, antes não visíveis, cheguem à opinião pública e, conseqüentemente, nas esferas decisórias, a partir da ação concertada nas arenas da sociedade civil.

Para Hannah Arendt, em *A Condição Humana* (1958), essa interpenetração na qual o Estado passa a regular a vida privada faz surgir uma *esfera social*, que se distancia da esfera íntima, isto é, do universo circunscrito pela casa e pela família, aquele das relações pessoais dos indivíduos. Nesse sentido, a esfera social seria a interseção entre o público e privado, que transforma o papel do Estado, a partir da realização de Direitos Sociais, quando o Estado deve garantir serviços como saúde e educação, dentre vários outros direitos cuja responsabilidade passa a ser do Estado.

Trabalhadores, mulheres, negros: a sociedade de massas tornou os homens “livres e pobres” atores sociais, produtores de história, sujeitos históricos. Os meios de comunicação de massas ampliaram as arenas discursivas, bem como seu alcance. Movimentos como os de trabalhadores ou de mulheres por direitos (políticos) inseriram definitivamente os cidadãos na esfera pública. E os espaços públicos se reafirmavam, nessa sociedade de massas, os palcos primordiais das mobilizações cidadãs.

Ao longo do século XX, as ciências sociais ampliaram seus objetos de estudo e ferramentas de pesquisas, como se observa com o surgimento de escolas como as de Chicago e Frankfurt, na Sociologia; ou a dos Annales, na História, entre as décadas de 1920 e 1930. Nesse sentido, à medida que a sociedade civil assume protagonismo e se torna mais complexa, com a crescente urbanização, intensificam-se as relações entre Estado, mercado, instituições sociais e sociedade

civil organizada. E a partir da década de 1970, período que abrange as ditaduras argentina e brasileira, a esfera pública se diversifica e se dinamiza em suas arenas discursivas, crescendo o interesse em compreendê-las.

Essa inserção dos personagens na memória social, política e histórica de uma sociedade possui a dimensão da possibilidade de identificação (POLLAK, 1989). As oportunidades, que podem parecer muito distantes do horizonte de um indivíduo, tornam-se mais plausíveis. Assim, a construção da memória coletiva política e social de um grupo, embora opere inicialmente no plano simbólico, tem consequências concretas e profundas, com relação à construção do sujeito político e à possibilidade de ação deles.

Dessa forma, a construção do sujeito político da mulher pela via da luta por memória é um aspecto relevante para se compreender a trajetória política da mulher na esfera pública latino-americana. Enquanto a atuação política das mulheres é desconhecida e/ou deslegitimada pela história oficial, a naturalização da esfera pública, em especial da política, como algo alheio ao universo feminino tradicionalmente construído é solidificada.

Assim, a construção da memória política feminina significa mapear as lutas políticas das mulheres ao longo da história, suas demandas específicas e estratégias de inserção na esfera pública. A memória das mobilizações sociais de mulheres, ao ser conhecida, insere no imaginário social outras formas de ação da mulher no âmbito social, político e cultural das múltiplas esferas públicas.

Busca-se aqui compreender a relação entre a construção da memória enquanto via de engajamento político através do reconhecimento e a construção de um sujeito político que projetou a mulher nos espaços institucionais de tomada de decisões. Ou seja, vai-se analisar como mulheres unidas por experiências individuais trágicas, cujo pano de fundo é a violência de Estado, utilizaram os papéis tradicionais femininos, ligados à esfera privada - em especial a maternidade -, como estratégia de inserção na esfera pública, pela via da luta pela memória e por justiça. É o objetivo identificar em seus percursos dois elementos principais:

a) o primeiro é verificar se houve no processo de ambos os grupos a ressignificação de uma identidade coletiva entre os seus membros e a construção de sujeito político pela transformação de representações coletivas, na relação com a memória social;

b) o segundo é o papel que os sujeitos desempenharam nestes processos de redemocratização e nas disputas narrativas da memória social acerca do período, ressaltando-se a especificidade da cultura política de cada país.

As mulheres constituem a maioria da população, mas possuem status subalterno. Trata-se de um grupo bastante diversificado internamente, mas estão sub-representadas nas instituições políticas decisórias.¹ Sua inclusão nos debates públicos da sociedade civil é extremamente importante, mas também o é que possam ter voz nas decisões que se originam desses debates. Da mesma forma, é relevante que possam levar os debates e demandas propostos pelos movimentos feministas e de mulheres às instâncias das quais saem, efetivamente, as respostas às suas demandas.

O diálogo entre os movimentos sociais e as esferas decisórias da política institucional é fundamental para a prática democrática, pois funcionam como um canal de comunicação entre sociedade civil e instituições políticas, questionando e reconstruindo, nesse processo, as representações sociais (BIROLI; MIGUEL, 2014). No mundo como um todo, as mulheres são a minoria nessas esferas decisórias. São poucos os países que possuem a maioria dos parlamentos ocupados por mulheres e aqueles que possuem uma maioria parlamentar de mulheres, em geral, enfrentaram genocídios como é o caso de Ruanda², país que lidera o ranking de mulheres parlamentares.

A história contemporânea da Argentina e do Brasil possui personagens femininos de grande relevância para a história política das mulheres, como Olga Benário, Eva Perón, ou mesmo, mais recentemente, as ex-líderes do Executivo nacional de seus respectivos países, ambas eleitas e reeleitas: Cristina Kirchner e Dilma Rousseff. Algumas contribuíram para a desconstrução de um universo feminino naturalizado ligado à fragilidade e aos cuidados da família, outras o reforçaram. Mas todas são mulheres que desconstruíram, definitivamente, a justificativa da falta de interesse “natural” das mulheres pela política, no momento

¹ Birolí (2018), Millet (1971), Pateman (1992).

² 63,8% da Câmara Baixa, em Ruanda, é composta por mulheres. No Senado, ocupam quase 40% das vagas. < <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/brasil-e- apenas-o-152%C2%BA-em-ranking-mundial-de-participacao-politica-e-o-lanterna-na-america-do-sul/> > Acesso em 17/04/2018.

que decidem se mobilizar por causas políticas, em ações coletivas ou na representação política.

Ainda assim, raramente tornam-se trajetórias de indivíduos inseridas na história oficial ou no imaginário popular. No Brasil, a mais conhecida delas, entre as mães que se transformam em sujeitos da resistência, cuja biografia transformou-se em filme, foi a estilista Zuzu Angel, que denunciou incansavelmente a morte de seu filho após as torturas sofridas e foi assassinada pelo regime militar por essa mesma razão. Contudo, como veremos adiante, Zuzu Angel já contava com algum prestígio entre as camadas dominantes quando inicia sua luta, utilizando as portas que lhe são abertas pelo trabalho de estilista como estratégia para denunciar os abusos e crimes de Estado brasileiro.

Na Argentina, a gênese, as estratégias discursivas e práticas que derivaram na permanência das *Mães da Praça de Maio* em atividade até os dias atuais, bem como a oficialidade de que desfrutam os relatos, desde o primeiro governo civil, o volume de monumentos e centros de memória, talvez tenham significado, em termos práticos, uma forma de ação política mais efetiva, no sentido de incluir as mulheres em espaços políticos formais. É indiscutível o êxito que obtiveram as *Mães da Praça de Maio*, não só com relação ao objetivo de encontrar os netos desaparecidos, como também no sentido de manter viva e legitimada a memória de seus filhos mortos e desaparecidos.

No ano de 2017, em abril, o movimento completou 40 anos de existência e, ao longo desses anos, foram mais de 120 netos encontrados. Desde a redemocratização, houve momentos de aproximação e afastamento entre as *Mães da Praça de Maio* e os governos que se sucederam, mas o diálogo entre o movimento e a política institucional, assim como sua relevância nas arenas da esfera pública, é inegável.

A permanência em atividade das *Mães da Praça de Maio* até os dias atuais pode sugerir que tenham papel relevante na construção de um sujeito político feminino no país que, inclusive, permite e estimula um maior engajamento das mulheres na política, por meio de um modelo de agência e de inserção na esfera pública, para além de elementos mais objetivos do que os dispositivos legais aplicados no sentido de garantir o espaço da mulher no jogo político. Os militantes não precisam ingressar formalmente em organizações políticas para

atuarem no sentido de pressionar as esferas decisórias acerca de uma determinada questão, como será discutido adiante.

Os militares argentinos e brasileiros, embora tenham colaborado uns com os outros no tocante à repressão aos movimentos de resistência, também diferiram bastante em suas estratégias. Ambos se utilizaram da tática do desaparecimento de pessoas, mas, na Argentina, o desaparecimento se tornou uma prática mais frequente.³ Lá, os bebês dos militantes foram adotados por famílias de militares. Além do desaparecimento dos pais, promovia-se o apagamento da história individual dos filhos, com o objetivo de banir as ideias subversivas do país. Tratava-se de uma política repressiva com claro objetivo de silenciar, fazer esquecer a longo prazo.

O Brasil foi mais “legalista” em sua violência estatal. Os militantes, muitas vezes, desapareciam temporariamente e reapareciam no sistema penal para serem julgados (PEREIRA, 2005). A transição democrática brasileira, *lenta e gradual*, que se inicia no governo Geisel (1974-1979), tem como um de seus símbolos a Lei da Anistia (1979), que, por fim, foi *ampla, geral e irrestrita*. Anistiavam-se os crimes de Estado, bem como os da resistência, em prol de um suposto consenso social, para a redemocratização pacífica. A origem semântica da palavra “anistia” está ligada à ideia de esquecimento. No entanto, o retorno dos militantes exilados trouxe à tona muitas dessas memórias que a ditadura pretendeu silenciar.

A meta era o esquecimento, mas essas memórias silenciadas emergiram, quando o contexto, social e político, tornou-se favorável. Segundo Tarrow (2009) os movimentos sociais ganham força quando as *oportunidades políticas* se ampliam. Isso acontece quando, por um lado, há reconhecimento da sociedade civil e quando as fragilidades do oponente vêm à tona. Vale dizer, quando houve escuta, primeiro por parte da sociedade civil e depois por parte do Estado. No caso das *Mães da Praça de Maio*, o movimento surge no auge da ditadura e da repressão, já o *Movimento Feminino pela Anistia* data de um período em que a ditadura brasileira começava, ainda que timidamente, a perder legitimidade frente à opinião pública.

³ Na Argentina, foram cerca de 30 mil desaparecidos, enquanto no Brasil são cerca de 450, de acordo com o que foi apurado na Conadep argentina e na CNV brasileira.

No final dos anos 1980, ia abaixo o muro de Berlim, um dos maiores símbolos da Guerra Fria. Na América Latina, as ditaduras militares chegavam ao fim e abriam-se canais de expressão e de participação política. Direitos eram debatidos e readquiridos. No Brasil, a sociedade civil se mobilizara pelas *Diretas Já*, no início dos anos 1980, e teve participação inédita no processo de elaboração da Constituição de 1988, a *Constituição Cidadã*, como ficou conhecida. Nos anos 1990 a sociedade civil, na América Latina recém redemocratizada, se caracterizava por seu dinamismo.

As Organizações Não Governamentais (ONGs) entravam, definitivamente, na esfera pública, desfrutando de reconhecimento da sociedade e de instituições políticas formais. Embora os movimentos sociais e as ONGs sejam essencialmente distintos - como, por exemplo, quanto à estrutura mais orgânica, no caso dos primeiros, e mais institucionalizada, no caso das segundas -, são formas de associação social que buscam, na maioria das vezes, a expansão de direitos e a inclusão social.

A entrada das ONGs em posição relevante na esfera pública foi um movimento mundial no período.⁴ A participação via sociedade civil intensificou-se por meio das ONGs, como é possível observar em diversos eventos importantes da ONU, como a *ECO-92*, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, ou a *Conferência de Pequim*, realizada nessa cidade em 1995. Em conferências como essas, as ONGs e os movimentos sociais, não só puderam acompanhar os debates relativos às suas causas, travados pelos delegados dos países participantes, como também tiveram voz, uma vez que os eventos contemplavam uma programação de debates que incluía essas organizações da sociedade civil.

Esse aspecto constitui um movimento de mão dupla: a) de um lado fortalece, inicialmente, as tramas da rede internacional da sociedade civil organizada e demais formas de associação para ação coletiva, em um mundo no qual, a cada dia, a comunicação se tornava mais veloz; b) a segunda é o duplo reconhecimento, ou seja, a sociedade civil organizada é reconhecida pelas

⁴ As ONGs já existiam no Brasil desde os anos 1970, incluindo as de luta contra ditadura e as lideradas pela Igreja. No entanto, a partir dos 1990, as ONGs passam a ter maior reconhecimento e participação na definição das demandas e no debate político, tornando-se um canal de mediação entre sociedade civil e Estado, legitimado em diversas instâncias. As tecnologias de comunicação, a partir dos 1990, fortalecem as redes de solidariedade entre as ONGs internacionalmente.

instituições oficiais e aprende por meio desse processo, que ocupa um espaço no jogo político.

Dessa forma, os anos 1980 e 1990 significam momentos de grande dinamismo das relações entre a sociedade civil e as arenas das esferas públicas, que também se multiplicaram e diversificaram nesse processo (COSTA, 2002). Trata-se de um momento de intenso diálogo entre os movimentos sociais, ONGs e as instituições da política formal. No tocante ao objeto do presente estudo, naturalmente que esse dinamismo e intensidade se expressam também nas produções culturais, que passam a trazer, de forma ficcional ou documental, os relatos dos ex-presos políticos e de seus familiares para o público. As narrativas das memórias silenciadas, pouco a pouco, começam a encontrar e criar as formas de expressão pelas quais emergem.

A memória social é uma das arenas onde a disputa pela narrativa hegemônica acontece. Portanto, a memória social é um dos elementos de disputa de poder nas sociedades. A narrativa vitoriosa é aquela que será lembrada, que adquire para o senso comum um status de verdade sobre o passado. As narrativas sobre o passado estão em disputa no presente, mas visam um projeto de sociedade futura, de cidadania. É essa a força simbólica da memória social que, se por um lado pode perpetuar desigualdades naturalizando-as, por outro tem, também, o poder de promover outras narrativas, reconhecendo identidades ressignificadas nesse processo. Essa dimensão da memória histórica é o elemento que permite que a memória seja compreendida como demanda por um direito.

1.1

Objetivo

O trabalho proposto pretende analisar a relação entre o engajamento político via movimento social de mulheres que utilizaram a maternidade e o universo tradicional feminino como estratégia de inserção na esfera pública e a construção de um sujeito político autônomo. Entendendo aqui a noção de *Sujeito* de acordo com a perspectiva de Touraine, segundo a qual, nas palavras de Gohn: “Consideramos ‘sujeito’ uma categoria fundamental, que constitui e posiciona os indivíduos na história dos processos sociais, culturais e políticos de uma sociedade.” (2014, 112). No caso desses movimentos, um elemento chave para a

compreensão desse processo de construção do sujeito consiste na demanda pela memória enquanto direito humano.

Consideram-se, então, dois movimentos de mulheres: as *Mães da Praça de Maio*, na Argentina, e o *Movimento Feminino Pela Anistia* (MFPA), no Brasil, pois surgem da mobilização de mulheres que, utilizando a maternidade e a desconstrução social da tradicional fragilidade acerca do feminino, como estratégia de inserção na esfera pública e na arena política de disputa da narrativa, construíram-se enquanto sujeitos políticos. Assim, tendo como foco a luta pela memória da ação política dos filhos, passaram a reconstruir a memória histórica acerca de um determinado evento, incluindo as mulheres na história legitimada pela sociedade. Ao longo da análise, serão ressaltadas as distintas formas de atuação, tanto no tempo, quanto no espaço.

Essas três dimensões - reconhecimento oficial das narrativas; utilização da representação tradicional da mulher como estratégia de luta; e a construção de um sujeito político detentor de direitos e capaz de ação - não podem ser organizadas como se ocorressem em etapas. Elas se entrelaçam e se retroalimentam, constituindo um processo dinâmico e contínuo que produz novos *frames*, que agem no sentido da manutenção, ou ruptura, de uma ordem estabelecida (SANTOS, 2003). Há uma pedagogia cívica em curso: saem da dor e indignação pessoal para a ação política. Concomitantemente, o próprio processo de entrelaçamento dessas dimensões constrói uma noção de sujeito político com capacidade de ação na esfera pública, no reconhecimento da legitimidade de sua luta, interagindo com os demais grupos, em especial os hegemônicos. No caso, um sujeito político autônomo e relativo à mulher.

Argentina e Brasil possuem muitas aproximações e distanciamentos ao longo de sua história. São países de proporções muito distintas, mas cuja história recente mostra muitas diretrizes políticas e econômicas similares, como, por exemplo, aquelas que foram impostas pelo FMI, através do Consenso de Washington (1989) e implementadas ao longo da década de 1990. No entanto, a forma como os dois países lidaram politicamente com a memória e a justiça, relativas às suas ditaduras recentes, apresenta profundas diferenças. Mas, em ambos os países, o resultado foi limitado, principalmente do ponto de vista das famílias dos presos políticos e dos sobreviventes.

A diferença temporal relativa à conquista do voto feminino nos dois países não é grande. No Brasil e na Argentina, os movimentos de mulheres pelo voto se iniciam na passagem do século XIX para o XX. No Brasil, as primeiras mulheres puderam votar em 1932, ainda que houvesse limites como, por exemplo, ter renda própria. Em 1946, as mulheres brasileiras tiveram seus direitos políticos estendidos, garantindo o voto a todas as mulheres adultas, independentemente de estado civil ou renda, limitado pela necessidade de alfabetização e obrigatório como masculino (PORTO, 2000). Na Argentina, o voto feminino se deu em 1947, com Perón, após a criação do Partido Peronista Feminino, tendo Eva Perón à frente.

Contudo, no que tange ao ponto de vista legal, na forma como os dois países buscaram incluir as mulheres nas disputas eleitorais, diferem bastante, bem como seus efeitos. Na história recente do Brasil, caminhou-se mais lentamente com relação à elaboração de dispositivos jurídicos que prevíssem sanções aos partidos que não cumprissem a cota estabelecida em lei. Na Argentina, o sistema de lista fechada torna a disputa mais justa (D'ARAÚJO, 2008, 232).⁵

Não se pretende aqui, de modo algum, ignorar as imensas implicações do sistema eleitoral na representatividade das mulheres nas casas públicas. Entretanto, o foco desse trabalho é o das relações entre a memória, enquanto demanda política que mobiliza mulheres, e suas representações sociais, enquanto estratégia de luta, que tem, como consequência, a construção de um sujeito político através do desenvolvimento de uma noção de *socialização política da maternidade*.

Nesse sentido, os movimentos sociais de mulheres que lutam pela memória e verdade são entendidos como luta pela legitimação de uma memória da história recente, em que as mulheres conquistavam novos espaços, também, nos movimentos políticos, utilizando-se das representações sociais acerca da mulher como estratégia política, até então, muito marcada por uma perspectiva, segundo a

⁵ As listas fechadas são listas pré-ordenadas de candidatos que formam uma chapa relativa a um partido. As formas de definição das listas são variadas. O modelo que inclui a alternância de gênero no ordenamento da lista proporciona, consequentemente, um sistema mais justo de disputa eleitoral para as mulheres, uma vez que os partidos têm necessariamente que preencher vagas com candidaturas de mulheres.

qual a função social da mulher ligada à maternidade criaria uma visão de mundo distinta, uma ética baseada no cuidado com o outro.

Esse “pensamento maternal” ganhou impulso nos anos 1980, entre estudos feministas da área de política, com os trabalhos de Jean Bethke Elshtein e Carol Gilligan, *Public man, private woman* (1981) e *In a different voice* (1982), respectivamente, segundo Biroli (2013). Ainda de acordo com Biroli, as autoras foram criticadas por reforçar estereótipos, naturalizando diferenças entre homens e mulheres. Compreende-se, assim, que o engajamento da mulher na política institucional deve ser tratado como uma equação de muitas variáveis, entre elas, as representações sociais.

1.2

Hipóteses

Desse modo, parte-se das seguintes hipóteses gerais:

1) Através da dor individual, foi possível um engajamento político de mulheres, que saem da esfera privada para a pública, utilizando como estratégia contra a violência da repressão do Estado as representações sociais tradicionais relativas à mulher, como a maternidade. Esse engajamento político nesses movimentos é um importante passo no processo de ressignificação e reconhecimento da identidade política da mulher e dessa tomada de consciência que caracteriza o Sujeito trabalhado por Touraine (1998), caracterizado pela capacidade de interferir em processos sociais e políticos.

2) Enfatizando o aspecto dinâmico e interconectado das dimensões simbólicas ligadas às disputas de memória, as ações das mulheres na esfera pública constituem um modo de inclusão da mulher, enquanto sujeito histórico capaz de transformar as representações sociais e, conseqüentemente, seu papel na sociedade.

3) A comparação entre os movimentos do Brasil e da Argentina pode revelar as diferenças de cultura cívica entre os dois países. As formas de engajamento das mulheres brasileiras e argentinas estão diretamente ligadas à cultura cívica e oportunidades políticas de cada país.

Como hipóteses de trabalho, serão analisados:

a) a importância de movimentos que disputam a legitimação oficial dessas narrativas e viabilizam sua publicização.

b) a construção de espaços de memória e acervos que se tornam disponíveis.

c) o processo de disputa entre o que deve ser lembrado ou esquecido, na arena discursiva e, conseqüentemente, reelaborando as representações sociais.

d) a possibilidade de serem modelo de ação de outros indivíduos/grupos, a partir da socialização política da maternidade que propõem e promovem ao longo de sua trajetória.

1.3

Referências Teóricas

O campo de estudo da memória surge com autores como Halbwachs (1909) e Bergson (1896), como aponta Myrian S. Santos (2003). Esses autores inovam, na medida em que entendem a memória como uma arena de disputa de sentidos. Ou seja, a memória é uma dimensão de disputa de poder e imposição de um projeto que depende de uma narrativa hegemônica. Dessa forma, o estudo da memória, embora esteja profundamente ligado à História, é também objeto da Sociologia, ao constituir um elo elementar entre passado, presente e futuro para a análise das especificidades dos contextos sociais, culturais e políticos. Assim como também o é da Psicologia, que busca compreender os caminhos, conseqüências e seletividade das memórias individuais, que constituem os fios das tramas das memórias coletivas.

Os estudos de memória são indissociáveis da noção de temporalidade. Ao se trabalhar com uma memória histórica, trata-se, invariavelmente, de uma interpretação no presente de algo que ocorreu no passado e, enquanto possibilidade interpretativa do passado, é uma representação. Quem relata o fato não é mais quem o viveu, esse indivíduo também se modifica ao longo do tempo. É, portanto, a partir do tempo presente que a memória existe, como afirma Bergson (1896, apud BOSI, 1979, 9). “É do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”.

As identidades em busca de reconhecimento também se reelaboram e revelam por meio das disputas narrativas do campo da memória. Assim, tão

importante para os estudos de memória quanto os relatos é o silêncio. Aquilo que é oficialmente silenciado significa uma escolha estratégica, um projeto, e por isso tem muito a dizer. O trauma pode silenciar, assim como as representações sociais que trazem o estigma enfrentado em função de uma determinada trajetória individual. O silêncio é quebrado com a reelaboração do trauma e com a transformação desses estigmas em elementos de uma identidade positiva (POLLAK, 1989).

É importante, também, colocar que Pollak (1989) ressalta a diferença entre silêncio e esquecimento. O silêncio se dá quando algo não pode ser dito. Mas o que não é dito não é esquecido. Quando há a possibilidade de falar, as memórias silenciadas vêm à tona, redefinindo as representações sociais. As memórias traumáticas são impossíveis de serem relatadas pela ausência de possibilidade de se fazer entender e, algumas vezes, são proibidas. O esquecimento se dá quando algo não possui relevância. Assim, proibir relatos é, também, uma forma de escalonar quais memórias de indivíduos são dignas de serem lembradas. Igualmente, a posição que a escuta para esses relatos possui na hierarquia social é de suma importância para o seu reconhecimento.

É necessário também o reconhecimento social. O relato precisa da escuta e, para isso, é necessário tornar conhecidos os relatos, personagens, trajetórias. Essa escolha é sempre feita a partir do presente. São muitos os meios para tal: políticas patrimoniais, datas públicas, produções culturais, etc. Aquilo que Nora (1984) denominou de lugares de memória, ou seja, as expressões concretas da memória foram ampliadas com o desenvolvimento tecnológico recente. E, com isso, a polifonia (BAKHTIN, 1992) dos discursos, das narrativas expressas e em disputa, é maior.

Esse processo de ampliação dos relatos e da noção de lugar de memória significa uma transformação na capacidade de influência da sociedade civil acerca dessa escolha entre memória e esquecimento, fortalecendo, muitas vezes, narrativas antagônicas às oficiais. Ao reconhecimento da memória enquanto direito humano, há, invariavelmente, a compreensão da dimensão política da memória, em especial das disputas narrativas acerca da memória/esquecimento, como mostram Araújo e Santos (2007, 100): “A lembrança, contudo, está vinculada com aqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais

narrativas serão lembradas, preservadas e divulgadas”. Desse modo, a disputa narrativa de memória é uma disputa por poder.

No escopo desse trabalho, a memória social é compreendida como uma das arenas de disputa discursiva da esfera pública. A memória silenciada emerge sob a forma de *contrapúblicos subalternos*, como definiu Nancy Fraser (1997), as arenas discursivas paralelas, articuladas por grupos subalternos, ou cujas narrativas são fracas em comparação às narrativas dos grupos hegemônicos. O trabalho da autora trata de arenas discursivas na sua relação com a esfera pública, que podem ser construídas em realidades democráticas. Sua análise ainda é útil no sentido de propor um conceito que se aplica à trajetória de mobilização desses movimentos de mulheres, uma vez que compreende a ideia de um discurso que ganha força pelo reconhecimento social de sua demanda, impondo um determinado debate à sociedade civil e às esferas decisórias.

Esses espaços discursivos permitem a reinterpretação e resignificação de suas identidades, promovendo a descolonização do mundo da vida, segundo a análise de Habermas (2011), na qual os indivíduos, por meio da tomada de consciência, passam a questionar e contestar situações consideradas injustas. No caso dos grupos analisados, a contestação que se coloca é em relação ao Estado, uma vez que questionam narrativas oficiais. Esse questionamento se transforma, no futuro, nas disputas narrativas da memória, cujo foco é um projeto de relação Estado-sociedade civil que se deseja para o futuro.

A formação de uma multiplicidade de públicos, segundo Fraser (1997), tem, por finalidade última, o alargamento da própria esfera pública. Além disso, permite a autonomia de parte desses espaços frente ao Estado, promovendo a contestação do *status quo*. As identidades construídas nesse processo precisam de *reconhecimento* por parte da sociedade política. O “reconhecimento social é uma necessidade vital”, como bem descreve Taylor (2014), uma vez que o reconhecimento social é um percurso necessário à transição de uma demanda que passa a ser legitimada pela sociedade civil, para que cheguem às esferas decisórias.

É o reconhecimento que faz com que os indivíduos que partilham dessa identidade limitada por novos *frames*⁶ (GOFFMAN, 1974) sejam considerados detentores de direitos pela opinião pública e suas demandas legitimadas. Nesse sentido, os movimentos sociais constituem uma dimensão de comunicação entre a sociedade civil e as instituições políticas formais e estão diretamente ligados à construção da memória e das representações sociais que dela derivam. Trata-se do que McAdam (1982, apud, PAIVA, 2013) denominou de *processo de liberação cognitiva* e que Angela Paiva enfatiza na participação em movimentos sociais, na qual a experiência do engajamento promove a reelaboração de estruturas antes naturalizadas. Trata-se da tomada de consciência que leva à autonomia do sujeito e à descolonização do mundo da vida.

À proporção que as representações culturais, sociais e políticas se transformam nesse processo pedagógico, elas podem se estender a toda sociedade. Afinal, o grupo que modificou sua autoimagem e sua visão de mundo passa a não aceitar mais práticas excludentes, antes naturalizadas e internalizadas. Esse grupo dá também origem a outros, articula-se em rede com diversas outras organizações pelo globo. Pode emergir, desse modo, uma cultura política de participação a partir de grupos, antes excluídos (PAIVA, 2013), na medida em que esses indivíduos se transformam em sujeitos políticos. Em função disso, a trajetória relatada em biografia de Glória Viana é emblemática desse processo de construção do sujeito na experiência da mobilização política, pela via da socialização política da maternidade.

Os períodos de redemocratização na Argentina e no Brasil compreendem processos com características diferentes, mas que possuem em comum o desenvolvimento de estratégias diante das *oportunidades políticas*, de acordo com a compreensão de Tarrow (2009), a partir do processo de redemocratização de cada país analisado. Isto é, as demandas da sociedade civil organizada em cada país, em especial os grupos aqui estudados, estão, também, intrinsecamente ligadas às especificidades de cada processo de redemocratização e suas oportunidades políticas, que se impuseram como regras na disputa narrativa que se deu no Brasil e na Argentina, exigindo estratégias de luta diversas.

⁶ No sentido de um novo enquadramento que se constrói para uma identidade coletiva. Ou seja, uma identidade que tem como referência um novo quadro que define um sujeito político.

1.4

Metodologia

Há muito que o conceito de memória exige, não uma busca do fato ou de uma verdade por parte daqueles que trabalham com os vestígios materiais e imateriais do tempo e seus impactos nas relações e práticas de uma sociedade, mas, sim, uma investigação interpretativa, como defenderam Le Goff (1990), ao analisar as relações entre a história e a memória e Ginsburg (1979), na defesa do paradigma indiciário em *Sinais e raízes de um paradigma indiciário*. Trata-se de um trabalho de investigação das construções e representações sociais, tanto daquele que relata, quanto daquele que o interpreta, lendo-o, inevitavelmente, com as lentes de seu próprio contexto histórico e lugar social.

Dentro dessa perspectiva, o método comparativo é especialmente útil para o que se pretende verificar na presente dissertação. Utilizou-se, para tanto, a análise documental da história das *Mães da Praça de Maio* e do *Movimento Feminino Pela Anistia* (MFPA), relatos de suas fundadoras, bem como sua atuação no período democrático e seu legado. Nesse sentido, destaca-se a análise da disputa pela memória histórica nesse processo. A pesquisa privilegiou relatos em que os sujeitos enfatizam a transformação que viveram, na forma de consciência de sua função e atuação no mundo, de acordo com sua trajetória de ação coletiva, com o intuito de observar a interseção dessas duas dimensões, individual e privada, coletiva e pública, cujas diferenças serão ressaltadas adiante.

Com relação à Argentina, os relatos das fundadoras do movimento aparecem com maior frequência na análise que se propôs. Com relação ao Brasil, destacam-se dois personagens: Therezinha Zerbini e Glória Amorim Viana. A primeira, por seu papel central na articulação do que se transformou num movimento nacional pela Anistia. A segunda, por ter escrito sua história no livro *Glória Mãe de Preso Político*, no qual narra, justamente, essa trajetória feminina, que a partir de uma maternidade dilacerada pela ditadura, sai da esfera privada para a pública, conscientizando-se de sua capacidade de ação política.

A análise comparativa das *Madres de Plaza de Mayo* e o MFPA permite verificar a relação entre os recursos e estratégias mobilizados por essas mulheres, como meio de inserção na esfera pública, e a construção do sujeito político da mulher no Brasil e na Argentina. O método comparativo é útil, tanto à pesquisa

histórica quanto sociológica, justamente por contribuir para a compreensão, não só de semelhanças, como também das diferenças, daquilo que é específico a cada objeto. Nesse contexto, a socialização política da maternidade é um elemento comum a ambos os grupos. Mas a forma de mobilização no caso das *Madres* se dá em plena ditadura e com base em conflito mais profundo com o Estado. As mulheres do MFPA se organizam com base numa proposta de consenso, aliando-se às instituições e organizações civis, já em momento de início do desgaste do regime, que sinalizava para a abertura, como veremos adiante.

O capítulo seguinte analisa as *Mães da Praça de Maio*. Como surgiu o movimento, quais as origens e os significados de seus símbolos e repertórios, como se dá a trajetória de seu ideário ao longo do tempo, quais foram as dificuldades enfrentadas e que apoios receberam em seu trajeto ao reconhecimento internacional, e movimentos “herdeiros”, são algumas das questões abordadas. Ao longo dessa análise incluem-se aspectos da cultura política argentina, bem como eventos históricos marcantes considerados especialmente relevantes pela memória histórica e social argentina. Foi mapeada a luta delas para impor uma narrativa que transforma as representações sociais e a relação que tiveram com governos, que criaram ou modificaram leis de reparação, entre outras disputas por memória e justiça.

No terceiro capítulo, a mesma análise é feita em relação ao *Movimento Feminino pela Anistia* no Brasil, nos anos 1970 e 1980. Na análise do movimento brasileiro, destaca-se a biografia de Glória Viana, justamente, por enfatizar em sua vida a trajetória de mãe de preso político, que, por meio do engajamento, se transforma no sujeito de que fala Touraine. Glória Viana enfatiza em sua biografia os aspectos internos que a levaram a uma ação na esfera pública.

O quarto capítulo trata da relação entre os conceitos mobilizados na análise dos movimentos, dentro da perspectiva da estratégia da socialização política da maternidade, tendo como pano de fundo a disputa narrativa da memória, percebida como um direito humano. São retomadas, nesse capítulo, as diferenças históricas que se traduzem em culturas cívicas e sistemas repressivos também diferentes. É feito um debate acerca das interpretações da memória, em especial da memória enquanto direito humano e, portanto, demanda de movimentos sociais que surgem da resistência às ditaduras latino-americanas, em especial de Brasil e Argentina.

Nesse sentido, inserem-se também as discussões acerca dos novos movimentos sociais na América Latina e suas relações com o processo de construção de Sujeitos (TOURAINÉ, 1998) e com a memória histórica. Esses conceitos norteiam a hipótese principal desse trabalho, que enfatiza o aspecto dinâmico e interconectado dessas dimensões simbólicas, ligadas às disputas de memória. A inclusão da memória histórica das mulheres e suas ações na esfera pública é um modo de inclusão da mulher enquanto sujeito histórico capaz de transformar as representações sociais e, conseqüentemente, seu papel na sociedade.

Na conclusão, espera-se mostrar de que modo, baseado no que foi discutido nos dois contextos nacionais, nos eixos centrais de análise do processo de construção do sujeito político, baseado na ideia de *socialização da maternidade*, a partir e em função da legitimidade de suas demandas, significa um importante aporte para um novo marco interpretativo da memória social das mulheres no âmbito político. A partir da noção, como já foi dito, de que a exclusão da memória social é um silenciamento que produz outras exclusões, ao não permitir a elaboração de uma representação social da mulher dotada de capacidade de ação política de forma autônoma.



2

As Mães da Praça de Maio: a socialização da maternidade e a politização do sujeito

O que hoje é um movimento social internacionalmente reconhecido por estados, organizações e instituições da sociedade civil, as *Mães da Praça de Maio*, nasceu da indignação de catorze mães argentinas, que reclamavam seus filhos “desaparecidos” na repressão empreendida pelo Estado, em 1977, em plena ditadura militar em seu país. Conforme o desaparecimento se afirmava enquanto prática repressiva do governo ditatorial, crescia também o número de mães que se indignava contra a violência de Estado. Dessa forma, a mobilização inicial, cuja demanda era a de que o governo provesse informações sobre seus filhos desaparecidos e o paradeiro de seus netos, solidificou-se e ampliou-se, tornando-se um movimento de luta pela verdade, que se traduz no reconhecimento de suas memórias, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil e, também, a luta por justiça. Tornou-se um elemento fundamental do repertório utilizado pelas *Madres*.

O movimento já possui 40 anos de atividade. Seu símbolo, o lenço branco na cabeça, ou *pañuelo*, como é denominado por elas, ultrapassou as fronteiras nacionais e hoje marca, pintado no chão, o circuito das mães na *Plaza de Mayo* em Buenos Aires, atraindo turistas, como um monumento à memória da luta das mães contra a ditadura. O *pañuelo* tornou-se, também, um símbolo de luta, equivalente a uma medalha⁷, que é oferecido em homenagem a figuras do mundo político ou civil que se destacam na luta por Direitos Humanos.

Atualmente estão presentes e ativas em todas as principais redes sociais e apresentam o programa *Madres de la Plaza*, na *TV Pública*, o qual conta com um quadro dedicado à história delas e outro à memória dos filhos desaparecidos. Ao longo dos anos, tiveram muitas vitórias, principalmente na busca por seus netos também desaparecidos.⁸ Ora conciliador, ora confrontativo, o diálogo com a

⁷ No caso brasileiro, como veremos adiante nesse trabalho, foi criada a Medalha Chico Mendes, criada em 1985 pelo estatuto do Grupo Tortura Nunca Mais e distribuída a pessoas e instituições que se destacam na luta por Direitos Humanos desde 1989.

⁸ Em abril de 2017, dias antes de completarem quarenta anos de sua primeira ação pública coletiva, foi encontrado o 122º neto desaparecido. <

política institucional foi constante. O acervo documental e audiovisual das *Mães da Praça de Maio*⁹ é impressionante e boa parte está disponível no *site* do Movimento¹⁰. Sua sede em Buenos Aires disponibiliza um acervo valioso em sua biblioteca, tornando-se um arquivo relevante para pesquisadores da ditadura argentina.

No entanto, essas mulheres, que hoje são política e socialmente tão ativas e cuja relevância de seu trabalho desfruta de reconhecimento internacional, quando se reuniram pela primeira vez, trouxeram seus dramas familiares, privados, para a esfera pública. Possuíam em comum uma experiência trágica na maternidade. Mas essa vivência que as unia - a de serem elas “mães de desaparecidos” - era também uma questão pública, uma vez que haviam desaparecido por suas atividades políticas. Assim, é a trajetória política de seus filhos que as reúne e mobiliza para suas ações na esfera pública e, nesse processo, constroem sua identidade enquanto movimento social e sujeito político.

O próprio nome *Mães da Praça de Maio* possui uma forte carga simbólica, incorporando a identidade individual e coletiva que as define, no momento em que decidem se mobilizar: a de mãe e, mais especificamente, mãe de “desaparecido”. É a partir da relação de maternidade, abalada pelo Estado, que a união primeira se dá entre elas. O nome agrega, também, a noção de ocupação do espaço e da esfera públicos, simbolizados pela *Plaza de Mayo*, onde se localiza a sede do governo argentino e é o tradicional palco das mobilizações políticas na capital do país. A trajetória do movimento se desenrola como uma espécie de síntese da trajetória de mulheres que se constroem enquanto sujeito político, ocupando a esfera pública por meio da estratégia de utilização de seu papel tradicional na esfera privada: o de mãe.

Além de possuírem entre suas pautas iniciais a da busca de seus netos, desaparecidos, isto é, um objetivo de longo prazo, as *Mães da Praça de Maio*

<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/24/avos-da-praca-de-maio-recuperam-neto-de-numero-122-na-argentina/> > Acesso em: 13/07/2017.

⁹ Aqui, há que se fazer uma ressalva. O grupo original *Madres de Plaza de Mayo* sofreu uma cisão em 1986, dividindo-se em dois. Hoje coexistem os grupos *Mães da Praça de Maio- Linha Fundadora* liderada por Nora Cortiñas e *Associação Mães da Praça de Maio*, liderada por Hebe de Bonafini. Apesar da divisão interna, cujos motivos explicitaremos mais adiante, de acordo com a argumentação proposta nesse capítulo, continuaram marchando juntas.

¹⁰ < <http://madres.org> > Acesso em 15/07/2017 e < <http://madresfundadoras.blogspot.com.br/> > acesso na mesma data.

possuem, também, os componentes presentes nos movimentos mais estruturados como: ritos, símbolos e manifestações de massa, como elenca Melucci (2001). Ao longo do tempo, souberam transformar sua estrutura, ampliar suas demandas, mobilizar novos recursos e repertórios, que lhes permitiram, apesar das tensões internas, intrínsecas aos movimentos sociais, sobreviver e legitimar sua imagem frente à sociedade civil e aos órgãos públicos, após a transição democrática.

O processo de construção da cultura da ação coletiva, segundo Tarrow (2009), se dá sobre marcos interpretativos e emoções, cujo objetivo é passar da frustração à mobilização. Com relação a tais marcos interpretativos, são escolhidos símbolos, direitos são ressignificados e argumentos selecionados estrategicamente em um sistema, organizado de forma a reforçar as identidades em construção e convencer a sociedade civil da legitimidade de suas demandas. Essas estratégias e repertórios, ainda segundo o autor, dependerão da cultura política, do tempo de luta e da natureza da mobilização.

Diante da intensificação da participação da sociedade civil na esfera pública na América Latina dos anos 1990, as *Mães da Praça de Maio*, apesar de discordâncias pontuais - que geraram uma cisão, dividindo-as em dois grupos, como veremos adiante -, permaneceram um grupo coeso, que ampliou sua atuação, articulando-se com outros movimentos e novas formas de participação que surgiam, como as organizações não governamentais e as novas tecnologias, em especial as de comunicação. Hoje, suas pautas abrangem questões mais amplas, ligadas à defesa dos Direitos Humanos em sentido lato.

Apesar de composto por senhoras que nasceram antes ou durante a Segunda Guerra Mundial, o movimento de mães argentinas soube se integrar a uma estrutura de ação coletiva, organizada em rede e globalizada, incorporando e criando novos repertórios e estratégias de ação, inclusive, fazendo intenso uso das novas tecnologias, mas nunca abandonando o elo mais forte que as uniu e que se tornou sua principal estratégia de luta: o desaparecimento de seus filhos e netos e o espaço da *Plaza de Mayo*.

Essa continuidade no tempo e no espaço, por si só, já confere ao movimento argentino um destaque especial em qualquer estudo acerca da construção de um sujeito político feminino naquele país. É um processo de tomada de consciência, passo inicial para o desenvolvimento de uma identidade coletiva. Essa identidade, permite que se vislumbre uma ação política, que

mantém franco diálogo com as instituições do Estado. Mesmo havendo governos com os quais tiveram maior ou menor afinidade política e outros, como o atual, em que o conflito é intenso - como será explicitado adiante -, a interação com as instituições políticas governamentais democráticas argentinas sempre existiu como uma das estratégias de ação do movimento das *Madres*.

O que o movimento de mães argentinas soube mobilizar foi justamente a representação social tradicional da maternidade, do “sexo frágil”, utilizando-se desse capital, extremamente legitimado em sociedades marcadas pela tradição judaico-cristã, como as latino-americanas, para trazer uma demanda de origem particular, a dor do desaparecimento, para a esfera pública.

Com isso, transformam a defesa da família, do âmbito privado e pessoal, em algo coletivo e público, desconstruindo a noção de que a “natureza feminina” não possui os atributos necessários ao bem comum, precisamente, em função de a maternidade incapacitá-las de possuir um espírito público. A falta desse espírito público as impeliria a agir de modo a privilegiar os seus, sua casa e sua família. Ao transformarem essa relação entre público e privado, aprendem no “processo de liberação cognitiva” de que fala McAdam (1982, apud, PAIVA, 2013), de se constituírem como militantes de um movimento social, enquanto sujeitos, social e politicamente engajados.

Alguns elementos recebem especial atenção nesse trabalho por constituírem a trama em que se desenrola a dupla dimensão da trajetória individual e coletiva das *Madres*. O primeiro deles é, naturalmente, o contexto histórico em que nascem e crescem as integrantes do Movimento. Nesse sentido, destaca-se a cultura política argentina, em especial portenha. No intuito de compreender as especificidades da cultura política desse país, é preciso enfatizar a importância da educação, do associativismo e mobilização popular, que são fundamentais. Com relação ao contexto histórico, destaca-se o *peronismo* que forneceu forte figura feminina de grande influência sobre as massas, Eva Perón. No âmbito internacional, a mobilização social intensa dos anos 1960 também influenciou a América Latina.

Nascidas no período entre guerras, em sua maioria, as *Madres* passam a infância e juventude sob a experiência do *peronismo*.¹¹ A geração das mulheres que se tornaram as *Mães da Praça de Maio* testemunhou e experimentou mudanças profundas na sociedade, tanto em âmbito global, quanto local. A Segunda Guerra Mundial foi um marco sem precedentes na história da humanidade. Foi a primeira guerra que contou com bombardeios aéreos. E, também, a primeira sobre a qual se produziu, durante e depois, tantas imagens revelando e retratando seu lado mais sombrio. Era a guerra na era dos meios de comunicação de massas.

Os meios de comunicação de massas, em especial o rádio e o cinema, faziam com que a informação e as ideias circulassem mais rápido. O aspecto audiovisual transforma a relação narrativa com a memória, ao modificar a possibilidade de acesso ao passado. Da mesma forma, a própria experiência, individual e coletiva, do tempo em si se transformava, ganhando aceleração. O populismo *peronista* (1946-1952; 1952-1955; 1973-1976) levava a população às ruas e estimulava o associativismo. Ao contrário de Vargas, que preferia concentrações fechadas como estádios, Perón se notabilizava pela ocupação de espaços públicos como a Praça de Maio (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

O *peronismo* fortalece o legado da cultura da participação¹², da política de massas, que se faz no espaço público, e enfatiza o aspecto coletivo das ações individuais (PRIVITELIO; ROMERO, 2005). Não significa dizer que não houvesse antes dele uma cultura política de mobilização, em especial na urbana Buenos Aires, como revela Sábato (1998). No entanto, a forma de Perón de fazer política junto às massas, aliada a seu carisma e sua origem popular, fortaleceu ainda mais essa cultura de mobilização no povo argentino.

¹¹ Juan Domingo Perón foi o líder carismático da Argentina identificado com o populismo naquele país. Foi presidente da Argentina por três mandatos: de 1946 a 1952; de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974. Trata-se de uma figura política das mais importantes da história da Argentina. O país ficou polarizado entre *peronistas* e *anti peronistas*, representados, respectivamente, pela classe trabalhadora, elites e classes médias. O *peronismo* é um elemento de grande relevância na construção da cultura política Argentina.

¹² Como veremos adiante, a esfera pública Argentina era bem dinâmica já desde o século XIX, mas sem dúvida, Perón aprofundou esse dinamismo no país, como afirmam Fausto e Devoto (2004) e Sábato (1998).

El éxito de las mobilizaciones en términos de la cantidad de gente que lograban reunir y la repercusión que tenían sugiere que buena parte de la población de Buenos Aires las consideraba instancias de participación significativas. Tal vez fueron entendidas como formas de intervención em la vida política más directas que la vía electoral. (SABATO, 1998, 278).

O peronismo surgia numa sociedade bem mais mobilizada que a brasileira, com um sistema de partidos já antigo, que contava com máquinas políticas construídas ao longo de décadas e que, a despeito das distorções, arraigara na prática, entre a população, o hábito da participação eleitoral. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 326).

O Dia da Lealdade, 17 de outubro, marco histórico do surgimento do *peronismo*, simboliza a culminância de um período de turbulência e ampla mobilização, de diferentes forças políticas, que se iniciara meses antes, naquele mesmo ano de 1945. Nessa data, os trabalhadores tomaram a Praça de Maio, exigindo a soltura de Perón. O líder popular se encontrava preso, em função de uma manobra de setores militares e conservadores para retirá-lo da disputa eleitoral, em 1945. Ainda que o Dia da Lealdade tenha sido organizado em grande parte pelos sindicatos, base de apoio popular de Perón, a mobilização “teve forte caráter espontâneo e marginal ao Estado, característica que estaria sempre muito presente em sua mitologia” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 325).

O *peronismo* argentino contou com uma importante figura feminina: Eva Perón, ou Evita, como foi apelidada. Evita nasceu numa área rural do país, filha de uma relação extraconjugal de um grande proprietário de terras. Ainda adolescente, chega a Buenos Aires, onde acaba trabalhando como atriz de rádio. Após tornar-se Eva “Perón”, vai aos poucos se fortalecendo como um elemento importante do *peronismo* no imaginário popular, como afirmam Fausto e Devoto:

Por outro lado, o discurso peronista se apoiava em outro, diferente e ao mesmo tempo complementar, o de Evita. Esse era bem mais radicalizado, a começar por seu apelo insistente aos ‘descamisados’ e seus incessantes ataques à ‘oligarquia’. Essa dualidade de funções era patente no lema: ‘*Perón cumple, Evita dignifica*’. (Fausto e Devoto, 2004, 328)

No primeiro governo de Perón (1946 - 1952), a primeira dama fundou o Partido Peronista Feminino, em 1946. O objetivo era preparar o terreno para inclusão das mulheres, enquanto eleitoras, no ano seguinte, aumentando a base eleitoral de Perón. Evita, com suas joias e exuberância, tornou-se uma figura importante no imaginário político argentino, também porque encarnava a ambição

de muitos dos cidadãos que, como ela, haviam nascido pobres. Segundo Zabaleta (2000), as mulheres foram um dos sólidos pilares de apoio e sustentação do *peronismo*. Assim como Evita, ao dar ao *peronismo* uma dimensão feminina, assumem um discurso de inserção da mulher na esfera pública argentina, ainda que longe de uma agenda feminista.

Este período foi de fato único na história Argentina, em que o presidente e seus íntimos colaboradores, incluindo sua esposa Eva Duarte Perón, falaram aberta e fortemente em favor de uma legislação que desse às mulheres igualdade política. Como resultado, a aquisição de direitos políticos pelas mulheres argentinas em 1947 tornou-se intrinsecamente associada à figura de Eva Perón. Não é surpreendente, então, que tenham existido inúmeras tentativas de retratá-la como uma das primeiras feministas latino-americanas. Felizmente, Marifran Carlson reverteu este quadro, mostrando que Eva Perón não tinha uma real filosofia feminista. (ZABALETA, 2000, 3)

Ainda que sem romper exatamente com as construções sociais do universo feminino tradicional, Eva Perón adentra a esfera pública, exercendo um papel político, num contexto de populismo, de “mãe da nação argentina” ou Supermãe, presente no imaginário social latino-americano, nas palavras de Zabaleta (2000). Somando-se a isso, o projeto peronista de inclusão das mulheres entre os eleitores, uma vez que possuía grande apoio entre elas e que teve como figura central “Evita”. Estão reunidos os elementos para criação de um forte símbolo feminino da política argentina, ainda presente na memória social.

O *peronismo* centrava seu apoio político nos trabalhadores, de modo que incluir as mulheres, ganhando seu apoio, significava, por um lado, valorizar suas funções familiares, como a educação dos filhos enquanto um trabalho para a sociedade, ou seja, uma função social. O projeto peronista entendia a educação pública e familiar como importante fator de fortalecimento de sua doutrina. Por outro lado, significou mais educação profissional para as mulheres. Naturalmente que essa educação se concentrava nas áreas tradicionalmente ocupadas por elas, como magistério e a costura, mas era um projeto de profissionalização da mulher, que significou autonomia para muitas delas, como é possível observar em um dos depoimentos analisados por Zabaleta:

Através do Partido, minha irmã, que não tinha nenhum preparo, arranhou emprego como professora de costureiras em um Colégio Técnico Noturno para mulheres, mantido pelo governo. Eu fui por conta própria e aprendi datilografia. Para mim, em síntese, o Partido [*Peronista feminino*] abriu-me as portas. (ZABALETA, 2000, 6).

Como é natural das disputas narrativas do campo da memória, Evita foi retratada de diversas formas, que deram ênfase a perspectivas e aspectos diferentes de sua trajetória. Ora a ênfase está na demagogia populista da mulher “mãe dos descamisados”, em cujas aparições públicas se apresentava repleta de joias; ora em seu papel fundamental no arcabouço simbólico do *peronismo*. E, justamente pelas diversas óticas sob as quais Evita é rememorada e interpretada, permanece presente no imaginário argentino. Passados sessenta anos de sua morte, em 2012, a então presidente argentina, Cristina Kirchner, lançou uma nota comemorativa de cem pesos, em homenagem a Evita, em dos muitos atos celebrados naquela data, que atestam a importância da figura de Evita no imaginário social e político da Argentina.¹³

2.1

Educação e mobilização política

As políticas educacionais da Argentina estão intrinsecamente ligadas à tradição de mobilização política. Tanto pelo movimento estudantil em si, quanto pelo fato de a educação ser um elemento de emancipação individual e política. A preocupação desse país com o estabelecimento de um sistema e/ou política educacional estava presente entre os legisladores argentinos, no século XIX. Fazia parte de um projeto de construção nacional do país, com a integração dos vários grupos de imigrantes que chegavam durante o período. Ao longo de sua história, houve oscilações em relação à expansão da rede de ensino escolar e universitário. Nesse contexto, o *peronismo* significou um momento de expansão, ainda que o Estado tentasse reduzir a autonomia universitária (MANGONE; WARLEY, 1984).

¹³ *Argentinos lembram 60 anos da morte de Evita*, BBC, 2012 < https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2012/07/120726_galeria_evita_ru > Acesso em 24/05/2017
Cristina Kirchner: she's not just another Evita, The Guardian, 2012 < <https://www.theguardian.com/theobserver/2012/feb/05/observer-profile-cristina-kirchner-argentina> >
A herança Evita, Folha de São Paulo, 2015 < <http://temas.folha.uol.com.br/desconstruindo-evita-peron/a-heranca-evita/uma-imagem-ainda-viva.shtml> > Acesso em: 26/05/2017.

A Universidade de Córdoba, a primeira do país, foi criada em 1621, em pleno período colonial.¹⁴ Esta constitui uma relevante diferença entre os projetos coloniais de Espanha e Portugal: o estabelecimento de universidades nas colônias americanas. A Universidade de Buenos Aires foi fundada em 1821, enquanto o Brasil negociava sua independência. O primeiro curso superior no Brasil data de 1827, destinando-se à formação de quadros administrativos para a recém-nação independente. Com relação ao ensino fundamental, o debate acerca desse tema é central desde 1852 na Argentina. Em 1860, o número de escolas públicas ultrapassava o da rede privada nesse país, sendo 317 escolas públicas e 276 particulares (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Assim, a questão educacional estava posta na Argentina desde o século XIX.

O Estado argentino, desde meados do século XIX, empenhou-se com amplos resultados, em uma verdadeira cruzada educativa, visando aos objetivos acima assinalados [alfabetização e nacionalização dos imigrantes] e à construção de uma identidade nacional. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 201)

No ano de 1918, o movimento estudantil da Universidade de Córdoba¹⁵, após diversas mobilizações, lança o *Manifiesto Liminar*. Córdoba era uma cidade considerada conservadora, em especial a universidade. Segundo Sarmiento, até 1816, a universidade desprezava ciências como a Física. Entre as demandas elencadas no manifesto estavam: a autonomia universitária e uma “universidade aberta ao povo” (CIRIA; SANGUINETTI, 1987). Os estudantes de Córdoba, em suma, destacavam a função social da universidade, enquanto um direito intrinsecamente ligado à noção de cidadania. A Reforma Universitária de 1918, cujo *Manifiesto Liminar* gerou a pressão necessária, “introduzira uma notória politização, por meio da administração tripartite (professores, graduados e alunos).” (FAUSTO, DEVOTO; 2004, 206). Tal evento mostra o quanto o movimento estudantil argentino era mobilizado, bem como a visão democrática que tinham acerca da universidade e sua função para a sociedade.

¹⁴ Em 1613, se iniciaram os *Estudios Superiores* no Colégio Máximo de Córdoba (FAUSTO, DEVOTO; 2004).

¹⁵ Nesse momento, o sistema universitário argentino contava com três universidades nacionais (Córdoba, Buenos Aires e La Plata) e duas provinciais (Santa Fe e Tucumán). No entanto, em função do conservadorismo dos jesuítas em Córdoba, nessa universidade o movimento foi mais forte, de acordo com Fausto e Devoto, 2004.

No século seguinte, Perón também dará ênfase à educação. No plano da educação escolar, tratava-se de um projeto autoritário que enfrentava a oposição dos professores, a maioria oriunda das classes médias antiperonistas, que a denominavam de “doutrina peronista”, mas que buscou a expansão da rede escolar (FAUSTO; DEVOTO, 2004). Perón também tornou o ensino universitário novamente gratuito, em 1947, permitindo o acesso dos filhos dos trabalhadores à universidade e, conseqüentemente, promovendo a ascensão de uma classe média de origem popular e peronista.

Ainda que a presença das mulheres nas universidades, nesse período, fosse ínfima e restrita a algumas áreas, a expansão da educação promoveu um aprofundamento da politização em uma sociedade, que já possuía tradição de mobilização política desde o século XIX:

(...) las mobilizaciones colectivas adquirieron um papel clave en tanto constituían la expresión más visible y contundente del pueblo portenho, núcleo fundante de ese proyecto de comunidade. (SABATO, 1998, 281)

Assim, ao reunirem-se em praça pública, as mães argentinas, utilizaram repertórios clássicos de mobilização aprendidas na experiência política nacional. Elas transformaram sua indignação pessoal em ação coletiva. Ao mobilizarem-se enquanto mães, em outro contexto histórico, incorporaram outras experiências dos movimentos sociais da segunda metade do século XX. Ao atualizarem seu repertório de acordo com os recursos que possuíam, incorporaram a própria atualização enquanto prática. Assim, chegam ao século XXI, utilizando-se amplamente das novas tecnologias para manter sua coesão e conquistar novos membros. Tarrow afirma que:

As oportunidades externas não produzem necessariamente movimentos sociais sustentados. Para isso, o processo exige que os desafiantes empreguem repertórios de confronto conhecidos, enquadrem suas mensagens de forma dinâmica e tenham acesso ou construam estruturas de mobilização unificadoras. (TARROW; 2009, 29)

Todas as características acima elencadas pelo autor estão presentes nas *Madres*. Sendo mulheres de outro tempo, o processo de tomada de consciência quanto à situação da mulher na sociedade e, principalmente, na esfera política, se dá a partir da mobilização para a ação coletiva, ou seja, da busca individual pelos

filhos e netos desaparecidos que acaba se traduzindo numa demanda pública por memória e justiça.

La Plaza nos mostró que la única posibilidad de continuar la lucha era el trabajo colectivo; y así cada Madre se convirtió en un eslabón de esta poderosa cadena. Poco a poco fuimos viendo la necesidad de **socializar la maternidad**: convertirnos en Madres de los 30.000 desaparecidos, sin ningún tipo de distinciones. Las integrantes de la Asociación no luchamos por nuestro propio hijo, sino por todos los que dieron su vida por esta patria. En esta lucha colectiva, nuestros hijos son los 30.000.¹⁶

Foi a experiência na praça pública que aprofundou a solidariedade do grupo, no momento em que surge da indignação a coragem, em um período de fortíssima repressão. À medida que ser mãe define grande parte da função da mulher na família e na sociedade, o corte abrupto e trágico dessa função tem forte impacto nesses indivíduos, os impele a redimensionar esforços, custos e expectativas com relação à ação coletiva. Tarrow traz a definição de Tilly de “repressão”: “é qualquer ação de outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva do opositor. Uma ação que diminua o custo da ação coletiva do grupo é uma forma de facilitação” (1978; 10). De modo que, não só as oportunidades, mas também as restrições políticas devem ser consideradas. Nesse caso da “perda” trágica da função materna, essas mulheres criam novas formas de agir no mundo, socializando a maternidade politicamente.

O autor também aponta que o sucesso das ações repressivas pode ter como consequência a radicalização e organização mais efetiva dos opositores. Mas sem dúvidas, é essa experiência na esfera pública que constrói o sujeito de que fala Touraine (1997), consciente de sua capacidade de ação na sociedade e transformação de uma determinada realidade percebida. Trata-se, ainda, de um relato acerca do processo de liberação cognitiva, que expande as oportunidades políticas e se traduz em novas formas de solidariedade social, como observou McAdam (1982, apud, PAIVA, 2013.).

¹⁶ Ítem: *Socialización de la maternidad* < <http://madres.org/index.php/consignas/> > Acesso em: 30/09/2017.

2.2

Os militares no poder

Em 24 de março de 1976, o general Jorge Rafael Videla tomava o poder por meio de um golpe de Estado, depondo a presidente Maria Estela Martínez de Perón, segunda esposa de Perón, vice-presidente, que assume após a morte do líder populista, em 1974. Assim como no Brasil, o golpe militar argentino contou, inicialmente, com o apoio do empresariado nacional e de setores da classe média. Conforme o regime militar tornava-se violento e economicamente desvantajoso para a classe média, a sociedade passou a contestar sua validade. O golpe deu início a uma das mais violentas ditaduras da América Latina, que se utilizou do desaparecimento de militantes de oposição ao regime de modo sistemático: “No último trimestre daquele ano, os índices de violência indicavam um assassinato político a cada cinco horas, uma bomba a cada 3 horas e quinze sequestros por dia.” (CALVEIRO, 2013, 32)

Calveiro denomina essa institucionalização do desaparecimento no sistema repressivo argentino de *poder desaparecedor*, cujo objetivo era o de obter a informação necessária para exterminar os opositores. Nesse contexto, o desaparecimento dos filhos dos militantes denota o planejamento em longo prazo, para a extinção das ideologias de esquerda no país, uma vez que os filhos dos militantes mortos eram adotados por outras famílias, muitas delas de militares. Acreditava-se que receberiam uma educação de acordo com os princípios morais e patrióticos compartilhados por eles: “matavam quem deviam matar [as militantes]; preservavam a outra vida [do bebê] e evitavam que ela tivesse um lar subversivo.” (CALVEIRO, 2013, 84).

Inicialmente, as mulheres que depois se reuniram formando o movimento das *Mães da Praça de Maio* buscavam informações sobre seus filhos de modo individual. Procuravam os órgãos de governo, incansavelmente, para pedir informações acerca dos filhos militantes desaparecidos. Nesse primeiro momento, as organizações governamentais colocavam-nas numa posição de mães ingênuas ou culpadas. Ingênuas por, precisamente, esse olhar materno que as fazia ignorar a realidade sobre seus filhos “terroristas”. Culpadas, pela subversão de seus filhos, que deveria ter origem na criação que receberam e, nesse sentido,

tradicionalmente, a culpa recai mais na mãe do que no pai, pois seria a responsável “natural” e “direta” da educação dos indivíduos.

No caso das filhas, eram consideradas ainda mais perigosas, por serem duplamente subversivas: sendo mulheres e “terroristas”, ainda que pesasse sobre elas a ambiguidade. Esse aspecto dúbio das mulheres militantes se concentra na ideia tradicional da mulher “santa e louca”. Ora eram meninas ingênuas que eram manipuladas por seus parceiros militantes, ora eram “mulheres sexualmente liberadas” e violentas. Ao mesmo tempo, essas duas dimensões se entrelaçam coexistindo e confundindo-se. De acordo com Calveiro (1998; 2013), o arquétipo da guerrilheira construído pelos militares latino-americanos, de modo geral, era este:

As mulheres ostentavam uma enorme liberdade sexual, eram péssimas donas de casa, péssimas mães, péssimas esposas, e particularmente cruéis. Na relação conjugal eram dominadoras e tendiam a se envolver com homens mais novos, para manipulá-los. O protótipo construído correspondia perfeitamente a descrição feita por um suboficial chileno, ex-aluno da Escola das Américas, como muitos militares argentinos: ‘quando uma mulher era guerrilheira, era muito perigosa: nisto [os instrutores da Escola] insistiam muito, que as mulheres eram extremamente perigosas. Eram sempre apaixonadas e prostitutas, e estavam em busca de homens. (...) supunham que os subversivos tinham essas características por vir de famílias desintegradas, com pais separados. Em última instância então, seus pais eram sempre os responsáveis, suspeitos em potencial. (CALVEIRO, 2013, 94)

As mães dos desaparecidos iam, aos poucos, encontrando-se pelas repartições, quartéis e hospitais. Logo essas mães perceberam que tinham um problema comum e decidiram se unir: em 30 de abril de 1977, reuniram-se catorze mães¹⁷ na Praça de Maio, que abriga a sede do governo argentino. As reuniões de cinco pessoas, ou mais, eram proibidas pelo governo à época e, por isso, surgiu a nova estratégia de caminhar em círculo, rodeando a Pirâmide Maio, monumento que celebra a independência daquele país, em 25 de maio de 1810.

A iniciativa teria surgido de Azucena Villaflor, que possuía um filho e uma nora desaparecidos. Segundo Hebe Bonafini, ainda líder das *Madres*¹⁸,

¹⁷ Eram elas: Azucena Villaflor de Vicenti, Josefa de Noia, Raquel de Caimi, Beatriz de Neuhaus, Delicia de Gonzales, Raquel Arcusin, Haydée de Garcia Buella, Mirta de Varavalle, Berta de Braerman, Maria Adela Gard de Antolokoletz, Cândida Felícia Gard, Maria Mercedes Gard e Julia Gard de Piva.

¹⁸ Líder do grupo *Associação das Mães da Praça de Maio*.

Azucena vinha de família peronista e tinha mais experiência política.¹⁹ Ela teria sugerido o primeiro protesto para dar visibilidade às suas demandas. A primeira manifestação ocorreu num sábado, dia que o tráfego de pessoas no local é menor. A visibilidade que desejavam não foi alcançada.

A ideia inicial era entregar uma carta na Casa Rosada, exigindo informações sobre seus filhos. Após essa primeira tentativa, decidiram que o melhor dia e horário para realizarem seu protesto seria às quintas-feiras, no fim do dia, quando muitos trabalhadores de Buenos Aires passam pela praça. Trata-se de um exemplo claro do aprendizado estratégico que ocorre dentro do movimento social, com a prática da mobilização coletiva:

Recuerdo que era un sábado. La intención no fue otra que entregar una carta en la Casa de Gobierno, para que nos dijeran que había pasado con nuestros hijos. Como era un fin de semana nadie nos vio, por eso decidimos volver el jueves próximo.²⁰

Apesar dos laços que uniam a Igreja ao regime ditatorial argentino, evidentes nas relações de Videla com a cúpula dirigente da Igreja naquele período, as *Madres* receberam apoio individual de membros da Igreja Católica. Eram padres e freiras que permitiam reuniões em seu espaço, bem como colaboravam no que era possível (FAUSTO; DEVOTO, 2004). As *Madres* decidiram, então, participar enquanto grupo, da tradicional peregrinação à Basílica de Lujan²¹, em outubro de 1977, quando ocorre o dia das mães na Argentina. Para que pudessem se identificar umas às outras e serem identificadas pela imprensa e população, combinaram usar os *pañuelos* brancos na cabeça. Os *pañuelos* representavam as “fraldas” de seus filhos desaparecidos. Nascia, assim, aquele que seria o símbolo internacionalmente conhecido das *Mães da Praça de Maio* e que se tornaria um prêmio simbólico de luta pelos Direitos Humanos, oferecido anualmente a pessoas e instituições de destaque nessa área.

¹⁹ Iramain, Luis; e Nielsen, Gerardo: «Entrevista a la presidenta de la Asociación Madres de Plaza de Mayo», artigo de 12 de fevereiro de 2002 em *Página Digital*. < <http://www.paginadigital.com.ar/articulos/2002rest/2002seg/entrevistas/hebe26-2.html> > Acesso em 21/01/2018.

²⁰ < <http://www1.udel.edu/leipzig/254/lasmadres.htm> > Acesso em: 22/02/2018

²¹ A Virgem de Luján é um ícone do catolicismo argentino, cuja peregrinação atrai anualmente muitos devotos.

No entanto, conforme as mães dos desaparecidos de Buenos Aires se articulavam e se uniam a outras mães na mesma situação em outras províncias, despertavam a atenção especial dos militares, que começaram a perceber que aquelas senhoras poderiam trazer problemas. Meses depois de iniciado o movimento, ainda em 1977, Azucena Villaflor foi sequestrada junto com outras duas pioneiras: Maria Ponce de Bianco e Esther Ballestrino. Hebe Bonafini relembra o sequestro:

La desaparición de Azucena, de Mary y de Esther, casi nos hizo tambalear a este grupo que recién se armaba. Lo hicieron para liquidarnos, ellos no pensaron que nosotras íbamos a seguir. De esas Madres lo que hay que saber es que se llevaron las tres mejores Madres que teníamos, porque nosotras veníamos todas de no saber nada [...] Azucena venía de una familia peronista muy combativa, que ya había vivido mucha presión la familia Villaflor, ella ya había sido sindicalista, trabajaba en una compañía de telefonía y era del sindicato; Mary Ponce trabajaba en la base de la Iglesia del Tercer Mundo y Esther Balestrino era una bioquímica que venía huyendo de Paraguay. Ella vino y nos dijo que se llamaba Teresa [...] era una mujer súperinteligente.²²

Acredita-se que Azucena Villaflor e suas companheiras tenham sido levadas para a Escola de Mecânica da Armada (ESMA)²³, que funcionava como centro clandestino de tortura e de onde partiam os chamados “voos da morte”, meio pelo qual os militares argentinos, sistematicamente, livravam-se dos corpos de suas vítimas, mortas ou sedadas, jogando-as de avião no Rio da Prata. Essa versão é provável, pois a prisão das três companheiras se dá após a infiltração de Astiz no grupo delas, tenente da Marinha lotado na referida Escola²⁴.

Em dezembro de 1977, começaram a surgir os primeiros cadáveres nas margens das cidades de Santa Teresita y Mar del Tuyú. Outros cadáveres seguiram aparecendo em outros balneários. Naturalmente, na época, o esforço para se identificar tais corpos, não passava de encenação do poder público. Muitos

²² Idem; 18

²³ A Escola de Mecânica da Armada abriga atualmente o Espaço Memória e Direitos Humanos (2004) e o Museu Sítio de Memória (2015).

²⁴ O capitão Alfredo Astiz fora encarregado à época da ditadura de infiltrar-se em grupos de resistência. Conhecido como “*O anjo louro da morte*”, foi julgado em 2009, pelos crimes cometidos em nome da ditadura argentina. Mas também foram abertos em seu nome processos na França (1990) e na Itália (2007), em função de crimes cometidos por ele contra cidadãos desses países. Nos três processos foi condenado à prisão perpétua. < <https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/julgamento-de-astiz-o-garoto-mimado-da-d/> > e < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/prisao-perpetua-para-astiz-na-argentina.html> > Acesso: 24/05/2018.

foram enterrados como indigentes em cemitérios de todo o país. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep), bem como os grupos em luta por memória e justiça, como as *Madres*, lograram identificar muitas dessas ossadas. Apenas em 2005, foi confirmado que três das oito ossadas pesquisadas na Universidade de Córdoba, naquela oportunidade, pertenciam a Azucena Villaflor, Maria Ponce de Bianco e Esther Ballestrino.

Apesar da grave ameaça ao movimento de mães que se articulava, contida no sequestro de Villaflor e suas companheiras, as *Mães da Praça de Maio* seguiram se encontrando. O sequestro era um claro recado para as mães: elas não passariam impunes por serem mães. Mas também significava que elas haviam sido compreendidas: enquanto mães, também não desistiriam de lutar por seus filhos. Elas ganhavam força e coragem por meio da rede que haviam formado e, ao longo desse processo, perceberam que se tornavam uma força política, e cada uma delas um sujeito político, cuja ação se dava na esfera pública. Foram muitas as ameaças e prisões realizadas contra as *Madres*:

Después del secuestro de Azucena, que nunca más apareció con vida, no fue fácil retornar a la Plaza de Mayo. Muchas madres tenían miedo de volver. También se hacía difícil ir a reclamar a los centros de detención y a los campos de concentración que habíamos descubierto. Nos llevaban presas a cada momento. Cuando detenían a una madre, íbamos todas a la comisaría y hasta que no la liberaban no nos íbamos del lugar. Nos golpeaban. Ponían perros en la Plaza para que nos ataquen. Nos tiraban gases lacrimógenos. Pero resistimos por ese pedacito de Plaza y por ese pedacito de cielo, hasta llegar al DIA de hoy.²⁵

Desde o início de suas ações, as *Madres* compreendiam a visibilidade internacional como passo importante no reconhecimento de suas demandas como justas, uma vez que dentro da Argentina não havia diálogo com o governo. Dentro da sociedade argentina, enfrentaram problemas de início, relativos ao acolhimento de suas demandas e formas de lutas por uma sociedade que, em boa parte, ou preferia fechar os olhos para as arbitrariedades do Estado, ou as considerava culpadas por serem mães de “terroristas”. Em 1978, com a Copa do Mundo na Argentina, as *Madres* ganharam visibilidade internacional, definitivamente, denunciando para o mundo as atrocidades cometidas pela ditadura em seu país:

²⁵ Site de Línea Fundadora < <http://www1.udel.edu/leipzig/254/lasmadres.htm> > Acesso em 22/02/2018

Para mí, una de las cosas más importantes es que Holanda haya pasado la marcha de las Madres en vez del mundial, porque era jueves, y ahí nos conoció el mundo. Yo creo que eso fue un cimbronazo muy grande para las Madres porque inmediatamente las mujeres de Holanda nos escribieron y nos dijeron ‘estamos a su disposición’, y ellas juntaron el dinero para que tengamos la primera casa, porque si no tan desboladas y tan desarmadas como estábamos yendo a las iglesias que nos pateaban o yendo a un confitería de la que nos teníamos que ir temprano porque sino nos llevaban presas, no sé si hubiéramos podido durar porque estuvimos tres años sin tener dónde reunirnos.²⁶

A legitimidade de suas demandas havia alcançado reconhecimento internacional. O número de mães havia crescido e outros segmentos surgiam no interior do movimento, articulados à capital, unindo-se às mobilizações das mães: irmãos e irmãs, esposas, filhos de desaparecidos. O movimento delas contava, dois anos depois, com o reconhecimento internacional, sede própria e maior apoio de outros setores da sociedade argentina. Em 1979, foram convidadas pela *Anistia Internacional* para uma série de palestras em países europeus, com o objetivo de alertar governos e sociedade civil para o que acontecia na Argentina. Receberam apoio de entidades internacionais que lutam pela garantia dos Direitos Humanos, movimentos europeus de mulheres, entre outros.

Desse modo, seu projeto político também ganhava nitidez e as estratégias de luta se ampliavam. Foi também em 1979, que a Argentina recebeu a visita da *Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas*. O ano seguinte marca uma importante decisão estratégica para as demandas das *Madres*. Em 1980, o regime militar argentino inicia um diálogo com lideranças políticas, com o intuito de alcançar, segundo Rios (1992), “um consenso civil explícito, em conformidade com as forças armadas, durante a repressão”, mas não obtiveram sucesso. Surge, então, a proposta das *Leis de Suposição de Falecimento*. As *Mães da Praça de Maio* rejeitaram veementemente essa proposta. Afinal, ainda que soubessem que a morte de seus filhos era praticamente certa, decidiram que seu discurso permaneceria tendo como pilar, o sequestro dos militantes e não sua morte. Seguiriam buscando seus filhos como se estivessem vivos. Assim, em 5 de dezembro de 1980, lançam o célebre lema, “*Aparição com vida!*”

²⁶ Site de Línea Fundadora < <http://www1.udel.edu/leipzig/254/lasmadres.htm> > Acesso em 22/02/2018

Essa é uma importante estratégia de luta para elas por razões práticas e simbólicas. Inicialmente, tratar os crimes de Estado como sequestro, e não assassinato, impediria a prescrição dos mesmos, pois, em se tratando de sequestro, o crime só tem fim com a devolução da vítima. Dessa maneira, o tempo que passa sem que seus filhos apareçam não é contado para fins de prescrição da possibilidade de julgamento. Desse modo, o crime permanece acontecendo até que o Estado se pronuncie acerca das vítimas, continuamente.

Do ponto de vista simbólico, esse crime que não cessa, que permanece, torna também permanente na memória os crimes cometidos pelo Estado. Não há como deixar no passado um crime que acontece no presente. Dessa maneira, a luta por justiça e memória, assim como o crime que as enseja, atualiza-se permanentemente. Essa atualização estratégica e contínua da demanda lhe confere legitimidade e permite, não só a manutenção do movimento, do estímulo individual para a ação, o fortalecimento das tramas que dão coesão ao grupo, como também a incorporação de novos membros. De acordo com Melucci (2001; 75), o campo simbólico na análise da ação coletiva dos movimentos sociais pode ser definido da seguinte forma: “sistema entrelaçado de oposições, ambivalências, de significados múltiplos, que os atores buscam submeter aos seus objetivos para dar sentido às suas ações.”.

Em 1981, as *Mães da Praça de Maio* organizaram as *Marchas de la Resistencia*, uma série de manifestações anuais, com o objetivo de clamar pela vigência dos Direitos Humanos no país. A marcha iniciada pelas mães foi crescendo a cada ano e hoje está incorporada ao calendário de mobilizações argentino:

En 1981, la primera Marcha de la Resistencia. Discutida, nadie quería poner la palabra ‘resistencia’, estaba la dictadura, era temerario hablar de ‘resistencia’ [...] Hicimos la primera marcha; en la noche quedamos solo setenta Madres, solitas. Acompañadas de los nuestros, de esos hijos que empezaron a habitar la Plaza desde el 30 de abril, y la habitan cada jueves y cada marcha. Al otro día vinieron la gente, los organismos, las organizaciones, a acompañarnos, y a las tres y media, como correspondía, la cerramos. Y hoy la Marcha de la Resistencia es esperada cada año y cada año es más fuerte y más linda para festejar.²⁷

²⁷ Site de Línea Fundadora < <http://www1.udel.edu/leipzig/254/lasmadres.htm> > Acesso em 22/02/2018

A marcha cresceu à proporção que o movimento das mães argentinas e suas demandas ganhavam o reconhecimento da sociedade civil. Tornou-se uma manifestação anual, transformando-se em elemento da tradição de mobilizações na Argentina. Se em um primeiro momento constituíam um *contrapúblico subalterno*, que se articulava em arenas discursivas paralelas, cujas narrativas são *fracas* frente à opinião pública, a partir do reconhecimento social, essas narrativas ganham força (FRASER, 1997) e passam a fazer parte dos debates públicos. E, nesse processo, há a ressignificação das identidades de oposição.

Hoje a marcha mobiliza, tanto outros movimentos sociais argentinos, quanto indivíduos que não participam de nenhuma militância organizada e atualizam constantemente suas pautas, permitindo, assim, como observa Fraser (1997) a constante reorganização do *mundo da vida* habermasiano, característica desses *contrapúblicos*. É o que a autora define como uma autonomia da esfera pública frente ao Estado, uma vez que elaboram *contradiscursos*. Nas palavras de Fraser: “corpo informalmente mobilizado de opiniões discursivas não governamentais, que pode servir de contraponto ao Estado”. (1997, 90)

2.3

A Guerra das Malvinas une a Argentina

Em 1982, veio o golpe final para a já desgastada ditadura argentina. A invasão das Ilhas Malvinas foi um dos episódios mais marcantes da história recente desse país. O erro estratégico do governo argentino foi o de supor que a aproximação recente com os EUA e o apoio ao presidente Reagan aos conflitos da América Central, faria com que os norte-americanos os apoiassem em detrimento do Reino Unido, que ocupavam as Ilhas desde 1833. Cometeram, também, o erro de supor que o Reino Unido abriria mão de sua base estratégica no Sul da América, em plena Guerra Fria.

Num primeiro momento, segundo Fausto e Devoto, “(...) a invasão das Malvinas gerou na Argentina um fenômeno de unidade nacional como o país jamais conhecera, embora o entusiasmo maior ocorresse por parte da classe média” (2004, 458). Momentaneamente foram deixadas de lado as críticas ao governo, afinal a questão das Malvinas era, para eles, uma questão de soberania

que suprimia, ainda que de modo superficial, as diferenças entre argentinos, contra o inimigo imperialista externo.

No contexto desse fenômeno de união nacional, as *Mães da Praça de Maio* se solidarizaram com as mães dos soldados mortos. Levaram para a praça cartazes que diziam: “*As Malvinas são argentinas, os desaparecidos também*”. Ao mesmo tempo, aproveitavam a oportunidade política que se abria com a união nacional, em função da guerra, para publicizar suas demandas, recebendo o reconhecimento da sociedade civil. Desse modo, encontram, novamente, na socialização da dor, da ruptura violenta da maternidade, o elo de solidariedade que amplia o movimento, e permite que se aproximem do fenômeno de união nacional, sem que tenham, para isso, que apoiar a guerra empreendida pelo governo militar.

Caparrós (2011) denomina esse fenômeno nacional - que faz com que se compartilhe algo com instituições, ou indivíduos, das quais se coloca em conflito em outras instâncias - de *efeito pátria*, que é bem representado, na América Latina, pelo futebol, que une, muitas vezes, inimigos políticos, ainda que por um breve instante, e não por uma escolha racional. Esse *efeito pátria*, no caso das *Madres*, operou no sentido de ampliar a socialização política da maternidade.

Por essa razão, por ter afetado o sentimento nacional argentino, a derrota na disputa pelas Ilhas Malvinas, em 1982, resultou em um desgaste ainda maior para as Forças Armadas desse país, acelerando a queda do governo militar. Somadas à desmoralização nesse evento, as denúncias das graves violações aos Direitos Humanos que, quanto mais famílias atingiam, mais despertava os cidadãos para a realidade da ditadura, como ocorreu no Brasil. A queda do governo militar era inevitável, entretanto, há uma diferença essencial: “ao contrário do sucedido no Brasil, no Uruguai e no Chile, os militares argentinos não puderam negociar sua desordenada saída, fato que marcou profundamente a transição para o regime democrático”. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 458)

2.4

A redemocratização argentina

Raúl Afonsín é eleito, em 1983, e a transição democrática tem início na Argentina. Nesse momento, as *Mães da Praça de Maio* intensificam suas ações,

exigindo a punição dos crimes de Estado, disputando, assim, a narrativa da memória histórica que seria legitimada pela sociedade, a partir desse momento de abertura democrática. Fizeram manifestações, buscaram apoio nos partidos e conseguiram uma reunião com Alfonsín. No dia marcado, o presidente não compareceu, havia viajado. Elas, então, decidiram ocupar a sede do governo, pois, afinal, era uma democracia.

Decidimos quedarnos, tomar la Casa de Gobierno, no fuimos violentas, dijimos: ‘Nos quedamos’; mandamos a traer colchonetas, termos, comida, y nos quedamos en la casa de Gobierno.

No sabían qué hacer con nosotros, el gobierno se decía democrático, sacarnos era difícil, les dimos asueto a los compañeros trabajadores de la Casa de Gobierno, le dijimos a los granaderos que se fueran, dos jóvenes nuestros se pusieron en su lugar. Llegaron los periodistas y gente para acompañarnos, y al otro día nos tuvieron que atender.

Tuvieron que cambiar la entrada a la Casa de Gobierno porque las Madres dormimos ahí. Nos dimos el lujo de dormir en el suelo, pero en la Casa de Gobierno.²⁸

Ao ocuparem a sede do governo, as *Madres* inauguram novo repertório de luta. Possibilidades de manifestação que se abrem com a redemocratização e que são hábil e rapidamente mobilizadas por elas. O movimento de mães argentinas nasce durante e em oposição à ditadura. Diante de uma realidade democrática, assimilam o repertório de movimentos sociais que atuam em sistemas democráticos, como a ocupação de instituições do Estado, na estratégia de ação direta não violenta.²⁹ Nesse processo, redefinem suas demandas e identidades, criam novos repertórios, que passam a constituir uma memória simbólica própria. Melluci assim o descreve: “Enquanto se formam, utilizando a herança dos movimentos que os precederam, se enraízam na memória e nos símbolos.” (2001, 82). No final do ano de 1983, Buenos Aires amanheceu com 30 mil silhuetas humanas espalhadas pela cidade. Perto de cada figura de papel, havia um nome, a data de desaparecimento e a idade. A estratégia é descrita com exatidão por Bombal:

Silhuetas, em que as perspectivas faziam surgir esse jogo duplo que está presente em tais práticas significativas: vistas de longe, é a repetição do mesmo

²⁸ < <http://madres.org> > Acesso: 17/12/2017

²⁹ Desde o surgimento da estratégia de desobediência civil em meados do século XX com o líder pacifista indiano Gandhi, diversos movimentos sociais ao redor do mundo lançaram mão desse tipo de estratégia não violenta de ação coletiva.

que abre o conjunto dos desaparecidos, uma identidade comum que os abarca a todos; vistas de perto, é a diferença de cada um, que não é o outro, na inscrição de um nome, uma data, uma idade. (1992, 65)

Em dezembro de 1983, foi criada a *Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas* (Conadep) que, além de constituir um arquivo de relevância para a memória social e pesquisas de toda ordem, serviram como prova para a punição de alguns dos responsáveis pelos crimes cometidos. Em 1985, a Conadep encerra seus trabalhos, produzindo 50.000 páginas em denúncias de violações aos Direitos Humanos. É a partir desse documento, que têm início os julgamentos da *Junta Militar*. Entretanto, as *Mães da Praça de Maio* não concordaram com alguns aspectos, como mostra Bombal (1992, 60), a partir da análise de um relato dos Diários das Madres: “Nós lhe pedimos uma Comissão bicameral e nos deu a Conadep. Dissemos não à justiça militar e nos deu a justiça militar (...) dissemos não à exumação de cadáveres, enquanto não soubéssemos quem foram os assassinos...”.

A *Junta Militar* ficou limitada, como é próprio dos sistemas repressivos, em que as responsabilidades são, ao mesmo tempo, compartimentadas e coletivizadas. Vale dizer, a fragmentação do trabalho repressivo que compartimenta as funções, ao mesmo tempo as torna de responsabilidade, ou segredo, coletivo (CALVEIRO, 2013). Ainda que as punições tenham sido limitadas, ou alteradas por leis posteriores, como veremos adiante, servem de exemplo a outros países latino-americanos.

Apesar dos limites, é preciso ressaltar que nenhum governo latino-americano foi tão longe na responsabilização de figuras das ditaduras. Naquela altura, os processos contra personagens como Viola, Videla, Galtiere, Massera tiveram enorme efeito, no sentido de elevar a consciência moral dos argentinos. (FAUSTO; DEVOTO, 2004; 463)

Na Argentina, a televisão também foi de extrema relevância na publicização dos relatos. Em 1984, foi ao ar o programa especial, produzido pela Conadep, intitulado *Nunca Más*. O programa deu voz a inúmeros relatos, causando grande impacto na opinião pública argentina. No mesmo ano, as *Mães da Praça de Maio* lançam um jornal, em cuja primeira edição, acerca do processo de redemocratização, afirmam: “Dentro dessa aparente democracia, a voz das Mães da Praça de Maio foi cuidadosamente silenciada.” (BOMBAL, 1992, 61).

Resolveram, então, apoiar o início do julgamento. A estratégia seria a de legitimar o começo do processo, que só deveria ter fim com a punição dos culpados. Dentro dessa perspectiva, compareceram à primeira audiência pública do julgamento de ex-comandantes. Na ocasião, lhes foi pedido que retirassem os *pañuelos*, seu maior símbolo de união, identidade e luta, ao que acataram contrariadas. Ao fim do julgamento, na leitura das sentenças, elas recolocaram os *pañuelos* em sinal de desaprovação.

Em 1986, ocorre a cisão do grupo. Devido a divergências, tanto por questões de condução internas do próprio grupo, agora atuando num regime democrático, quanto em função de discordâncias acerca de alianças e políticas de reparação defendidas ou rechaçadas pelo movimento. Surgem, então, dois grupos: o *Madre de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*, liderado por Nora Cortiñas; e o *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, liderado por Hebe Bonafini. Ainda que essas divergências tenham sido profundas a ponto de gerar dois grupos distintos, elas continuaram marchando juntas. Isso acontece porque as discordâncias pontuais não foram maiores que a identidade coletiva por elas construída, através da socialização política da maternidade. Como se houvesse uma luta maior, diante da qual outras questões se apresentassem como sendo de menor relevância.³⁰

O grupo que se tornaria a *Línea Fundadora* acusava Hebe Bonafini de ser autoritária. Quanto às políticas de reparação que eram discutidas, a *Linha Fundadora* defendia uma postura mais flexível, segundo a qual se deveriam apoiar as iniciativas como a Conadep, considerando-as medidas possíveis naquele momento. O grupo que se tornou a *Associação das Mães da Praça de Maio*, ao contrário, rechaçava a Conadep e outras políticas de reparação, como as pecuniárias. Para a *Associação* aceitar as exumações sem punição significaria abrir mão da noção de continuidade dos crimes, aceitando a possível prescrição.

Os indivíduos que integram um movimento social avaliam os custos e benefícios de engajar-se por um determinado objetivo, desde o momento em que decidem partir para a ação. Essa transição do interesse e sentimentos de injustiça

³⁰ Destaca-se aqui um dado relevante. O grupo *Linha Fundadora* direciona o internauta para a página oficial do grupo *Associação* para maiores informações sobre as *Mães da Praça de Maio*. Isso mostra que, mesmo com a cisão, permanecem unidas, ainda que seja comum que discordem e critiquem o que consideram necessário, acerca do outro grupo, tanto pelas redes sociais, quanto pela imprensa argentina.

para a ação perpassa pela análise de aspectos como o papel da organização, a estrutura de possibilidades apresentada pelo sistema em que se desenvolve a ação, os recursos disponíveis, entre outros (TILLY; 1978, apud, TARROW; 2009). Diante disso, as tensões internas em função de divergências com relação a esses aspectos faz com que novos movimentos se originem de anteriores. Entretanto, isso não significa necessariamente uma fragmentação da força discursiva de um movimento social nas arenas de disputa da esfera pública. Ao contrário, pode ter a capacidade ampliar a polifonia de uma narrativa.

As *Madres*, apesar de terem divergências pontuais, haviam construído em sua trajetória fundamentos sólidos de identidade coletiva, criaram seu repertório próprio e se inseriram na esfera pública e no campo simbólico da sociedade civil, conquistando o seu reconhecimento. Nesse sentido, mesmo com a cisão, a identidade coletiva ligada à socialização da maternidade, que construíram paralelamente à sua transformação em sujeitos, fez com que permanecessem unidas em muitas mobilizações.

No ano de 1987, Alfonsín estabeleceu na Argentina a *Lei do Ponto Final*³¹ e a *Lei da Obediência Devida*³². Tais leis foram denominadas pelas *Madres* de “Leis de Impunidade”. A primeira estabelecia que não poderiam ser processados criminalmente os que não haviam sido citados em denúncias, até sessenta dias antes da promulgação da referida lei. A segunda estabelecia que oficiais de patentes abaixo das de coronel não seriam responsabilizados e punidos por seus atos, à medida que estariam “apenas” cumprindo ordens superiores.

Desse modo, centravam-se os processos em figuras emblemáticas do regime, como ditador Videla, condenado à prisão perpétua, livrando, por outro lado, militares como Astiz, responsável pelo sequestro de Azucena Villaflor e suas companheiras. Houve manifestações da sociedade civil, mas, por fim, as leis foram sancionadas. Apenas em 1998, ambas as leis foram derogadas pelo Congresso Nacional argentino. Em 2003, foram anuladas, também, pelo Congresso. No ano de 2005, foram consideradas inconstitucionais pela Corte Suprema de Justiça.

³¹ Lei nº 23.492 de 1987

³² Lei n.º 23.521 de 1987.

2.5

HIJOS das *Madres*

As Mães da Praça de Maio inspiraram outros grupos de mães que também encontraram na ação coletiva na esfera pública uma forma de luta por suas demandas oriundas de tragédias individuais, cujo pano de fundo é iminentemente político. Não só mães se reúnem desse modo, na Argentina, em meados dos anos 1990, surgiu o grupo HIJOS ³³ - *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*. Que se auto definem da seguinte maneira:

Somos hijos e hijas de militantes políticos, sociales, estudiantiles y sindicales que fueron víctimas de delitos de lesa humanidad cometidos por el terrorismo de la última dictadura cívico-militar en Argentina (1976-1983).

En 1995, conformamos la agrupación H.I.J.O.S. para luchar por el Juicio y Castigo a los genocidas y la restitución de la identidad de nuestras hermanas y hermanos apropiados, y para reivindicar las luchas de las y los 30.000 detenidos-desaparecidos, entre otras causas. ³⁴

Uma de suas principais estratégias, que também tem sido aplicada por grupos similares no Brasil e no mundo, possuindo, inclusive, suas versões virtuais, é o denominado “escracho”. Tal estratégia consiste em denunciar torturadores aos seus vizinhos. Assim, numa data marcada, em geral pela internet, o grupo se reúne no endereço correspondente ao trabalho ou residência do membro da repressão. São colados cartazes alertando para a presença de um torturador no bairro, tocam-se instrumentos de percussão e pintam-se as calçadas com tinta vermelha, identificando o local³⁵.

Essa é uma estratégia que tem sido muito usada por movimentos sociais ligados à juventude, configurando um novo repertório de ação coletiva. Trata-se da criação de uma arena de disputa narrativa na esfera pública autônoma, mencionada por Fraser (1997), que se contrapõe ao Estado. O escracho tem como alvo o convencimento da sociedade civil: uma vez que o Estado não reponde à

³³ < <http://www.hijos-capital.org.ar> > Acesso em: 14/03/2018

³⁴ < <http://www.paginadigital.com.ar/articulos/2002rest/2002seg/entrevistas/hebe26-2.html> > Acesso em 17/12/2017

³⁵ “O poder do escracho” – Estado de São Paulo (2012) < <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-poder-do-escracho-imp-,864045> >

demanda de punição dos torturados, a estratégia do escracho tem por objetivo o julgamento social do indivíduo.

O HIJOS possui, atualmente, ramificações nacionais e internacionais, apoia o movimento das *Madres*, está presente nas redes sociais, nas mobilizações políticas argentinas e posicionando-se, também, em questões externas, como a recente prisão do ex-presidente Lula, como é possível notar em uma rápida pesquisa em seu site. Na subárea do site denominada “memória”, há dois textos disponíveis. Um deles possui o título: *30.000 veces Madres*, no qual, resumidamente, contam a história das *Madres*, ligando-a à origem dos HIJOS.

Na *Marcha de la Resistência*, de 2002, em ato simbólico, as *Madres* entregaram seus lenços brancos, os *pañuelos*, aos H.I.J.O.S. Simbolicamente entregavam às novas gerações a continuidade da luta por justiça e memória. Ainda que continuassem atuando até os dias de hoje, o ato foi uma legitimação dos herdeiros do movimento. As *Madres* estão idosas, muitas já faleceram, assim, o ato denota a continuação da luta e a manutenção da memória. Elas, assim como os HIJOS, têm plena consciência de que a luta por memória não se esgota, mesmo que a justiça seja plenamente alcançada. A memória como parte da cultura é dinâmica, a escolha sobre o quê e como deve ser lembrado se dá no presente e a partir desse contexto. Dessa maneira, está em permanente construção e, consequentemente, em disputa também constante.

Os governos Kirchner representaram mais um momento de divergência entre os dois grupos, *Linha Fundadora* e *Associação*. A discordância se deu em função do apoio dado pelo grupo de Hebe Bonafini, a *Associação*, ao governo Kirchner. Em 2006, esse grupo se retirou, participando pela última vez das *Marchas pela Resistência*. A líder, Hebe Bonafini, declarou que não via sentido em uma marcha pela “resistência”, uma vez que quem ocupava, agora, o governo, não eram inimigos³⁶, referindo-se ao governo de Nestor Kirchner (2003-2007), sucedido, após a morte, por sua esposa Cristina Kirchner, que foi posteriormente reeleita, ficando no poder de 2007 a 2015. O kirchnerismo argentino retomou o projeto de punição aos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura. A

³⁶ < <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-62101-2006-01-25.html> > Acesso em 15/03/2018

marcha seguiu ocorrendo, com apoio de partidos de esquerda e organizações da sociedade civil ligadas à defesa dos Direitos Humanos.

Há correntes que afirmam que o kirschenerismo se alia com as *Madres*, cooptando-as, reduzindo sua autonomia. No entanto, não cabe aqui, ater-se em tal questão, sendo esse um, entre tantos capítulos da longa história das *Mães da Praça de Maio*. A relação, em especial do grupo *Associação*, com o governo atual na Argentina, de Mauricio Macri, é de franca oposição.

No site da *Associação Mães da Praça de Maio*, na subárea denominada *Nuestras consignas*, observam-se os princípios e pautas que norteiam o grupo. O primeiro deles, como não poderia deixar de ser, traz a ideia principal, que resume a estratégia basilar, a partir da qual, ao se unirem, constroem-se enquanto sujeito político: a da socialização da maternidade:

Las Madres de Plaza de Mayo reivindicamos a nuestros 30.000 hijos desaparecidos sin hacer distinciones, reivindicamos su compromiso revolucionario y levantamos esas mismas banderas de lucha.³⁷

Ao reafirmar, na mesma subárea, que seus filhos estão vivos nas lutas atuais por igualdade, reafirmam essa dimensão social da maternidade que as une. Mais ainda, torna-se clara como essa perspectiva da socialização da maternidade dá corpo a todo o seu projeto político de defesa da democracia e Direitos Humanos, que foi sendo construído, à medida que elas se construíam politicamente enquanto grupo e indivíduo. Dessa maneira, elaboram uma narrativa na qual reconhecem seus filhos em cada um que lute contra as injustiças e pela liberdade, como é possível observar nesse trecho:

Las Madres de Plaza de Mayo sabemos que nuestros hijos no están muertos; ellos viven en la lucha, los sueños y el compromiso revolucionario de otros jóvenes. Las Madres de Plaza de Mayo encontramos a nuestros hijos en cada hombre o mujer que se levanta para liberar a sus pueblos. Los 30.000 desaparecidos viven en cada uno que entrega su vida para que otros vivan.³⁸

O movimento argentino constrói sua identidade enquanto sujeito político, à medida que desenvolve e vivencia a ação coletiva. Ainda que em seus princípios e

³⁷ < <http://madres.org/index.php/consignas/> > Acesso em 30/09/2017

³⁸ Idem; 40.

pautas não façam menção objetiva às questões relativas a uma agenda feminista, apoiam grupos e mobilizações e posicionam-se publicamente a favor de políticas que visam à equidade e à emancipação da mulher nas esferas públicas³⁹. Ou seja, ainda que partam historicamente de uma perspectiva tradicional acerca do feminino, na qual a função de mãe é um dos elementos definidores de sua identidade, encontram interseções com os movimentos feministas, no sentido de defenderem os Direitos Humanos e uma sociedade sem desigualdades.

Cada *Madre* parte de uma experiência traumática e de indignação comum e, à medida que essas mulheres se organizam, constroem a identidade coletiva, por meio da qual são capazes de refletir, de forma crítica, acerca do papel da mulher na sociedade, desnaturalizando as diferenças. Isso promove laços firmes de solidariedade entres os membros do grupo e, portanto, a manutenção do mesmo. Segundo Gohn:

Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou veste uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Esse ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. (GOHN, 2014, 62)

O objetivo das *Madres*, ao incluir a luta pelo reconhecimento de uma narrativa histórica e a punição dos crimes de Estado no período, promove uma mudança nas representações sociais, que influencia diretamente a cultura política. As agendas dos grupos argentinos de mães de desaparecidos é, essencialmente, um projeto de construção de representações sociais, no qual o reconhecimento da memória é um elemento chave.

Além disso, em sua trajetória histórica de quase meio século, as *Madres*, por meio da ação coletiva de seus membros, enquanto sujeitos históricos, alcançaram transformações nas representações sociais e políticas, em especial na visão que tinham, elas mesmas, acerca de sua capacidade de ação política e social. Isso aconteceu à medida que o movimento se consolidava enquanto tal. É o que esclarece Myrian S. dos Santos:

³⁹ Recentemente, as *Madres* apoiaram, por exemplo, o movimento *Ni Una a Menos*, coletivo feminista que, após um estupro na Argentina, em 2016, mobilizou marchas pelo fim da violência contra mulher em toda a América Latina

As memórias coletivas passam a ser sinônimo de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica. A partir da década de 80, observa-se um número crescente de estudos sobre a memória coletiva também entre os cientistas políticos, uma vez que o conceito confunde-se com o de representação ou identidade coletiva. De uma maneira geral, essas abordagens identificam a memória coletiva a construções simbólicas, rompendo com as dicotomias entre indivíduo e sociedade, por um lado, e passado e presente, por outro. (SANTOS, 2003, 12)

Pensando-se o caso das *Mães da Praça de Maio*, é na interação entre elas e a sociedade civil, a partir de um corte em uma função social, que opera primordialmente no âmbito privado (a maternidade) até o desafio às instituições políticas (da ditadura e da democracia atual), que elas construíram uma identidade enquanto sujeitos políticos. De acordo com a perspectiva de Touraine (1997, 21): “Os indivíduos só se transformam em Sujeitos por meio do reconhecimento do outro, um Sujeito que trabalha, à sua maneira, para combinar uma memória cultural com um projeto instrumental”.

Conforme as *Madres* disputam a arena narrativa da memória social, inserem-se no grupo dos fenômenos coletivos que envolvem conflito, pois disputam um recurso com outro grupo, no caso o Estado e as instituições das Forças Armadas. As *Madres*, dessa forma, possuem um conflito com o Estado, que não se esgota com o fim do governo militar. Do mesmo modo, decidem que o crime cometido contra seus filhos, individualmente, e a coletividade daqueles que, segundo elas, lutaram pela liberdade e igualdade de todos, permanece acontecendo. Seja pela ótica do grupo *Associação*, explicitada anteriormente, seja pela própria socialização da maternidade, que transforma em seus outros filhos mortos pela violência de Estado, mesmo durante a democracia, reacendendo, permanentemente, a mobilização dessas mulheres.

O movimento de mães argentino constituiu por excelência um exemplo do que Fraser (1997) denominou de *contra públicos subalternos*, ou seja, espaços discursivos alternativos em que os discursos das minorias surgem e ganham ressonância na esfera pública, como mencionado anteriormente. Essa é, exatamente, a trajetória das *Madres*. Um discurso de denúncia que parte das mulheres, mais ainda, de mães. Um discurso deslegitimado à priori, pelas justificativas tradicionais das histerias femininas, dos exageros maternos que não conseguem enxergar a verdade sobre os filhos, tão disseminadas na nossa sociedade até hoje.

Denúncias de mulheres que desafiam o *poder desaparecedor*, como denominou Calveiro (2013), do governo militar argentino, que ganham força, ultrapassam fronteiras. Transformam-se em *públicos fortes* (FRASER, 1997), que formam a opinião pública. Essa força advém do reconhecimento dos direitos à justiça e à memória, pelos quais o grupo clama, por outros públicos. A partir do momento em que o movimento das *Madres* estabelece como demandas principais os direitos à memória e à justiça, constitui-se, essencialmente, como movimento que demanda reconhecimento, tanto de uma narrativa, quanto da responsabilidade pelos crimes cometidos pelo Estado.

É justamente esse processo de reconstrução das representações sociais acerca do período que as *Madres* permanecem na construção coletiva, desde sua primeira ação. A partir do momento em que, individualmente, saíram para a esfera pública em busca de seus filhos e, ao encontrar outras mulheres na mesma situação, perceberam que sua luta era coletiva e pública e, portanto, uniram-se e foram para a praça. Ao enfrentarem a oposição inicial, o estigma de “mães de terroristas”, perceberam que a luta seria pela memória histórica de seus filhos “militantes/guerrilheiros”. Vale dizer, era necessário lutar pela história que seria contada no futuro, primeiro acerca de seus filhos e, ao se tornarem um movimento relevante, delas mesmas.

Honneth (2003) trabalha com o aspecto psicossocial do reconhecimento. Vale dizer: a relação entre as experiências privadas, em que indivíduos se sentem lesados ou desrespeitados, e as finalidades impessoais dos movimentos sociais. Segundo o autor, essa ponte semântica entre motivações pessoais e finalidades impessoais é construída paralelamente à construção de uma identidade coletiva. Gohn explicita o pensamento de Honneth acerca da noção de reconhecimento:

Há sentimentos de pertencimentos compartilhados que unem aqueles que não foram reconhecidos. As motivações para participação ou identidade com conflitos e lutas sociais decorrem da memória de experiências morais de desrespeito, de privação de direitos que criaram fraturas morais. Os conflitos sociais provêm também de experiências morais. (GOHN, 2014, 48)

Durante toda sua existência, elas contestaram a versão oficial dos fatos e enfatizaram aspectos positivos sobre a militância, que fortalecem a noção da importância e eficácia da ação coletiva e a solidariedade do grupo. Ao reconhecer o conflito, seu discurso ganha força com relação à opinião pública e passa a ser

reconhecido e replicado por outros grupos sociais, em outras arenas discursivas. Assim, houve a transformação desse discurso em pressão para que o Estado atendesse suas demandas, isto é, o direito à memória e à justiça.

A capacidade de penetração e visibilidade do discurso das *Mães da Praça de Maio*; a clareza de seus objetivos e, portanto, de seus adversários; a solidez da identidade coletiva que construíram ao longo da militância, e individual enquanto sujeitos políticos; e a legitimidade da sociedade civil da qual gozam, fez da mobilização um movimento que funcionou como força de pressão. O Estado se viu pressionado para que abrisse canais de escuta e penalizasse, diante da transição democrática, com sentenças legais, as violências ocorridas de modo institucionalizado. Ao lutarem para reaver os netos desaparecidos, transmitem a mensagem da necessidade de se corrigirem os erros do passado e da memória/verdade enquanto direito.

As *Mães da Praça de Maio* trilharam o caminho da memória social para a emancipação individual e coletiva. Com isso, adquiriram força e penetraram nas esferas discursivas da sociedade civil. A narrativa que construíram foi reconhecida. A partir desse reconhecimento, a “verdade” e a “justiça” tornaram-se demandas “da sociedade”. A opinião pública exerce pressão para que o Estado atenda à demanda, como aconteceu logo no primeiro governo civil de Raúl Afonsín, com o estabelecimento da Conadep. Caparrós (2011), no capítulo em trata da questão da memória, ressalta que hoje, na Argentina, quando se pensa em “memória” tende-se a fazer a imediata ligação com a memória específica desse período.

No caso das *Mães da Praça de Maio*, o reconhecimento da memória dos militantes (verdade) e a punição (justiça) dos que cometeram crimes em nome do Estado é condição *sine qua non* para o rearranjo democrático. A verdade e a justiça se colocam como os únicos pilares sob os quais é possível reconstruir a democracia e criar uma cultura de liberdades democráticas⁴⁰. Sem o reconhecimento da memória dos militantes e a punição dos militares, não haveria um terreno firme para sustentar a igualdade e as liberdades democráticas.

⁴⁰ Naturalmente que essa diferença essencial entre os referidos grupos argentino e brasileiro também deita raízes profundas na cultura política e na escolaridade de cada país, principalmente no século XX, como veremos adiante.

Como vimos, as *Mães da Praça de Maio* possuem uma história de muita mobilização e aprendizado nesse percurso. Elas utilizaram como estratégia de inserção na esfera pública um atributo ligado ao universo tradicional feminino, que tem como *ethos* a esfera privada, a maternidade. Desse modo, inverteram a lógica, também tradicional, que incapacita a mulher para a ação política na esfera pública, à medida que limita sua ação aos cuidados da família na esfera privada, por meio de outro valor igualmente tradicional. Perceberam e mostraram que o sujeito político pode advir de uma função que se dá na esfera privada e a partir de uma perspectiva tradicional da mulher, bem como o espírito cívico surge de uma visão/proposta de socialização da maternidade.

Elas seguem presentes em todas as principais redes sociais, em eventos acadêmicos, em mobilizações sociais, além, é claro, da Praça de Maio. Souberam aproveitar o acesso às múltiplas arenas discursivas que se abrem com a internet. Já idosas, passaram simbolicamente a missão de continuidade dessa luta aos HIJOS e, sem dúvida alguma, já constituem um capítulo de grande relevância da história dos movimentos sociais e da Argentina.



3

Movimento Feminino pela Anistia (MFPA): maternidade e consenso como estratégia de luta

No Brasil, ao longo da ditadura, houve também mães que se mobilizaram na busca por seus filhos presos e/ou desaparecidos e, assim como na Argentina, foram-se unindo ao grupo outras mulheres: esposas, irmãs e filhas, na luta, que no Brasil girou primeiro em torno da Anistia. A ditadura brasileira teve início com um golpe civil militar, em abril de 1964, derrubando João Goulart, herdeiro do trabalhismo varguista. O golpe de Estado contou com amplo apoio das classes médias conservadoras, temerosas do comunismo, como mostram as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*⁴¹.

Nos anos que precederam o golpe, a sociedade civil brasileira organizou-se em diversos grupos com demandas, repertórios e estratégias distintas. Entre eles a mobilização das mulheres foi ampla. Surgiram diversos grupos nacionais e regionais como: *União Cívica Feminina de São Paulo* (1962), *Liga da Mulher Democrática* (Belo Horizonte, 1964), *Cruzada Democrática Feminina* (Recife, 1964), entre outras⁴². As marchas cristãs e anticomunistas contaram com grande participação de mulheres, organizadas nacionalmente. Dentre esses, está o da *Campanha da Mulher pela Democracia* (CAMDE), um dos primeiros a se organizar (1962) e de âmbito nacional, ligado aos setores conservadores da Igreja e do empresariado brasileiro.

Essas mulheres mobilizam em seu discurso, e suas pautas, o imaginário tradicional feminino da “mãe de família”, “dona de casa” e “rainha do lar”, relacionados à esfera privada. A partir disso, adentram a esfera pública, através de suas mobilizações políticas. Mas ao contrário de grupos como as *Mães da Praça de Maio* ou o *Movimento Feminino pela Anistia*, elas mobilizam esse repertório no sentido de conservar o *status quo* e não no de romper com suas estruturas. A

⁴¹ As marchas ocorreram em diversas capitais do país, no período entre 19 de março e 08 de junho de 1964, totalizando 49 manifestações. Inicialmente se colocavam contra o presidente João Goulart. Após o golpe, em abril de 1964, passaram a manifestar-se em apoio ao regime militar.

⁴² CORDEIRO, Janaina Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 3.

demanda desses grupos de mulheres cristãs e anticomunistas era pela manutenção da tradição, especificamente os papéis sociais que, para elas, constituem a noção de família.

Esses grupos utilizam tais categorias em seu discurso para lutar pela manutenção das mesmas, ou seja, seu lugar social circunscrito à esfera privada, reforçando a naturalização da diferença entre os gêneros e a divisão sexual do trabalho. Trata-se de uma entrada emergencial na esfera pública, em função de uma ameaça externa ao lugar tradicional da mulher na esfera privada. Como fica claro no relato abaixo, em que uma das mulheres da CAMDEM reafirma o ideário do sexo frágil, vulnerável aos perigos da rua, espaço do anonimato em oposição à segurança representada pelo espaço doméstico e conforto dos laços familiares:

Escrevi um discurso sincero, confessando-nos mulheres brasileiras no nosso completo alheamento da política e ignorante do perigo que rondava nossos lares, nossos filhos (...) receoso da minha inexperiência, Bento [marido] pediu a um dos secretários do Centro Industrial que fizesse um discurso para me socorrer (DANTAS, 1998, 98).

Assim, é o elemento da tradição que norteia a experiência política dessas mulheres. Elas vão para a rua, ocupando espaços públicos em defesa de seu retorno ao âmbito privado, seguro. Sublinham a inaptidão política da mulher no campo da natureza, bem como a fragilidade quanto aos perigos externos, justificando, dessa maneira, a necessidade do modelo familiar tradicional, em que o homem é o provedor e protetor do lar, o participante que age na esfera pública, enquanto a mulher, com suas aptidões naturais, administra a esfera privada. Lamoureux resume a questão, aqui colocada: “O homem público obtém consideração; a mulher pública é objeto de escárnio”⁴³.

Embora tenham sido importantes na configuração das forças políticas de apoio ao golpe e ao governo militar que se instituiu em seguida, esses grupos operam na lógica inversa a que se propõe essa pesquisa. A breve análise feita acerca dos mesmos se justifica por duas razões: a primeira está relacionada ao fato de ser uma mobilização política de mulheres que também mobilizam o valor da maternidade e da família, mas dentro de uma chave conservadora e tradicional; a

⁴³ In: HIRATA; LABORIE; LE DOARÉ; SENOTIER. *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009, 211)

segunda é compreender de que modo as mulheres inverterão essa lógica na luta pela Anistia no Brasil, no fim do século XX.

A repressão empreendida pelo governo militar brasileiro também era sistemática ao longo da ditadura e o aparato repressivo aperfeiçoava suas técnicas e estratégias com a prática, aumentando paulatinamente o grau de violência. Na oposição, muitos dos movimentos de resistência que lutavam contra a ditadura começaram a discutir a estratégia da luta armada, para fazer frente à violência do regime. Surgiram, assim, dissidências que enfatizavam as guerrilhas rurais e urbanas como melhor estratégia na luta contra a ditadura. As notícias sobre ações armadas de grupos “terroristas” começam a circular. O governo militar usou a estratégia do inimigo para criminalizá-lo, ainda mais perante a opinião pública. Contudo, o crescimento da violência do regime atingia, cada vez mais, os filhos da classe média, que havia apoiado o golpe.

3.1

O ano de 1968 no Brasil

O ano de 1968 foi um marco de transformações políticas e culturais no mundo e também no Brasil. Nos EUA, os protestos contra a guerra do Vietnã; no Leste europeu, a *Primavera de Praga*; na França, os trabalhadores se uniram ao movimento estudantil; entre outras mobilizações nacionais que ocorreram nesse ano em diversos países. No Brasil, a violência da repressão do regime militar se aprofundaria. Em junho de 1968, o estudante secundarista Edson Luís foi assassinado pela polícia durante um confronto com estudantes no restaurante Calabouço, no Centro do Rio de Janeiro. O crime gerou a solidariedade imediata de muitas mães e de grande parte da sociedade civil, que ficava, cada vez mais, alarmada com a violência da repressão.

Com medo de que o corpo do estudante morto desaparecesse, seus companheiros o levaram para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi feita a autópsia e velado o corpo. O acontecimento gerou mobilizações por todo o país, com grande participação popular e apoio da Igreja, que realizou uma missa pela morte do estudante na Candelária, sofrendo forte repressão do exército. Uma das mobilizações mais emblemáticas foi a *Passeata dos Cem Mil*, que reuniu

o referido número de pessoas no Centro do Rio de Janeiro, mobilizando amplos setores da sociedade, como aponta o próprio nome que notabiliza o evento.

No mesmo ano, em agosto, a Universidade Nacional de Brasília (UNB) sofreu a pior, de suas oito invasões pela polícia, ao longo da ditadura militar. Quinhentos estudantes passaram o dia detidos na quadra de esportes e cerca de cinquenta seguiram para a delegacia. 1968 foi um ano notório de mobilizações sociais, em especial de estudantes, por todo o mundo. No Brasil, os órgãos de repressão puseram seu foco, igualmente, no movimento estudantil. As prisões, mortes e a repressão violenta a atos pacíficos se acumulavam⁴⁴.

Após o discurso proferido pelo, então, deputado Marcio Moreira Alves (MDB), em dois de setembro de 1968, em que acusava o governo de torturas e conclamava os cidadãos a não comparecer às festividades do *Dia da Independência*, que ocorreriam no dia sete do mesmo mês, foi decretado o *Ato Institucional n.º 5 (AI-5)*⁴⁵. O dispositivo abolia o direito a *habeas corpus*, entre outras garantias do cidadão contra os abusos de poder do Estado, caçando também mandatos parlamentares, quando o governo militar estava sob o comando do General Costa e Silva (1967-1969). A partir de então, os órgãos da repressão passaram a ter sua ação praticamente liberada dos limites legais democráticos, exercidos sobre aqueles que detêm o monopólio da força.

No entanto, os *Atos Institucionais*, editados pelo governo militar, denotam uma característica da ditadura brasileira distinta, se comparada com a argentina e a chilena. O governo ditatorial militar no Brasil pode ser considerado o mais legalista dos três países citados. Houve, por parte dos militares brasileiros, uma maior preocupação com a criação de um arcabouço jurídico para as práticas repressivas, bem como a preocupação com a manutenção de símbolos

⁴⁴ Alguns exemplos da repressão aos estudantes ocorridas no Brasil em 1968:

21 de junho: uma manifestação estudantil em frente ao edifício do Jornal do Brasil terminou com três mortes e mais de mil prisões. Esse episódio ficou conhecido como "Sexta-feira sangrenta";

2 de agosto: Prisão de 650;

4 de agosto: 300 estudantes foram presos em São Paulo;

21 de agosto: o Congresso rejeitou o projeto que concedia anistia aos estudantes e operários presos;

12 de outubro: mais de 400 estudantes foram detidos durante um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, interior de São Paulo.

⁴⁵ O AI-5 também gerou perda de mandatos parlamentares de oposição ao regime, intervenções em estados e municípios da União, entre outras implicações administrativas, além da perda das garantias constitucionais já mencionadas.

democráticos, como eleições - ainda que bipartidárias - e o funcionamento por quase todo o período do Congresso Nacional, ainda que controlado pelos militares (PEREIRA; 2010)⁴⁶.

Mesmo que as leis fossem de exceção, excedendo os limites democráticos, havia uma preocupação em se positivar na lei os amplos poderes do Estado. Assim, após passar por centros, mais ou menos, clandestinos de tortura, os militantes eram dirigidos à justiça para terem seus crimes julgados, reingressando no sistema. Dito de outro modo, “reaparecendo” em registros oficiais, quando podiam ser encontrados por seus familiares, advogados, etc. Embora os crimes fossem políticos e a margem de ação da defesa estreita, havia um “devido processo legal” que determinava as sentenças.

3.2

As mães contra a ditadura

Nesse contexto de grande repressão aos jovens do movimento estudantil, a *União Brasileira de Mães*, presidida por Heloísa Lins, mãe de preso político, é criada poucos meses depois da invasão da UNB e da morte de Edson Luís, no mesmo ano de 1968. Elas ocuparam, provisoriamente, um espaço no Convento Beneditino, no Leme, enquanto se articulavam em outras capitais. Assim como as *Mães da Praça de Maio*, contam com o auxílio de indivíduos da Igreja, ainda que no Brasil a ação da Igreja contra o regime militar tenha sido muito mais forte, ampla e pública do que no caso argentino.

A entidade foi declarada ilegal no ano seguinte. Inicialmente, defendiam os direitos dos estudantes e, com as prisões de seus filhos militantes estudantis, passaram a denunciar as violências e prisões arbitrárias por eles sofridas. Tiveram seu “manifesto-poema” publicado no *Segundo Caderno do Correio da Manhã*, em setembro de 1968. Assim, esse ano emblemático na história mundial, também é um marco da mobilização das mulheres no país.

(...) Exigimos a liberdade de todos os presos.
Exigimos o direito do estudante de pedir uma autêntica reforma.

⁴⁶ Exceto após o AI-5 entre dezembro de 1968 e outubro de 1969.

Exigimos que a tranquilidade torne aos lares brasileiros.
 Exigimos punição dos culpados.
 Chega de repressões.
 Chega de prisões.
 Chega de assassínios.⁴⁷

A publicação do “manifesto-poema” veio acompanhada de uma longa matéria, em que elas denunciavam as prisões e o tratamento desumano dos presos. Dizia a matéria do referido jornal que já contavam com quinhentos membros. A reportagem citava nominalmente diversas mulheres da liderança do movimento, que tiveram espaço para contar suas histórias e a de seus filhos⁴⁸. A palavra “mãe/mães” aparece ao longo do texto da matéria vinte e sete vezes. O jornalista Luiz Carlos Sarmiento inicia assim seu texto, logo abaixo do “manifesto-poema”: “Num manifesto quase poema, as **mães** resolveram protestar. Protestar e agir. Agir em casa, agir nas ruas, ao lado dos filhos, num **movimento feminino** inédito em todo o mundo.”⁴⁹

Ao longo das entrevistas publicadas pelo *Correio da Manhã*, ao explicarem ao público sua trajetória, naturalmente expressam o processo de aprendizado político pelo qual passam: primeiro, militando com seus filhos pela universidade; depois, militando por seus filhos, contra o regime militar. Todo o processo de saída da esfera privada para uma ação política na esfera pública se inicia com e por seus filhos, transformando a visão que possuem do mundo e delas mesmas, isto é, através da *socialização política da maternidade*.

O drama que eu vivi, muitas mães estão vivendo agora. (...) Depois de esperar, apelar para que as autoridades resolvessem o problema do ensino, resolvemos ir também para a rua participar dos comícios, passeatas, etc. Para comunicar ao povo que nossos filhos querem estudar, mas não têm condições.⁵⁰

⁴⁷ Disponível na íntegra: <

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95478&url=http://memoria.bn.br/docreader# > Acesso em 15/07/2017

⁴⁸ Cléo Silveira, Terezinha Brito Araújo, Ana Teresa Brandão Carneiro, Maria Leticia Redig Campos e Maria do Carmo Alves.

⁴⁹ http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95478&url=http://memoria.bn.br/docreader# > Acesso em 15/07/2017

⁵⁰ http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95478&url=http://memoria.bn.br/docreader# > Acesso em 15/07/2017

Nos anos após o A.I. -5, a repressão desarticulou muitos grupos da resistência, utilizando-se, para tal, da violência extrema, da tortura e execução de inimigos. Em 1969, assume a presidência o General Emílio Garrastazu Médici. Por um lado, seu governo significou o período mais violento da repressão à resistência. Por outro lado, foi também o período do *Milagre Econômico Brasileiro* (1969 – 1973), em que o país experimentou um crescimento médio anual do PIB entre 11% e 13%, ficando a inflação na média dos 13%, contando também com um cenário internacional favorável.

Os anos do “milagre” foram o exemplo mais alto da legitimação do regime militar pelos êxitos da política econômica. A euforia concentrada, sobretudo, nos setores da classe média, se embalava aos sonhos de um Brasil que presumivelmente entraria no clube dos países hegemônicos, na virada do século XXI. Diante disso, as violências repressivas, que atingiram o ponto mais alto no governo Médici, eram ignoradas ou vistas como situações incômodas, mas inevitáveis, de qualquer modo de importância secundária. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 405)

Nesse período houve também a expansão da TV no Brasil como bem de consumo de massa. O número de aparelhos de televisão no Brasil, nesse período, triplicou, atingindo 55% da população. A principal emissora de TV, a Rede Globo, exaltava os feitos econômicos do governo, contribuindo para o clima de euforia da classe média brasileira, visto que, até a década anterior, a TV era um bem de consumo das elites no país (FAUSTO; DEVOTO, 2004). A Copa de 1970 no México foi televisionada para todo o país. A vitória brasileira no campeonato significou, para muitos, que o país que crescia economicamente tinha mais um motivo para se orgulhar da pátria fardada.

Ainda em 1969, Therezinha Zerbini, assistente social e advogada, foi presa por ter ajudado Frei Tito⁵¹ a encontrar um local para a realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano anterior, em Ibiúna, interior de São Paulo, invadido pela polícia⁵². Ela era casada com um militar que foi obrigado a deixar as Forças Armadas por não concordar com o golpe. Em função disso, Zerbini passou oito meses presa, tendo como companheira na prisão em

⁵¹ Frade católico brasileiro, atuante na militância da resistência à ditadura brasileira, foi preso no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em outubro de 1968. Em 1974, suicidou-se na França, onde se encontrava exilado, em função do trauma das torturas sofridas.

⁵² Ver nota n.º 4.

Tiradentes (MG), a guerrilheira, que depois se tornaria a primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Ao tratar das mobilizações maternas desse período, é necessário mencionar, ainda que de forma breve, a relevância de Zuzu Angel, mãe do desaparecido Stuart Edgar Angel Jones, depois morto por tortura no *Centro de Informações da Aeronáutica* (CISA), no *Aeroporto do Galeão*, no Rio de Janeiro. Zuleika Angel Jones era estilista e casada com um cidadão norte-americano. Através de seu trabalho, conseguiu penetração e prestígio entre as classes mais altas da sociedade e no exterior. Sua busca por seu filho e as denúncias feitas por ela contra o regime militar chegaram ao Congresso dos EUA⁵³. Em 1976, Zuzu Angel morre em um acidente de carro suspeito, no túnel carioca que hoje leva seu nome⁵⁴.

Embora Zuzu Angel tenha se mobilizado de modo autônomo em busca de seu filho, teve um importante papel na publicização das violências perpetradas pelo Estado ditatorial brasileiro no exterior⁵⁵. O fato de ser uma estilista reconhecida entre as classes mais privilegiadas da sociedade, desfrutando de prestígio entre elas, somado ao casamento com um cidadão norte-americano, abriu-lhe as portas para que ela expusesse a realidade da repressão para indivíduos que estavam distantes geográfica, social ou politicamente do que acontecia nos porões das Forças Armadas. Nesse sentido, ainda que não tenha integrado mobilizações coletivas ou o MFPA, foi a experiência traumática relativa à maternidade que a trouxe para a militância na esfera pública.

Em 1973, o *Milagre Econômico Brasileiro* entrou em franca decadência. Internacionalmente, a prosperidade do pós-guerra, beneficiada pelo preço do petróleo no mercado externo, chegava ao final, com a primeira *crise do petróleo*

⁵³ Entre suas ações incluem-se: um desfile-protesto realizado no Consulado dos EUA (1971), em que apresentou denúncias ao regime através de suas estampas; a divulgação de dossiês sobre o desaparecimento de seu filho para figuras do universo político norte-americano, como o secretário de Estado desse país, à época Henry Kissinger (1976); até mesmo utilizar, sem permissão prévia, o sistema de microfone de um avião, alertando para o fato de os passageiros estarem chegando ao Brasil, “um país onde se torturavam e matam jovens estudantes”.

⁵⁴ A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu em seu relatório final, em 2007, os relatos de duas testemunhas, que alegam ter visto o carro de Zuzu Angel ser fechado e jogado para fora da pista, caracterizando a intenção de matá-la.

⁵⁵ A trajetória política de Zuzu Angel foi transformada em filme, em 2006, sob a direção de Sérgio Rezende.

(1973)⁵⁶. O crescimento econômico sustentado pelo consumo gerou inflação, reduzindo o poder aquisitivo da classe média. A insatisfação com o regime começou a crescer. Nas eleições parlamentares no início dos anos 1970, a vitória ampla do *Movimento Democrático Brasileiro* único partido de oposição, consentido, no bipartidarismo do regime militar brasileiro, deixou claro o esgotamento do regime (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Em 1975, outra prisão arbitrária seguida de morte suspeita faz surgir mais uma mulher que se tornaria ícone na luta por justiça e verdade: Clarice Herzog. Clarice era casada com o jornalista Vladimir Herzog, com quem tinha dois filhos. “Vlado” Herzog, como era conhecido, morreu vítima de tortura, em São Paulo. A versão oficial era de suicídio por enforcamento. Na célebre foto divulgada à época a altura da forca em relação ao jornalista tornava clara a manipulação da cena. A morte de Vlado causou grande comoção à época. Sendo ele judeu, a morte por suicídio determinava que sua lápide deveria ser estabelecida em separado, em local especial para mortes dessa natureza. Entretendo, o rabino Henry Sobel, em ato simbólico, ignorou esse protocolo, mostrando que a comunidade judaica não reconhecia a morte de Herzog como suicídio.

Clarisse se tornou uma figura emblemática na luta por justiça e por memória, iniciando sua luta judicial em 1976. Demandou, desde o início, que houvesse uma investigação sobre as circunstâncias da morte de seu marido, que traria como consequência a responsabilização do Estado sobre a mesma. Apenas em 2013 a certidão de óbito corrigida foi entregue à família. Em lugar de “enforcamento por asfixia mecânica”, a nova certidão indicava como causa da morte “lesões e maus-tratos sofridos durante interrogatório, nas dependências do segundo Exército DOI-CODI, em São Paulo”. No início de julho de 2018, a *Corte Interamericana de Direitos Humanos* responsabilizou o Estado brasileiro pela morte de Vladimir Herzog⁵⁷.

⁵⁶ A *Organização dos Países Produtores de Petróleo*, no mundo árabe, tomaram medidas em função dos conflitos entre Israel e Palestina em 1967, como aumentar o valor do barril de petróleo (aumento que chegou a 400%), aumentando, consequentemente, os custos da produção industrial em todo o mundo.

⁵⁷ Herzog foi homenageado após sua morte pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo, junto à família do jornalista e outras instituições da sociedade civil, com o prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em 1978. Também foi criado em sua memória o Instituto Vladimir Herzog (2009).

O ano de 1975 foi também declarado pelas Nações Unidas como o *Ano Internacional da Mulher*, a partir do qual se estabeleceu, definitivamente, o dia 08 de março como *Dia Internacional da Mulher*. Realizou-se, então, na Cidade do México, a 1ª *Conferência Mundial sobre as Mulheres*, da qual participou Therezinha Zerbini e onde teve intenso contato com outros movimentos feministas e de mulheres. Foi nesse ano também que Zerbini fundou o *Movimento Feminino pela Anistia* (MFPA) e, junto com outras mulheres, lançou o *Manifesto da Mulher Brasileira pela Anistia*, reunindo 16 mil assinaturas e recebendo o apoio da Igreja Católica. O manifesto foi apresentado ao mundo por Zerbini na referida conferência da ONU⁵⁸:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a idéia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação⁵⁹.

O manifesto do MFPA, contrariamente ao da CAMDE, procura marcar a entrada definitiva da mulher na esfera pública. Não se trata de uma intervenção emergencial, no sentido de garantir o retorno ao lar e a manutenção da tradição. Ao iniciarem o texto, dizem que assumem as responsabilidades no quadro político nacional que são delas, das mulheres. Vale dizer, ocupam o lugar na esfera pública, no universo político que lhes é próprio.

Recorrem à história para trazer e legitimar seu papel enquanto sujeitos históricos e políticos. De acordo com Touraine, tornam-se sujeitos capazes de interferir nos processos sociais e esse processo se dá no próprio curso da mobilização. Isto é, trata-se de um conceito diretamente ligado ao de Movimento Social. Nas palavras de Gohn, o sujeito é uma categoria que:

⁵⁸ Eram também fundadoras do movimento: Lila Galvão Figueiredo, Cristina Sodré Dória, Margarida Neves Fernandes, Virginia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan, Eugênia Cristina e Ana Lobo, além de Terezinha Godoy Zerbini

⁵⁹ < <http://movimentossociaisde1970.blogspot.com.br/2013/11/movimento-feminino-pela-anistia.html> > Acesso em 17/03/2018.

(...) constitui e posiciona os indivíduos na história dos processos sociais, culturais e políticos de uma sociedade. Ela confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transforma-os de atores sociais, políticos e culturais em agentes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político e social. (GOHN, 2014, 112)

Nesse processo, há uma tomada de consciência por parte do indivíduo. Tal consciência é capaz de transformar sua relação consigo mesmo e com a sociedade. Essa relação indivíduo/sociedade, que surge a partir da mobilização e constrói o Sujeito, se dá a partir do reconhecimento do outro e de si mesmo enquanto agente, ou seja, indivíduo que age na sociedade, consciente de sua capacidade de interferência nos processos sociais. Em outras palavras, a construção do sujeito é um processo de transformação que se dá pela capacidade de reflexão e questionamento do indivíduo.

O MFPA não trata objetivamente da questão da maternidade, em seu manifesto fundador, pois, desde o início, conta com mulheres que possuem diferentes laços com os presos e desaparecidos políticos. Além desse fato, o movimento nasce com o objetivo, como é possível notar na leitura do manifesto, de conclamar a sociedade brasileira como um todo a aderir à luta pela Anistia. O grupo identifica, desse modo, a Anistia com o objetivo de “união nacional”, ao mesmo tempo em que, com o movimento em si, afirmam a sua ação política, das mulheres, nesse cenário.

O universo tradicional feminino que é mobilizado fica nítido, à medida que associam *amor e justiça*. Ao mencionarem o *espírito solidário da mulher*, partem da ideia de um “espírito público”, baseado numa lógica tradicionalmente ligada ao feminino e à esfera privada relacionada ao afeto. Esse imaginário, que liga o feminino ao espaço privado do amor e do afeto, tem relação direta com a maternidade e os cuidados para com um “outro” que ela engendra.

Desse modo, as mulheres do MFPA partem de uma noção de que a mulher tem um dever cívico. Entretanto, tal vocação parte de pressupostos que, de acordo com a tradição, são distintos dos masculinos. Nesse sentido, ainda que não utilizem os termos “mãe” ou “maternidade”, como as *Mães da Praça de Maio*, também partem de uma noção de socialização da maternidade, que lhe agrega um aspecto político. Afinal, é a partir da maternidade que se dá esse aprendizado político. É na passagem da esfera privada para pública que se inicia o processo de aprender a se engajar.

Há autoras, como Giligan (1982) e Elshtein (1981), que se dedicam ao estudo das relações de gênero, posteriormente, que discutem esse paradigma, segundo o qual a experiência feminina na esfera privada, em especial com relação aos cuidados familiares, gera uma forma específica, “feminina”, de ação na esfera pública (BIROLI; MIGUEL, 2014). Ainda que diversos exemplos históricos tornem essa “afetividade” feminina, essa ética do afeto para o universo político, bastante discutíveis na prática, são estruturas simbólicas que se mostram sólidas e operam na atualidade, como mostra Raquel Paiva (2008), em sua análise das relações de gênero, por meio da representação midiática de mulheres candidatas nas eleições de 2006. Segundo Denise Frossard ⁶⁰:

Porque a mulher pensa o poder... a mulher e o homem são absolutamente diferentes. A começar pela genética. Isso determina uma diferença comportamental. A mulher tem, na sua genética, a **maternidade**; a mulher pensa na prole, antes de pensar nela; a mulher é pragmática, a mulher é realista.⁶¹

Essa perspectiva de uma ética política feminina do afeto possui o risco de manter as mulheres politicamente circunscritas às áreas consideradas do “afeto e cuidado”, como a Educação e a Assistência Social. No caso dos movimentos abordados nesse trabalho, como veremos na conclusão, essa limitação não se aplicou. Ao contrário, as pautas políticas se ampliaram. O objetivo da presente análise é compreender de que modo esse percurso político, em vez de limitar a ação pública dessas mulheres, a ampliou e transformou.

Expressando-se através de outros documentos e publicações, como a *Carta de Salvador* (1978), redigida em conjunto com outros movimentos, como o *Comitê Brasileiro para a Anistia*, fundado logo após o MFPA, nesse mesmo ano, reunindo entidades como a *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB) e a *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), o *Movimento das Mulheres Pela Anistia* tentava se afirmar, aliando-se às causas dos trabalhadores.

Elas tinham o intuito de ampliar o escopo de suas demandas e aprofundá-las, no sentido de que a transição democrática perpassava, necessariamente, pela Anistia, para que as lutas sociais pudessem ocorrer nas arenas de uma esfera

⁶⁰ Denise Frossard aposentou-se como juíza em 1998, quando iniciou sua vida política. Disputou diversas eleições para cargos do Executivo e Legislativo desde então.

⁶¹ Entrevista de Denise Frossard. In: PAIVA, Raquel, 2008, p. 58.

pública, regida pelas regras da democracia. Assim, conforme a bandeira da Anistia adquire visibilidade, incorpora-se enquanto pauta às diversas mobilizações que surgem no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, as quais clamavam pelo retorno à democracia. Todos esses movimentos revelam as mobilizações ocorridas no âmbito da sociedade civil, nesse período de intensa articulação em prol do reestabelecimento da democracia.

O *Jornal Maria Quitéria* (1978) surge de uma cisão interna ao MFPA⁶². No Paraná, Joana Lopes, jornalista, que havia ido até São Paulo encontrar-se com Zerbini e aderir ao movimento, funda o jornal *Brasil Mulher*, ao qual se uniram diversas mulheres e grupos feministas, logo após a primeira publicação. O jornal passou, então, a adotar um viés editorial ligado às questões feministas da época, como os debates acerca do aborto e da pílula anticoncepcional. Zerbini não concordou com essa perspectiva e fundou o *Jornal Maria Quitéria*⁶³, que priorizava a questão da Anistia e não se afirmava feminista, ao contrário, marcava posição declarando, em seu primeiro número, que não se tratava de um grupo feminista (CARBONI, 2007).

A sociedade brasileira continuava tendo como aspecto marcante seus valores conservadores na década de 1970. Mesmo que uma revolução cultural estivesse em curso, em especial com relação à mulher e seus espaços e liberdades, esses valores estavam em transformação, longe, ainda, de serem desconstruídos. Estrategicamente, para unir a sociedade brasileira em torno da demanda por anistia, o MFPA acreditava que seria melhor não trazer temas que poderiam desagregar o movimento, como as pautas feministas debatidas no *Brasil Mulher*.

⁶² A homenagem à heroína brasileira da Independência é simbólica. A trajetória de Maria Quitéria (1792-1853), heroína da Guerra de Independência, é um das poucas trajetórias conhecidas de forte rompimento com o papel feminino tradicional do período. Inicialmente, Maria Quitéria entrou no exército voluntário da luta pela Independência, depois de fugir de casa, de cabelos curtos fingindo ser homem: o “soldado Medeiros”. De acordo com a história que chega até nós, seu pai, ao descobrir o paradeiro da filha e tentar trazê-la de volta, foi impedido pelo major José Antônio da Silva Castro, avô do poeta Castro Alves.

Foi sua competência, enquanto membro das Forças Armadas, que permitiu sua permanência na instituição. Maria Quitéria inspirou outras combatentes, que formaram um destacamento feminino liderado por Quitéria. Estabelecida a Independência, Maria Quitéria foi pessoalmente recebida pelo imperador, que honrou sua bravura com a condecoração da Ordem do Cruzeiro, a primeira ordem honorífica nacional, criada logo após a Independência.

⁶³ O Exército Brasileiro, até o ano passado, só aceitava mulheres para os quadros complementares, como dentistas, engenheiras e psicólogas. Apenas em 2016 foi aberta a primeira turma de cadetes mulheres na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em Campinas (SP). O ingresso de mulheres como combatentes nas Forças Armadas foi determinado em 2012, por Dilma Rousseff.

A estratégia definida era de concentrar a luta na pauta da Anistia. Temas como o do aborto e da liberação sexual da mulher poderiam repelir os setores mais conservadores que começavam a se levantar contra a ditadura.

No intuito de conquistar a adesão dos mais variados setores sociais brasileiros, a mensagem do MFPA se dirige aos trabalhadores. Aproximando-se do discurso marxista, com relação ao aspecto criticado pelo feminismo, segundo o qual as distinções de classe se sobrepõem a outras categorias sociais como gênero e etnia. Ainda que houvesse discordâncias nos movimentos, tanto o liderado por Lopes quanto o liderado por Zerbini, continuaram unidos na luta pela Anistia. Therezinha Zerbini permaneceu uma importante liderança das mulheres pela Anistia, participando, inclusive, de edições do jornal *Brasil Mulher*, de Joana Lopes, pela sua relevância nessa luta. Assim como na Argentina, as discordâncias não foram mais relevantes do que a união para alcançar suas demandas principais.

Como já foi dito, diferentemente da Argentina, o Brasil tinha mais exilados e presos políticos do que desaparecidos. Embora naquele momento as mães e parentes de desaparecidos integrassem a luta pela Anistia, havia a certeza da vida de muitos, que reapareceram no sistema penal e cumpriam pena, que estavam exilados, que mandavam notícias, quando possível, da clandestinidade. E, conseqüentemente, a esperança de que muitos outros ainda apareceriam com vida. Essa realidade fez com que, no Brasil, a luta se concentrasse, inicialmente, na Anistia, e não na memória e justiça. O retorno dos militantes era prioritário, o resto seria negociado depois.

Com relação aos filhos dos militantes presos e torturados, o Brasil não lançou mão da adoção como meio para o desaparecimento deles. Mas foi comum a prática de trazer as crianças para visitar os pais nos períodos de tortura, como forma de tortura psicológica, entre outras.⁶⁴ As conseqüências dessas violências

⁶⁴ Dois casos se tornaram emblemáticos desse *modus operandi* da tortura no regime militar brasileiro. O caso de Carlos Alexandre Azevedo, preso e torturado com seus pais em São Paulo, quando era um bebê de um ano de idade. Azevedo suicidou-se em 2013, aos 38 anos, sofria de fobia social, tomava remédios e viveu sempre com a mãe. < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,torturado-quando-bebe-filho-de-presopolitico-se-suicida,998518> > Acesso em: 15/02/2018. Edson e Janaina Telles foram levados para ver os pais serem torturados com 4 e 5 anos de idade respectivamente. Hoje são professores universitários e continuam lutando juridicamente em órgãos internacionais pela revisão da Lei de Anistia (1979). < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-amelia-de-almeida-teles/index.html> > Acesso em: 16/02/2018

(tortura, prisões, clandestinidade ou exílio) nas vidas dos filhos dos militantes foram profundas. O estigma de *preso político* ou de *terrorista* era forte na sociedade brasileira e difícil de ser enfrentado, tanto por mães, quanto por filhos de militantes⁶⁵. Em sua biografia, Glória Amorim Viana, que fez parte do MFPA (MG), conta sobre a experiência de tornar-se “mãe” de *preso político*: “Quando eu soube da prisão do Gilney, fiquei traumatizada. Inicialmente, não sabia o que pensar, depois veio um sentimento que eu não consegui entender e, quando eu entendi, custou-me muito sofrimento para aceitar: eu era mãe de *preso político*.” (VIANA, 2000,45)

Esse estigma de *terrorista* e/ou *preso político*, que se estende aos familiares, é ainda mais significativo no tocante às mulheres, de quem o imaginário tradicional do universo feminino não espera a capacidade da violência. Do mesmo modo que na Argentina, com relação às mulheres militantes, a visão das Forças Armadas é ambígua e recorre aos estereótipos tradicionais dessa ambiguidade da mulher louca/santa, perigosa/ingênua, etc. Da mesma forma, os agentes da repressão oscilavam entre a perspectiva da moça ingênua levada à subversão pelo namorado/marido e aquela de perfil perigoso, pois, além de romper com a ordem ditatorial, também rompera com o papel tradicional esperado de uma mulher, possuindo mais autonomia. Segundo entrevista realizada por Elizabeth F. Xavier Ferreira:

Julieta agrega a essas descrições observações sobre o tratamento que ela considera ter recebido por ser mulher e ‘comunista’, como diziam seus interrogadores. Queriam saber com quantos homens ela já havia tido relações – fazendo essas perguntas em linguagem de baixo calão, além de tecerem comentários sarcásticos a respeito do tipo de homem que deveria ser seu marido. Ela conta que semanas depois, quando sua mãe já os havia localizado e levado retratos de seu filho, os quais pregou na parede, um ‘soldadinho’ lhe perguntou espantado: ‘Ué, você tem filho?!’ Para ela ficou clara a lavagem cerebral a que estavam submetidos ‘esses caras para quem comunista era filho da puta e que não poderia ter filho’. (FERREIRA, 1996, 148)

Muitos dos filhos só souberam da trajetória de guerrilha ou tortura de seus pais na adolescência, quando possuíam uma estrutura psíquica mais complexa

⁶⁵ Depoimentos que confirmam o estigma enfrentado pelos filhos, e a opção de algumas mães militantes por contar sobre seu passado político, quando os filhos eram adolescentes são encontrados em Ferreira (1995); e no longa metragem, dirigido pela cineasta, e ex-militante, Lucia Murat *Que bom te ver viva* (1989).

capaz de compreender certos relatos da violência e quando já havia no Brasil canais de escuta. Vale dizer que os relatos começaram a se tornar públicos, através de filmes e livros, aos poucos se impondo à disputa narrativa e trazendo para a arena outros termos, de conotação mais heroica, como “guerrilheiro”, em lugar de “terrorista”, ou a reedição da noção de *preso político* enquanto uma injustiça em si, contra um defensor da democracia.

Foi muito difícil descobrir o passado político da minha mãe porque ela se transformou em uma nova pessoa. Eu só fui descobrir que minha mãe tinha sequestrado um avião, e que fez parte da luta armada aos treze anos (...) não tinha ideia de como aquilo poderia ser visto.” (PAIVA, 2006, 66)

Do ponto de vista social, as mulheres do MFPA no Brasil, que eram também parentes, mães inclusive, ou mesmo vítimas da ditadura, contudo, lutavam pela “anistia”, etimologicamente ligada à ideia de esquecimento. Assim, para o grupo brasileiro, o esquecimento era o elemento necessário, também, para iniciar a transição democrática, primeiro “pacificando” a nação. A anistia, o esquecimento e o apagamento colocam-se como dimensões, a partir das quais a participação política em uma esfera pública democrática seria possível. De acordo com Carboni:

Importante notar também o discurso presente nas falas do boletim [*Maria Quitéria*], de divulgar e explicar o que é a anistia. Conceitos como a pacificação da família e do lar brasileiro, de perdão e **esquecimento** estão sempre presentes. Parte daí, as diferenças nos discursos entre os grupos que defendiam a anistia. Em especial o que representaria a anistia para a sociedade brasileira naquele momento e que tipo de anistia deveria ser concedida. (CARBONI, 2007, 7)

Era necessário apagar, esquecer o passado sombrio da ditadura, para que houvesse um terreno no qual a democracia pudesse florescer, no entendimento do MFPA. Quando o Estado fosse novamente democrático, num futuro próximo, acreditava-se que haveria as condições favoráveis para outras demandas. Naquele momento, o importante era trazer de volta os parentes e amigos presos, exilados ou clandestinos, muitos dos quais seguiriam como lideranças da redemocratização. Chico Buarque expressa bem esse sentimento, quando, em 1978, lança a música *Pedaço de Mim*:

Oh, pedaço de mim
 Oh, metade afastada de mim
 Leva o teu olhar
 Que a saudade é o pior tormento
É pior do que o esquecimento.⁶⁶

O General João Baptista Figueiredo assume o governo, em 1979, após o General Ernesto B. Geisel (1974-1979) que, entre outras medidas, anulou o AI-5, sinalizando para uma redemocratização *lenta e gradual* (GASPARI, 2004). As mobilizações pela Anistia se avolumaram ganhando maior respaldo na sociedade. Em agosto de 1979, a Lei de Anistia é aprovada. Num primeiro momento, excluía os condenados por atos terroristas e assassinatos, mas incluía os crimes cometidos pelos militares. A não anistia da guerrilha faz nascer o lema de luta: “*Anistia ampla, geral e irrestrita*”. Com isso a interpretação do texto da lei, que abarcava o conceito de “*crimes conexos*”, isto é, os crimes praticados pela repressão, torna-se, a princípio, hegemônica.

Muitos brasileiros retornam do exílio, das prisões e da clandestinidade. A transição entre os anos 1970 e 1980, no Brasil, é marcada por greves nos centros industriais paulistas, greve de fome de prisioneiros políticos que haviam ficado de fora da Anistia, entre outras estratégias de pressão social. O clima, no início da década de 1980 no Brasil, era de alegria pelo retorno desses indivíduos anistiados, mas, também, de intensa reorganização da sociedade civil, uma vez que as lideranças e militantes afastados pela repressão estão novamente no país.

Há iniciativas de organizar grupos e fazer denúncias, à medida que o Brasil caminha para a abertura. Grupos das Forças Armadas, remanescentes dos aparatos repressivos, respondem com atentados à bomba, que têm por objetivo criminalizar a abertura política, atribuindo a autoria aos “comunistas”, reeditando um discurso que começava a perder sentido para a opinião pública. Os atentados também visavam intimidar os denunciantes. Desse modo, a disputa narrativa da memória militante ocorria de forma mais velada no Brasil. Apesar de violento, o conflito era mascarado.

No início dos anos 1980, o grupo do Rio de Janeiro se desliga da estrutura nacional do MFPA, surgindo daí o *Movimento Feminino pela Anistia e*

⁶⁶ Letra na íntegra: < <https://www.cifraclub.com.br/chico-buarque/pedaco-de-mim/> > Acesso em: 22/04/2018.

*Liberdades Democrática*⁶⁷, que em suas pautas, passou a incluir, diferentemente do movimento do qual era oriundo, outras demandas, como a elucidação de mortes suspeitas e desaparecimento de cidadãos, readmissão de funcionários demitidos em função das leis de exceção, “promover a elevação cultural, social, cívica e política da mulher brasileira, orientando-a para a compreensão e defesa de seus direitos na sociedade, nos moldes dos ideais democráticos”⁶⁸. Ou seja, como expressa o nome, incluindo a demanda por liberdades democráticas, além de reparação pelas injustiças e crimes cometidos durante a ditadura pelo Estado.

Entre os grupos brasileiros que começam a se organizar, ainda nos anos 1970, em busca da memória e da justiça, destaca-se o trabalho de três líderes religiosos: o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano James Wright. Entre 1978 e 1985, os religiosos, com ajuda de membros da sociedade civil, reuniram uma vasta documentação de denúncias contra as ditaduras do cone sul, uma vez que denunciaram, também, o acordo entre os governos militares da região, conhecido como *Operação Condor*⁶⁹. O produto desse trabalho de investigação se transformou no livro *Brasil, nunca mais* (1985). O título faz referência à publicação argentina do relatório da Conadep, publicado um ano antes sob o título *Nunca Más*⁷⁰.

A equipe que colheu essa vasta documentação e relatos denominou-se *Clamor* (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul). A jornalista Jen Rocha, de origem britânica, teve grande importância na articulação e trabalhos de investigação do grupo. Ela conseguiu identificar, em 1979, no Chile, duas crianças argentinas que foram abandonadas em Valparaíso, em 1976, e adotadas por uma família local. Havia assim, desde o princípio, um vínculo entre o *Clamor* e as *Madres* que facilitou a localização de pessoas desaparecidas em diversos países da região e o resgate da memória da época.

⁶⁷ < <http://memorialanistia.org.br/movimento-feminino-pela-anistia/> > Acesso em: 10/07/2017.

⁶⁸ Idem; 69. Acesso em: 30/09/2017.

⁶⁹ A *Operação Condor* teria sido a cooperação dos aparatos repressivos envolvendo Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Uma vez que eram treinados, em sua maioria, pela *Escola das Américas*, instituição do exército estadunidense, e possuíam um mecanismo repressivo similar, bem como interesses próximos, essa cooperação ocorreu, ainda que não de modo institucionalizado. (MARIANO, 2003)

⁷⁰ A expressão surge entre os sobreviventes do gueto de Varsóvia, sendo depois utilizado no *Juízo às Juntas* (processo judicial que julgou os crimes da ditadura militar argentina, em 1985) pelo fiscal Julio Strassera.

Vale destacar que diferentemente do que ocorreu na Argentina, setores progressistas da Igreja Católica do Brasil tiveram grande importância na luta contra o regime militar. Muitos militantes são egressos de movimentos católicos de jovens ou das *Comunidades Eclesiais de Base*. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi extremamente atuante, especialmente no tocante às violências cometidas pelo regime militar. Na Argentina, os setores relevantes da Igreja apoiaram francamente a ditadura. Havia aqueles que apoiavam a resistência, mas não eram em número significativo como ocorreu aqui (FAUSTO; DEVOTO, 2004). No Brasil, a *Teologia da Libertação* teve grande relevância nas lutas por Direitos Humanos desse período de transição, ainda que grande parte da Igreja se mantivesse conservadora⁷¹.

A demanda do grupo de mulheres brasileiro tem um objetivo pontual. Uma vez conquistado o objetivo, outras pautas se apresentam, outras identidades em reelaboração, que possuem maior significação, nas quais algumas dessas mulheres se reconhecerão de forma mais plena, tomam forma. Os elos que se constituem entre esses indivíduos, os sentidos partilhados, são mais frágeis, tornando a coesão e permanência do grupo enquanto movimento social, um desafio. Mas os anos de mobilização política desses indivíduos transforma sua visão de mundo, fazendo-os, muitas vezes seguir se mobilizando e agindo na esfera pública de outras formas. Nas palavras de Angela Paiva: “(...) processo presente no engajamento em movimentos de ação coletiva. Vale dizer, surge o aprendizado no processo, defendido aqui, uma vez que há mudança da visão de mundo naquele que se torna militante, (...)”. (2013; 34)

Durante a ditadura militar brasileira, o sistema político era bipartidário. As eleições parlamentares polarizavam-se entre o partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ambos criados pelo *Ato Institucional n.º 2* (AI-2). Nos anos 1970, as derrotas da Arena nas urnas se avolumavam. Com as eleições presidenciais previstas para 1982, era grande o medo dos militares de uma vergonhosa e esmagadora vitória do MDB. Assim, a Lei Federal nº 6.767, de 20

⁷¹ Projeto teológico político-cristão, de parte progressista do clero na América Latina, que propunha uma interpretação do Cristianismo que enfatizava a libertação das injustiças sociais. No Brasil, foi empreendido por personagens importantes da teologia, como Frei Beto e Leonardo Boff. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 447)

de dezembro de 1979, reestabelecia o pluripartidarismo como estratégia de reduzir a força do MDB, no cenário político nacional. (FAUSTO; DEVOTO, 2004)

Ao fim da ditadura, com o reestabelecimento do pluripartidarismo e o retorno de lideranças políticas, possibilitado pela Anistia desde 1979, o sistema partidário começa a se reorganizar. Surgem, dessa maneira, novos arranjos a partir das forças políticas que nascem da resistência ao regime. A Arena se torna o Partido Democrático Social (PDS), a fim de dissociar-se da imagem de partido da ditadura. O MDB, ao contrário, procurando manter a identidade de oposição, inclui a palavra “partido” à sua sigla, tornando-se o PMDB.

Surgem, também, partidos como o Partido Democrático Trabalhista (PDT), herdeiro do trabalhismo varguista, com o retorno de Leonel Brizola, tendo Zerbini ao seu lado na organização do novo partido.⁷² O Partido dos Trabalhadores (PT), igualmente, surge nesse período, reunindo líderes sindicais de destaque à época, como o, então, líder sindical, Lula, além de intelectuais e artistas. Da base de apoio do governo militar saiu também o PFL, Partido da Frente Liberal, derivando de uma cisão interna da base de apoio governista, em função do desejo de um grupo de negociar com a oposição moderada.

Em 1983, o então deputado Teotônio Vilela lança na *Rede Bandeirantes de Televisão* a ideia de organizar a sociedade civil em torno de uma campanha por eleições diretas. Nascia, assim, a mobilização pelas *Diretas Já*. Durante esse período, muitas lideranças estavam em liberdade e haviam retornado, unindo-se à mobilização e, como mostram Fausto e Devoto (2004), organizando-se em partidos políticos, entre outras formas de mobilização, tanto na direção da redemocratização definitiva, quanto na luta por justiça e memória.

A proposta de emenda constitucional, que ficou conhecida como *Emenda Constitucional Dante de Oliveira*, foi rejeitada pelo Congresso Nacional, em abril de 1984. A pressão da opinião pública aumentava e o partido governista Arena acumulava derrotas nas eleições parlamentares. Em 1985, foi eleita, indiretamente, a primeira chapa civil desde o golpe em 1964. Tancredo Neves

⁷² Brizola, inicialmente, disputou a sigla PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundado por Getúlio Vargas, em 1945, sendo derrotado pela filha do ex-presidente, Alzira Vargas, que teve o direito ao nome. Assim sendo, fundou o PDT, onde permaneceu até sua morte em 2004.

assume a Presidência, em janeiro, falecendo em abril. José Sarney, seu vice, assume o cargo, governando até a eleição seguinte, direta e universal, em 1989.

Alguns grupos brasileiros terão grande expressão nacional e internacional, como o *Grupo Tortura Nunca Mais* (GTNM). O grupo foi fundado em 1985, por ex-presos e familiares, tornando-se um ícone na luta pelos Direitos Humanos, em especial pela verdade, memória e justiça aos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira.⁷³ Considerado uma ONG por alguns, o GTNM tem um importante trabalho na luta pelos Direitos Humanos. O GTNM é aqui compreendido como movimento social, uma vez que possui adversário definido, pautas claras, repertório, estratégias e símbolos próprios, além de permanecer ativo na luta por direitos como a memória e a justiça. Continua investigando o passado, cobrando ações, e denunciando torturas - que ainda ocorrem dentro de prisões, delegacias, quartéis, entre outras denúncias que chegam até eles - e provendo tratamento psicológico em função dos traumas consequentes dessas violências perpetradas pelo Estado.⁷⁴

O GTNM criou, em 1988, a *Medalha Chico Mendes de Resistência*⁷⁵, oferecida anualmente àqueles que se destacam na luta pelos Direitos Humanos e pelo combate à desigualdade. Completando 30 anos de sua criação, em 2018, o prêmio tornou-se um símbolo de reconhecimento da luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Seguiram, também, lutando pela revisão da interpretação da Lei de Anistia, junto com outras organizações de familiares e ex-militantes, em toda a América Latina. Possuem diálogo frequente com as *Madres* e organizações como a *Fundação Latino-americana de Associações de Familiares de Detidos – Desaparecidos* (FEDEFAM), fundada em 1981, também ligada às *Mães da Praça de Maio*.

O GTNM teve também um papel fundamental no tocante à publicização da memória militante brasileira. Em primeiro lugar, por abrir um canal de escuta para os traumas sofridos, a partir do momento em que passa a fornecer tratamento

⁷³ Tendo como uma de suas fundadoras - e até hoje na direção do grupo -, Cecília Coimbra, presa e torturada em 1970 no DOI-CODI/RJ

⁷⁴ A memória do GTNM e suas atividades atuais estão disponíveis no site do movimento. < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/> >

⁷⁵ A referida medalha foi criada em resposta à *Medalha do Pacificador*, criada pelo Exército Brasileiro, por ocasião dos vinte anos do golpe civil-militar de 1964, para homenagear os militares envolvidos.

psicológico aos presos e/ou torturados e seus familiares, abrindo assim um canal de legitimação dessas memórias. Por meio do relato, é possível a elaboração do trauma à proporção que o “indizível” encontra as palavras e se torna narrativa. Talvez sem esse canal de escuta e legitimação de suas memórias por outros indivíduos, esses relatos demorassem mais para virem à tona. De acordo com Maria Rita Kehl:

Nesse universo paralelo das experiências não compartilhadas pela coletividade, experiências excluídas das práticas falantes e (consequentemente) da memória, vivem também, pelo menos parcialmente, os que tiveram seus corpos torturados nos subterrâneos da ordem simbólica ou sofreram a perda de amigos e parentes desaparecidos, vítimas de assassinatos nunca reconhecidos como tais por agentes de regimes autoritários. (KEHL, 2010; 126)

Em segundo lugar, a partir desse primeiro momento, constituem um acervo amplo, não só acerca da memória militante do período, mas também atualizado com denúncias de tortura após a redemocratização. Reforçam com suas denúncias atuais, assim, a ideia de que, sem a punição dos crimes de Estado, a práxis da repressão continua atualizada em diversos setores da segurança pública, além de uma cultura política autoritária que se reflete, também, no recurso à intervenção militar em momentos de crise. O GTNM insere, de forma definitiva, a questão do direito à memória e à justiça na pauta das lutas por Direitos Humanos no Brasil, buscando mostrar que, sem esses dois direitos, as instituições tendem ao autoritarismo. Ou como afirma Maria Rita Kehl (2010, 126): “Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras”.

O GTNM é de importância irrefutável na luta por memória e justiça, do cenário da redemocratização até os dias de hoje. Possui diversas frentes de ação (projeto clínico, campanha de solidariedade, denúncias, debates, etc.) e conta com grande reconhecimento da sociedade civil e de entidades da política institucional, no Brasil e no exterior⁷⁶. E sua criação, muito depois do golpe militar e da época

⁷⁶ O GTNM participa de ações jurídicas de revisão da Lei de Anistia, dentro e fora do país, reconhece a atuação de outros indivíduos e grupos que lutam por Direitos Humanos, disponibilizam acervo de memória de militantes mortos e desaparecidos em seu site, esses são exemplos de suas ações.

da tortura intensa do governo Médici, mostra com clareza a grande diferença que houve no processo de luta pela redemocratização e denúncias de tortura⁷⁷.

A década de 1980 se encerra no Brasil com a aprovação da nova Constituição em 1988, que se tornou a Constituição Cidadã, com a célebre fala de Ulisses Guimarães na data de sua promulgação. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1989, Fernando Collor de Mello saiu vitorioso. Parte do MFPA se fragmenta em outros movimentos sociais, tão logo sua demanda por anistia e democracia é conquistada, momento de efervescência da ação coletiva na sociedade civil, como foram os anos 1980. Fausto e Devoto fazem uma observação relevante para a compreensão do dinamismo da esfera civil na América Latina, ao longo dos anos 1980:

Tanto na Argentina quanto no Brasil, uma importante inflexão ocorreu na percepção dos princípios básicos da vida social. Em grande medida, as crenças revolucionárias foram abandonadas, a crítica à chamada “democracia formal” perdeu consistência e os valores democráticos ganharam relevância. (FAUSTO E DEVOTO, 2004, 460)

No caso brasileiro, as mulheres que constituem o MFPA e permanecem ativos após a Lei de Anistia (1979), em geral, passam a se dedicar a outros movimentos e formas de organização, oriundos da nova construção democrática, ou integrarão os novos partidos que surgem na arena política redemocratizada (PAULA, 2014). A própria Zerbini, fundadora do MFPA, é um exemplo dessa trajetória, tendo participado da refundação do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) e, depois, da fundação do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT).

Ao longo da constituinte e após a aprovação da Constituição de 1988, surgiram no Brasil, assim como em outros países da América Latina, grupos da sociedade civil organizada em busca por desaparecidos, pelo reconhecimento dos relatos e punição de torturadores, pela cassação do registro de médicos que compactuaram com os crimes de Estado, entre outros. Muitos ex-militantes ou seus familiares, bem como outros indivíduos envolvidos com a luta pela Anistia, envolveram-se com os diversos tipos de ação coletiva, que surgem à medida que a

⁷⁷ Em 2017 foi inaugurado um sistema de diretoria no grupo que possui um total de doze pessoas e conta com uma maioria de oito mulheres, entre elas, Cecília Coimbra, umas de suas fundadoras, no Rio de Janeiro.

esfera pública se democratiza e se alarga e a sociedade civil ocupa e cria novos espaços de participação, como analisado por Dagnino:

As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos 80 ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental. (DAGNINO, 2004, 143)

A diversidade dos atores envolvidos no MFPA, mães, esposas, filhas, entre outras, em meados dos anos 1970, também contribui para o fato de que, conquistada a Anistia, a mobilização se fragmentasse em outras formas de ação coletiva e organização da sociedade civil. O elo entre essas mulheres, em essência, era o inimigo comum representado pela ditadura militar, mais a libertação dos *presos políticos* do regime. Uma vez que esse elemento deixa de existir, os laços do MFPA também se rompem, pouco a pouco, e, no lugar, novas tramas surgem, nascidas do aprendizado dessa experiência anterior e vão se incorporar, também, aos partidos nascentes no início da década de 1980. No entanto, o MFPA existiu, ainda que enfraquecido, se comparado aos anos 1970 e 1980, até a comemoração dos 20 anos da Lei de Anistia, em 1999, quando considerou seu trabalho encerrado.

Para essas mães, fruto de uma geração de mulheres limitadas pela tradição e naturalização das diferenças entre os gêneros, que se construíram enquanto sujeitos políticos, através da maternidade, a emancipação gerada pelo aprendizado no processo de militância no MFPA é um caminho sem volta. Uma vez sujeitos políticos e históricos na esfera pública, essa consciência não se desfaz. Glória Amorim Viana, assim relata em sua biografia (2000) o que viveu: “Ao final desse tempo de resistência, eu era uma outra mulher: pessoalmente mais madura, solteira, independente; politicamente bem informada e definida. Era e continuo sendo petista. Mas essas são outras histórias, de outros tempos, do tempo de aventura.”. E é interessante trazer a sua trajetória para exemplificar o que se analisou anteriormente.

3.3

Maternidade, Anistia e Sujeito: a trajetória de Glória Viana

Maria da Glória Amorim Viana conta sua vida na biografia escrita por Gilney Viana, um de seus oito filhos, preso por dez anos, durante a ditadura; aquele em razão do qual Glória Viana tornou-se uma militante política.⁷⁸ A biografia trata, especificamente, de sua passagem da esfera privada, doméstica, para ação política nas ruas, na esfera pública. Sua trajetória se assemelha a de muitas mães que entraram na luta por seus filhos naquele período, mas no caso de Glória, a biografia que publica enfatizando essa construção de sujeito ao longo de sua trajetória de vida, simboliza um diário dessa emancipação. A relevância desse documento de uma experiência fica clara desde o prefácio escrito pela companheira de luta Helena Greco:

Maria da Glória e eu somos colegas também de geração (nasci em 1916): nossa cumplicidade, portanto, é anterior, começando no processo pelo qual nossa narradora, à sua maneira, tornou-se **sujeito de direitos da própria história** ou, melhor, tornou-se mulher cidadã tão bem definida por Alexandra Kolontai: aquela que tem suas próprias exigências em relação à vida; desenvolve sua própria visão de mundo, fortalece sua personalidade; combate a múltipla escravidão feminina sob o Estado, a família, a religião e a sociedade; a mulher que desenvolve sua criatividade, luta pelos seus direitos e representa seu próprio sexo. (GRECO,2000; 9)

Nascida entre 1915 e 1917, revela uma vida pessoal marcada pelos eventos históricos do país em concomitância com seu despertar de consciência enquanto mulher capaz de ação política. A divisão dos capítulos da biografia, publicada quando Glória Viana tinha entre 84 e 86 anos, mostra nitidamente essa trajetória. Ela divide sua vida, no livro, em “tempos” distintos, como: *Tempo da apresentação, da ingenuidade, da maturidade, da liberdade, de resistência, de aventura e de memória*.

Criada para ser dona de casa, o livro se inicia quando Glória, ainda adolescente, foge do cangaço nordestino com a família para Minas Gerais. Glória

⁷⁸ É importante ressaltar, para os fins de análise documental do presente trabalho, que o fato de o filho escrever os relatos da mãe significa a inclusão de um outro sujeito que relata, que têm sua própria memória dos fatos relatados. Desse modo, é necessário levar esse aspecto em consideração ao longo da análise do texto.

Viana, ainda que se ocupasse da casa e da família, se torna mulher do prefeito de uma cidade do interior. Relata que, durante a campanha, gostava de **ouvir** as conversas dos homens na sala, acerca de política, algo antes proibido às mulheres. Entretanto, a entrada na esfera pública ficou marcada, para ela, por seu primeiro voto. A história da luta pelo voto feminino no Brasil data dos anos 1920⁷⁹. Sobre sua participação na eleição de 1945, Glória Viana relata: “Minha participação foi muito pequena, fazendo o que meu marido mandava. Foi a primeira vez que eu votei na minha vida.” (VIANA, 2000, 33)

Glória Viana se torna Primeira Dama de um município, em 1947. Seu marido é o primeiro prefeito eleito, pela *União Democrática Nacional* (UDN), após a ditadura de Vargas no município de Águas Formosas (MG). Ela passa a ter uma função para com a família e outra pública, de Primeira Dama. Ainda que fosse um papel coadjuvante, marcou profundamente sua experiência de vida: “Sem avisar, este mundo começou a mudar, o meu papel na família continuava o mesmo **para dentro**, mas tinha um papel também **para fora**, para a sociedade, como mulher de prefeito. Tive que ficar esperta para acompanhá-lo e vivê-lo.” (VIANA, 2000, 29)

Depois de uma tentativa de reeleição frustrada, no pleito seguinte, o marido de Glória Viana é diagnosticado com tuberculose, doença que à época era de difícil tratamento, em geral, provocando o isolamento do doente. Glória Viana, assim, acaba saindo da esfera doméstica para um espaço que até então ela não havia experimentado: o mundo do trabalho. Viana trabalhou costurando e ensinando seu ofício. Aos poucos, e circunstancialmente, inicia um processo de ampliação de sua autonomia, enfrentando a posição do marido, que atingirá seu auge com a militância de *mãe de preso político*:⁸⁰

⁷⁹ As mulheres tiveram direito ao voto, no âmbito nacional, em 1932, de acordo com o Decreto nº 21.076, que liberava o voto feminino em todo o território nacional, mas com restrições. Tornar-se eleitora, para mulheres casadas, dependia da autorização dos maridos. Às solteiras e viúvas era necessário que tivessem renda própria. Apenas em 1934 que tais restrições deixaram de existir, quando o direito de voto feminino é incorporado pela constituição. Ainda assim, o voto feminino era obrigatório: “*apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada*.”

Em 1946, que o voto feminino deixa de ser facultativo e torna-se obrigatório para todas as mulheres alfabetizadas, seguindo os mesmos parâmetros dos homens. Simbolicamente, o peso político da eleitora passa a ser reconhecido como de igual valor ao masculino. Na prática, outros entraves apareceriam alijando as mulheres de efetivamente se elegerem.

⁸⁰ Ainda que o pai dos filhos de Glória tenha prestado relativo apoio ao filho preso, visitando-o algumas vezes, por exemplo, Glória conta em sua biografia que foi muito mais difícil para o

Meu tempo de liberdade pessoal coincidiu com o tempo de falta de liberdade social. Eu só conquistei a liberdade quando tive coragem de falar o que pensava e de fazer o que falava. Quando passei a tomar decisões próprias. Aconteceu devagarinho, como criança aprendendo a andar, tentando, caindo, levantando-se e recomeçando a andar. (VIANA, 2000, 47)

Após a luta no MFPA pela Anistia, Glória Viana seguiu militando pelo Partido dos Trabalhadores, ainda que não tenha se filiado formalmente. Seu filho Gilney, que escreve as memórias dela, foi deputado federal e estadual pelo mesmo partido, respectivamente em 1994 e 1998. Ficou viúva, aos 57 anos, em 1973. O marido não deixou bens ou pensão e Glória seguiu trabalhando e lutando pela liberdade de seu filho, ainda preso. Casou-se novamente aos 72 anos de idade, em 1986. Três anos depois, Glória Viana ficava novamente viúva. Passou a receber metade da pensão do segundo marido, que foi da Marinha, e seguiu vendendo seus bordados e complementando sua renda.

Aos 80 anos, relata suas férias na praia: “aconteceram duas coisas interessantes, uma paquera na praia, e uma conferência familiar sobre educação sexual (...); ou mais precisamente como as mães preparam suas filhas para o casamento. Olhem bem: os homens sempre fugindo da responsabilidade!” (VIANA, 2000, 137). Glória nos mostra nessa passagem que o processo de construção do sujeito, pelo qual tomou consciência sua capacidade de ação na esfera pública, redefinindo a partir da maternidade seu papel social, também redefiniu, conseqüentemente, o papel do homem na esfera privada para com a família, em especial as filhas mulheres e a educação sexual delas. A Glória Viana, que chega à década de 1990, reconhece que os homens têm um papel na família, na esfera privada na educação sexual das filhas; assim como ela se conscientizou de seu papel na esfera pública.

O percurso de vida de Glória Viana, que atravessa quase um século da história recente do Brasil, é marcado pelos eventos políticos. Conhece primeiro o coronelismo patriarcal do sertão baiano, onde nasce filha de um fazendeiro, Major da Guarda Nacional. Passa pelo cangaço, tenentismo, a ditadura de Vargas, depois seu mandato democrático e suicídio, o desenvolvimentismo dos anos 1950, até a

marido lidar com as atividades políticas do filho, do que para ela. Sendo um político conservador, a ideia de um filho *preso político* ou *terrorista* era-lhe muito dolorosa, e difícil de aceitar.

ditadura militar, evento mais marcante nesse processo de construção de um sujeito político e histórico autônomo.

Glória relata que a mobilização política que viveu militando com outras mães por seus filhos, inclusive como membro do MFPA, modificou para sempre sua forma de ver e estar no mundo. Ao longo de todo um aprendizado acerca das formas de luta e mobilização políticas e jurídicas, da experiência de ter um filho preso e torturado em função de sua ideologia e atividades políticas, de percorrer delegacias e prisões encontrando outras mães na mesma situação, enfim, após toda a experiência acumulada, Glória saiu transformada. Aos 81 anos ainda participou da campanha eleitoral de seu filho. A trajetória de Glória mostra a importância do MFPA para a transformação pessoal dessas mulheres, que saem da esfera privada, doméstica, para uma mobilização política, a partir da própria maternidade.

3.4

Mobilização popular: conflito e consenso na cultura brasileira

A tradição da mobilização popular não é tão profunda no Brasil quanto na Argentina. Há diferenças históricas que serviram de pano de fundo ao desenvolvimento de culturas políticas distintas nos dois países. A cultura brasileira possui um suposto “pacifismo”, que age, não no sentido de dissolver, mas de disfarçar ou ignorar conflitos sociais e políticos latentes. A realidade vai sendo permeada de nuances nas relações sociais, que tendem a suavizar o conflito intrínseco a uma sociedade fortemente hierarquizada.

São exemplos dessa cultura a figura do *homem cordial* analisada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936). Segundo o autor, a polidez reconhecida como a cordialidade brasileira funciona, na realidade, como uma máscara de afabilidade, que dá a sensação de flexibilizar as tensões sociais e a separação entre público e privado. Dessa maneira, a cordialidade seria um disfarce para a profunda hierarquização social, que faz com que os conflitos aparentem ser consensos. Entretanto, ao mascarar esses conflitos, reforçam-se os limites da relação público/privado.

Outro exemplo de como opera a estratégia de mascarar os conflitos foi a ideia da *democracia racial*. Surgida nos anos 1930, com base no fato de o Brasil

não possuir dispositivos de segregação racial em seu ordenamento jurídico, essa ideia apresentava o país como uma nação sem racismo, na qual a diversa gama de fenótipos convivia em harmonia. É importante ressaltar que a questão da escravidão e a marginalização dessa população, mesmo após a abolição, é crucial em qualquer análise acerca da sociedade brasileira (FAUSTO; DEVOTO, 2004). A falta de políticas públicas que buscassem integrar os ex-escravos à sociedade, após a abolição, é uma das principais causas da desigualdade social.

O varguismo brasileiro, em oposição ao *peronismo* argentino, possuía um discurso mediador, que valorizava uma noção de consenso. Ainda que as lutas sociais tenham sua relevância, e que a ditadura varguista contasse com aparatos de repressão muito violentos, o discurso do governo era o da busca de um consenso nacional, baseado, não na luta de classes, mas no elemento nação. Nesse sentido, as teorias surgidas nesse período, como a ideia de um país de uma só “raça”, serviam bastante bem ao ideário varguista, sendo facilmente incorporadas pelo discurso oficial. Essa dimensão do esforço para evitar o conflito direto guarda profundas relações com o autoritarismo brasileiro.

Soma-se a esses aspectos de nossa cultura política o fato de que o Brasil sempre foi um país atrasado na área de Educação, em comparação a seus vizinhos latino-americanos. Vimos no capítulo anterior que a Universidade de Córdoba, na Argentina, foi criada em 1573, quando o Governo Geral na colônia portuguesa na América completava 25 anos. A escravidão e a falta de políticas públicas inclusivas após a abolição tornou o Brasil um campeão mundial em analfabetismo. Em 1900, o Brasil tinha 65% de analfabetos, considerando-se a população acima dos 15 anos (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 201).

As escolas de nível superior começaram a surgir, timidamente, na década de 1830 no Brasil, concentradas nos estados mais relevantes política e economicamente, como Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Destinavam-se à elite letrada e tinham como objetivo a formação de quadros para a administração do império independente. Na Argentina, as universidades serviram também à formação das classes médias, uma vez que os projetos educacionais mudavam de acordo com os projetos de governo no poder.

Os debates parlamentares acerca do tema da Educação, de acordo com Maria Lígia Prado, como mostram ainda Fausto e Devoto (2004), eram escassos em 1850 e tratados com pouca relevância, enquanto na Argentina ganhavam

destaque no mesmo período. Ainda que a Educação constasse da Constituição de 1891, o descaso com as políticas educacionais são uma constante, ainda, nos dias atuais⁸¹. Esse é também um fator que tem impacto na cultura política brasileira: “O baixo nível educacional da população incide claramente nos limites estreitos da formação de uma opinião pública e da participação política” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, 201).

A questão da Educação como elemento capaz de promover o exercício da cidadania é analisada por Angela Paiva (2008), em especial no tocante às favelas cariocas. Ressalta, nesse trabalho, a noção de Roche (1987, apud PAIVA, 2008), de que é por meio da educação que os indivíduos podem ter acesso a “um conjunto de recursos cognitivos que lhes possibilitarão adquirir um ‘mapa mental’ para a participação na esfera pública.” Ainda segundo a autora:

E os países que conseguiram essa universalização [*da educação*] na virada do século XIX para o século XX – como foi o caso não só de países centrais como a Inglaterra, Holanda e França, ou ainda os países nórdicos, mas também países nossos vizinhos, como a Argentina, Chile e Uruguai – são os países que lograram uma maior distribuição dos bens sociais com a ampliação de suas classes médias e, para a análise que nos interessa aqui, a universalização da educação básica. (PAIVA, 2008, 4)

Esse é um fator relevante que diferencia a cultura cívica de Brasil e Argentina. A educação defasada do Brasil, mesmo em relação a países da região, com uma história colonial e dilemas e desafios similares ao longo de suas histórias, tem por consequência uma limitação da capacidade de ação na esfera pública e até mesmo da compreensão acerca do exercício da cidadania por grande parte da população sem acesso a uma educação universalizada.

No Brasil, a mobilização política é uma tradição fraca em relação à vizinha Argentina. A partir dessa chave explicativa, fica mais clara a opção do MFPA e outros movimentos pela Anistia no Brasil, em priorizar a Anistia durante o processo de abertura política, em relação à de memória e justiça. Soma-se a essa, outra tradição, a do conflito camuflado de consenso, relacionado ao mito do pacifismo do brasileiro. Esses dois fatores têm grande influência na percepção de

⁸¹ Em 2015, em ranking estabelecido pela *Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico* (O.C.D.E.), o Brasil ficou em 60º lugar entre 76 países. < <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/brasil-ocupa-60-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises.html> > Acesso em: 01/05/2018

que era necessário “virar a página” e escrever uma nova história, democrática. E, depois, sobre bases democráticas, iniciar a luta por políticas de memória e por justiça.

O Brasil, diversamente da Argentina, fez a opção pela tentativa de se atenuar o conflito, num primeiro momento, baseando-se num consenso pontual, a Lei de Anistia. Inicialmente, a pressão que vem de parte da sociedade civil no Brasil foi para que se deixasse de fora, entre as arenas de disputa da redemocratização, a da memória social. O MFPA incorpora o ideal de Anistia “*ampla, geral e irrestrita*”, no sentido de se incluírem todos os perseguidos políticos. Julgaram que naquele momento, quando a democracia parecia um objetivo mais próximo, mas os militares ainda estavam no poder, controlando ao máximo a transição, o benefício de se ampliar a Anistia e garantir a liberdade e o retorno dos presos, exilados e clandestinos, seria maior do que o custo de perder qualquer possibilidade de diálogo com o governo.

O *Comitê Brasileiro de Anistia* chegou a apresentar, também em 1979, uma proposta de *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) para apurar denúncias de violações aos Direitos Humanos por parte do governo militar. A proposta foi rejeitada, mas significou um passo relevante naquele momento para a luta das famílias por justiça, como mostra Janaína de Almeida Telles, acerca do relato de Egle M.V. Leme e Rosalina Santa Cruz, na Convenção Nacional do MDB, em 1979:⁸²

Egle disse chorando, ao final de seu depoimento: ‘não temos ilusões sobre suas limitações [as da CPI], mas é uma forma de luta e todos nós precisamos continuar lutando. Rosalina Santa Cruz concluiu sua fala com as seguintes palavras: ‘(...) é fácil dizer que devemos esquecer tudo em nome da conciliação nacional, enquanto existem tantas famílias procurando seus filhos, sem saberem se estão vivos e onde, se estão mortos e em quais cemitérios. Não queremos vingança, queremos justiça. (TELLES, 2010, 283)

Os relatos acima são de mulheres em situação mais próxima às mães argentinas, cujos parentes - morto e desaparecido respectivamente -, não retornariam com a Anistia. A opção por anistiar não significou o fim da disputa, apenas seu adiamento, pois, se por um lado a Lei de Anistia impediria que se punissem os crimes de Estado, o retorno dos militantes e guerrilheiros fez com

⁸² mãe de Alexandre Leme assassinado pelo regime militar, cuja versão oficial foi de suicídio; e irmã de Fernando de Santa Cruz Oliveira, desaparecido, respectivamente.

que outras narrativas acerca do período da ditadura emergissem. Nesse sentido, a reunião das famílias afastadas por força da repressão e dos indivíduos que tinham também passado, ao longo de sua militância, por essa liberação cognitiva proporcionada pela experiência da ação coletiva, possibilitou que as memórias silenciadas emergissem.

3.5

A disputa narrativa: os conflitos da memória

O processo de construção da memória coletiva é uma arena de disputa discursiva, em que o passado é mobilizado de acordo com os interesses do presente, os quais definem, não só o que deve ser lembrado, como também como deve ser lembrado. Essa mobilização do passado a partir do presente se traduz em uma disputa narrativa relacionada ao projeto de futuro que os grupos desejam. Assim, a legitimação dos relatos pela opinião pública tem relação direta com o reconhecimento público de demandas, enquanto direitos de um determinado grupo.

Dessa forma, a demanda pela legitimação de uma narrativa é uma demanda por reconhecimento de um direito e de uma narrativa pela sociedade civil. A legitimação da memória dos presos políticos é condição necessária para a luta por justiça. À medida que a sociedade reconhece esses relatos como legítimos, as narrativas da resistência ganham força, legitimando, também, a ideia da necessidade de justiça. Além disso, podem resultar na reelaboração das representações sociais acerca do período.

Fraser (1997) denomina as arenas discursivas alternativas utilizadas pelos grupos sociais de pouco poder decisório na esfera pública de *contra públicos subalternos*, como foi colocado ao longo desse trabalho. A autora cita como exemplo grupos histórica e estruturalmente oprimidos, como negros, mulheres e as sexualidades alternativas. No entanto, considerando-se o processo de transição democrática gradual, controlado pelos militares no Brasil, as narrativas dos militantes surgem em esferas alternativas, de um grupo com pouco poder decisório, reunindo as características que definem o que autora definiu como *contra públicos subalternos*.

Em um primeiro momento os relatos da resistência à ditadura vão surgindo e os grupos se organizam, utilizando-se de arenas alternativas como livrarias, festivais e eventos acadêmicos. Assim, até a eleição de um presidente civil, ainda que por via indireta, em 1985, e a Constituição de 1988, que pôs fim à censura formalmente, as narrativas dos militantes constituem narrativas *fracas* (FRASER, 1997) diante das narrativas oficiais das Forças Armadas. Conforme a democracia se consolida, essas narrativas vão se tornando mais fortes e algumas conquistas concretas são alcançadas.

Nos anos 80, o discurso oficial ainda era o da *guerra suja*, na qual o inimigo ardiloso “obriga” o Estado a agir de forma violenta pela manutenção da ordem, daí o conceito de *crimes conexos*. A narrativa oficial, então, culpa a militância não só pela perda de direitos promovida ao longo do regime, mas também pela violência. Criminaliza-se a resistência. Reduz a tortura institucionalizada a excessos esporádicos, cometidos por alguns agentes da repressão. Essa narrativa vai perdendo força diante da opinião pública à medida que os relatos se multiplicam, conforme surgem os movimentos como GTNM, fortalecendo internamente esses indivíduos para tornarem públicas suas histórias.

Nesse cenário, o retorno de presos e exilados, fortaleceu esses grupos e também contribuiu para a profusão dos relatos de outra narrativa acerca do período. Ou seja, a Anistia, longe de virar a página, seria o gatilho para que muitas fossem escritas por outros prismas. Na primeira metade dos anos 1980, a demanda por eleições livres concentrou as mobilizações sociais em torno do movimento das *Diretas Já*. Na segunda metade da década de transição, a atenção se voltou aos debates da *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC). Preparava-se, assim, o terreno democrático para que os movimentos por memória e justiça pudessem aprofundar suas investigações e fortalecer suas demandas frente à esfera da opinião pública e instituições do Estado.

O processo de elaboração de uma nova Constituição transformou-se em uma experiência democrática sem precedentes na história do Brasil, apesar dos esforços conservadores. Desse modo, para os grupos como o GTNM, que se mobilizavam em torno da luta por memória e justiça, ficaram otimistas com as possibilidades que se abriam para suas demandas em um cenário democrático.

O resultado de uma Constituinte é uma Constituição escrita e codificada. Entre nós, foi muito além, porque o “processo” – isto é, a mobilização, o aprendizado, a participação, a pressão – foi maior e mais didático do que o próprio texto. A promulgação fecha uma etapa, mas não esgota uma luta. Cresceu o movimento social em meio às agruras e tensões, às derrotas e vitórias. E essa capacidade mobilizadora aumenta de intensidade para além e depois da Constituição. (MICHILES, 1989, 390)

A década de 1990 se inicia no Brasil com a posse do primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor de Mello, que se tornaria também o primeiro a sofrer um processo de *impeachment*, até renunciar em 1992. Em seu breve governo, promoveu o sequestro das poupanças nacionais, na tentativa de conter a inflação deixada pelo governo anterior de José Sarney. Tal manobra financeira fez que com que o então presidente perdesse o apoio das classes médias. Ao promover a abertura da economia, que possuía setores como informática protegidos, seu governo foi visto como responsável pelas falências das empresas que não possuíam capacidade de concorrer com os produtos importados. Vieram à tona as denúncias de corrupção feitas por seu irmão Pedro Collor e a permanência dele no cargo tornou-se impraticável.

Após a renúncia de Collor de Mello, seu vice, o Embaixador Itamar Franco, assume a presidência. Durante seu governo, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que seria depois eleito presidente duas vezes, implementa o *Plano Real* que desindexava a moeda para controlar a inflação. O sucesso do plano garantiu sua eleição. Como presidente, se comprometeu com as recomendações neoliberais para a América Latina, impostas pelos acordos com o *Fundo Monetário Internacional* (FMI), que o economista norte-americano John Williamson denominou de *Consenso de Washington* (1989).

Quanto às políticas de memória e justiça relativas à ditadura, o presidente atuou de forma contraditória. Em seu primeiro mandato presidencial, sancionou, em 1995, a *Lei dos Mortos e Desaparecidos*⁸³, que reconhecia a responsabilidade do Estado pela morte de 136 pessoas, previa reparação financeira para herdeiros, e criava a *Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (CEMDP), que ao fim de seus trabalhos, em 2007, reconheceria responsabilidade de agentes do Estado em mais de 221 mortes. Com o encerramento das atividades da

⁸³ Lei nº 9.140/1995 < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140compilada.htm > Acesso em 27/05/2018

CEMDP, houve o lançamento do livro, e documento, *Direito à verdade e à memória* (2007). Setores das Forças Armadas reagiram à publicação do livro, como foi noticiado pela imprensa à época, caracterizando a disputa narrativa, ao criticarem o livro da CEMDP, por só abordarem a versão de “um lado” (ROSITO, DAMO; 2014).

Em 2001, a Lei n.º 10.559/2002 (inicialmente medida provisória e depois aprovada pelo Congresso Nacional, em 2002) regulamentava a concessão de reparação econômica e anistia política para casos de 1946 a 1988 e criava a *Comissão de Anistia*. Por anistia política entendia-se, então, o reestabelecimento do indivíduo à condição anterior à perseguição política sofrida. A referida lei foi criticada, tanto por setores conservadores, que questionavam os valores das indenizações, por exemplo, quanto por grupos de luta por memória e justiça, que criticaram a ênfase econômica das reparações, em detrimento do comprometimento na elucidação dos casos e punição dos responsáveis. Ao fim de seu mandato, Fernando Henrique Cardoso, por decreto, aumentou o período de sigilo dos documentos pertencentes ao período de 30 para 50 anos, prorrogáveis indefinidamente⁸⁴.

Ao longo dos anos 1990, em bases democráticas, essas narrativas da militância, aos poucos, são publicizadas, paralelamente às disputas jurídicas em curso nas esferas de poder⁸⁵. Nesse processo, a semântica da resistência vai transformando os significados sociais, culturais e políticos acerca do que ocorreu no regime militar, reduzindo o estigma ou transformando a trajetória em heroica (FERREIRA, 1996). As narrativas surgem sob a forma de biografias, obras de ficção histórica, séries de TV, filmes, músicas, etc. Esse processo encoraja outros indivíduos a denunciarem a violência que sofreram nas instâncias que se abriam diante do estabelecimento da democracia.

⁸⁴ Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

⁸⁵ No Brasil, aparentemente, as narrativas militantes ganham força conforme são contadas na TV, principal veículo de comunicação no Brasil desde a década de 1970, e no cinema, nos anos 1990. O olhar da opinião pública acerca dos ex militantes muda. Aos poucos, a designação “terrorista”, ou o termo “revolução” para se referir à ditadura, vão sendo trocados por “guerrilheiro” ou “militante” e “golpe” ou “ditadura”, respectivamente. Produções como *Anos Rebeldes*⁸⁵ (1992) e *O que é isso companheiro*⁸⁵ (1997) constroem uma representação heroica da militância que se opunha a ditadura. Literalmente, reapresentam esses personagens sob um viés positivo de valorização da coragem e sacrifício pessoal em prol do bem comum. Assim, abre-se a possibilidade para que a opinião pública incorpore um discurso que demande pelo direito à Verdade e à Justiça.

No ano de 1990, houve também um episódio bastante relevante para o trabalho de grupos como o GTNM: a descoberta de uma vala clandestina no cemitério *Dom Bosco*, popularmente conhecido como *Cemitério de Perus*, em São Paulo, com mais de mil ossadas não identificadas. A denúncia acerca da existência da vala clandestina chegou ao Ministério Público Federal, em função da investigação realizada pelos grupos da sociedade civil, que se mobilizavam em torno da luta por verdade e justiça.⁸⁶ Ainda que faltassem as identificações formais das ossadas encontradas, o fato de a denúncia feita pelos grupos da sociedade civil, inevitavelmente, legitimava-os frente à opinião pública.⁸⁷

Nos anos 2000, a eleição de Lula, em 2002, trouxe grande esperança entre os grupos que lutavam por reparação de que um governo, que agregava tantos indivíduos que haviam sofrido crimes de tortura e prisões arbitrárias, acolhesse demandas de punição e direito à memória. Em 2007, a *Comissão de Anistia* passou por uma reestruturação, focando suas ações no caráter pedagógico dos relatos e de seu reconhecimento e criou as *Caravanas da Anistia*, que tinham o intuito de dar visibilidade e reconhecimento aos relatos da resistência ao regime militar. As caravanas eram parte do projeto que se estabeleceu em 2008 denominado: “*Anistia Política: educação para a democracia, cidadania e os Direitos Humanos*”.

Essa demora em acolher a demanda por memória dos movimentos sociais, bem como o não acolhimento da demanda por justiça, através da punição dos agentes envolvidos em crimes de tortura, mostra nitidamente essa cultura política do consenso. O governo cedeu às pressões pelo direito à memória, mas seguiu negando o direito à justiça, silenciando acerca da punição. Após a Lei de Anistia

⁸⁶ As primeiras identificações foram realizadas pela equipe de médicos legistas da Unicamp, liderada por Badan Palhares. No entanto, por questões orçamentárias, o trabalho foi abandonado, invalidando as identificações realizadas, por se tratar de método de identificação com alto índice de falibilidade e já ultrapassado. Em 2014, após um longo percurso de luta, foi montada uma equipe internacional multidisciplinar, que conta com especialistas de outros países da América Latina, inclusive argentinos, em identificação de ossadas de desaparecidos e presos políticos, que vem trabalhando desde então no projeto.

⁸⁷ Exatamente em função do dinamismo da sociedade civil, nos anos 1990, que se concretizava em: denúncias e processos que se avolumavam, relatos que eram publicizados em documentários e obras de ficção na TV, com amplo alcance nacional, uma narrativa histórica dos militantes que ganhava reconhecimento social, entre outros, surgiu em 1998 um grupo de oposição direta ao GTNM denominado *Terrorismo Nunca Mais* que tem o objetivo declarado de entrar na disputa narrativa da memória histórica do período. < <http://ternuma.com.br/index.php/quem-somos> > Acesso em 22/06/2018.

(1979), a discussão que pode ser feita, no sentido de se tentar anular a Anistia para os crimes de Estado, se deu no âmbito da interpretação da noção de *crimes conexos*.

Em 2010, a questão chegou ao *Supremo Tribunal Federal* (STF), a maior instância da Justiça brasileira, colocada pela OAB. Os juízes rejeitaram o pedido de revisão da Lei de Anistia, por sete votos a dois. O discurso do Ministro Cezar Peluso reforça a tradição do “consenso pacifista”: “Só o homem perdoa, só uma sociedade superior qualificada pela consciência dos mais elevados sentimentos de humanidade é capaz de perdoar. Porque só uma sociedade que, por ter grandeza, é maior do que os seus inimigos é capaz de sobreviver.”⁸⁸ A decisão do STF significou uma enorme derrota na luta por justiça. Entretanto, uma vez que tirava a ameaça de punição aos crimes cometidos por militares durante a ditadura, facilitou o estabelecimento de uma comissão que apurasse as denúncias, ouvisse os acusados contemplando a demanda por memória.

Após quase uma década de governo do PT, foi criada, finalmente, a *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), em 2011, iniciando seus trabalhos no ano seguinte. A Comissão nasce limitada, com poderes declaratórios, mas não punitivos. De todo modo, ao encerrar os trabalhos, em 2014, a CNV constituiu um amplo arquivo nacional e oficial, acerca dos crimes de Estado no período, legitimando, oficialmente, essas narrativas, fortalecendo-as frente à opinião pública.

Do ponto de vista da não punição, há ainda a nefasta herança da violência que se tornou o protocolo de ação das forças de segurança do Estado. Ao não reconhecer seus crimes, ou justificá-los pela necessidade do contexto histórico, o que se diz para a sociedade é que o Estado pode voltar a cometê-los, caso considere necessário. Certamente o Estado brasileiro sempre foi violento, mas a atualização das justificativas de violência age no sentido da permanência e naturalização dessas ações.

Até a Constituinte, a opção que se fez no Brasil foi por outra forma de luta. Era necessário, na visão da sociedade civil organizada, garantir a participação na definição das regras do jogo democrático, que regeriam o país dali para o futuro.

⁸⁸ < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515> > Acesso em 01/05/2018

Diante disso, a luta pela memória no Brasil se acirrará com atraso em relação à Argentina e à América Latina de modo geral. A opção que se fez foi por manter os canais de participação abertos, para poder ampliá-los.

Se o principal objetivo da oposição brasileira era garantir a democratização, e sabendo que sua posição era frágil no conjunto das negociações, era fácil prever que os minimalistas aceitariam as salvaguardas propostas pelos militares mesmo contra a opinião daqueles setores da sociedade que queriam uma democratização mais acelerada. (D'ARAÚJO, 2008, 227) ⁸⁹

Ainda que a opção brasileira tenha sido pelo consenso, a trajetória das mulheres que se reuniram sob a sigla do MFPA iniciou um processo de conscientização que não se extinguiu com o movimento. Como mostram as trajetórias de Zerbini e Viana, analisadas nesse capítulo, a luta política dos filhos, em meio a uma ditadura violenta, provocou a emancipação das mães. Ao se unirem enquanto tal, ainda que não mencionem diretamente, também lançam mão da estratégia da *socialização política da maternidade*, ou seja, interpretando um valor ligado à esfera privada da família, enquanto função social, ligada à esfera pública.

No Brasil, assim como na Argentina, também há filhos de perseguidos políticos que se uniram a grupos de luta por memória e justiça, como o GTNM, ou deram seguimento e apoiaram as batalhas judiciais dos pais. Todavia, como não há o aspecto do desaparecimento de filhos de militantes, essas mobilizações também estão fragmentadas em diversos tipos de iniciativas que vão de movimentos a processos judiciais familiares.

Nos dias atuais é possível observar processo semelhante que ocorre nas periferias, em razão da violência policial, dentro do quadro das “repetições sinistras”, que aponta Kehl. As mães da periferia se unem em movimentos como as *Mães de Acari*, no Rio de Janeiro⁹⁰. Em São Paulo, em maio de 2006, houve uma onda de crimes cometidos por grupos de extermínio, em resposta a ataques

⁸⁹ In: <http://docplayer.com.br/7862772-O-movimento-feminino-pela-anistia-como-partida-para-a-redemocratizacao-brasileira.html>

⁹⁰ Grupo de mães cujos filhos foram assassinados na Chacina de Acari, em 1990, que executou onze jovens, entre eles sete menores de idade, na favela de Acari. Os corpos não foram encontrados. Sobre elas foi realizado o documentário *Luto como mãe* - produção da TV Zero, Jabuti Filmes e Cinema Nosso. em parceria com CES- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) e CESEC- Centro de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes.

da facção criminosa *Primeiro Comando da Capital* (PCC). Após a tragédia, as mães das vítimas se uniram no grupo *Movimento Independente Mães de Maio na luta por Memória, Verdade e Justiça*. Ambos os grupos atuais de mães passam por processos semelhantes de construção de um sujeito político pela socialização da maternidade e direito à memória e justiça, passando pelo processo de liberação cognitiva. A execução de jovens e crianças em periferias pela polícia está cotidianamente no noticiário. Hoje, no Brasil, circulam pelas ruas camisetas com os dizeres: “*Lute como uma mãe*”, em função dessa realidade nacional.⁹¹ Assim sendo, essa ideia da experiência trágica da perda de um filho leva, até hoje, à mobilização das mulheres na esfera pública.

⁹¹ < <http://montink.camisadimona.com.br/lute-como-uma-mae> > Acesso em 27/07/2018

4

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se verificar como se deu a construção de um sujeito político feminino na Argentina e no Brasil, durante os anos 1970, pela via da memória e da socialização política da maternidade empreendida pelas *Mães da Praça de Maio* e pelo *Movimento Feminino Pela Anistia* (MFPA). A noção política de socialização da maternidade foi a estratégia principal utilizada por essas mulheres, não só para inserção na esfera pública a partir de uma função ligada à esfera privada, mas também como modo de reconhecimento social de sua demanda frente aos regimes militares da época. Nesse quadro, a memória dos filhos e do próprio movimento se destaca enquanto arena de disputa narrativa.

Na análise dos dois movimentos foram enfatizadas algumas especificidades históricas, políticas e culturais que influenciaram o funcionamento interno e as escolhas estratégicas dos sistemas repressivos e dos grupos de mulheres estudados. Apesar das diferenças ligadas à especificidade de cada caso no desenvolvimento dessa pesquisa, a noção de socialização política da maternidade destacou-se na história das *Mães da Praça de Maio* e do MFPA, enquanto aspecto relevante no processo de construção de um sujeito político feminino nesses países, ainda que tenham tido percursos distintos. Do mesmo modo tornou-se evidente que a luta pela memória de seus filhos (presos, exilados, mortos e desaparecidos), o resgate da história não-oficial contribuiu para que lograssem o apoio de outros setores da sociedade civil, juntamente com o valor social que envolve a maternidade.

Esses elementos se destacaram dentro do viés de análise da presente dissertação, uma vez que permitem observar diferenças na compreensão de noções de justiça, democracia e Estado, entre as culturas argentina e brasileira, e o modo como influenciam nos repertórios das mobilizações políticas e movimentos sociais. Dentro dessa perspectiva, também são relevantes as diferenças intrínsecas a cada sistema repressivo, argentino e brasileiro, que teve grande influência naquilo que foi priorizado pelos dois grupos analisados. De modo mais amplo, a partir das análises de Fausto e Devoto (2004), Hollanda (1936), Sábato (1998),

Pereira (2005), podemos afirmar que a tradição da cultura cívica argentina tem caráter mais confrontador enquanto a brasileira é mais conciliadora.

4.1

História e cultura cívica

Do ponto de vista histórico, na comparação entre Brasil e Argentina, para o objetivo desse trabalho, destacam-se dois elementos que se relacionam diretamente: a educação e a cultura cívica. Afinal, é por meio da educação que, como foi mencionado anteriormente, o indivíduo adquire os recursos necessários para interpretar, refletir e ressignificar as representações sociais. Dessa maneira, a escolaridade de uma população tem relação direta, não apenas com o exercício da cidadania, como também com a própria construção da compreensão compartilhada acerca dos direitos para a função dessa cidadania.

De acordo com essa perspectiva, vimos que as diferenças entre Brasil e Argentina com relação à cultura cívica e à educação têm origens nas políticas coloniais de Espanha e Portugal. Inicialmente, a questão da escravidão negra no Brasil se constitui em dimensão relevante para qualquer análise relativa ao país. Soma-se a isso, a falta de políticas que integrassem essa população à sociedade após a abolição em 1888, que teve enorme impacto na porcentagem de analfabetos entre a população brasileira. Os autores mostram que na Argentina as universidades surgem mais de dois séculos antes do que os cursos superiores no Brasil, o que trouxe grande impacto para a formação de uma classe média, para o nível de informação possível, para o aumento da socialização da cultura e para a formação do movimento estudantil. Verificam também que a preocupação com políticas educacionais existia desde o século XIX, e era discutida nas casas públicas desse país como tema relevante, ao contrário da realidade brasileira.

Outra diferença substancial na história dos dois países aqui analisados está no fato de a experiência republicana ter se iniciado após a independência da Argentina, em 1816, como em outros países da região, enquanto no Brasil o governo que se seguiu ao processo de independência, em 1822, era monárquico, regulado por um *Poder Moderador* representado pelo imperador. Esse fator traz à luz diferenças essenciais com relação à construção de um entendimento compartilhado acerca da cidadania. Um imperador que detém um poder “moderador” possui súditos, termo que remete à ideia de “sujeição”, uma

república possui cidadãos. A experiência política que decorre dessa relação entre sociedade e Estado é completamente distinta. Esse fator contribui para o sistema partidário argentino tornar-se mais estruturado do que o brasileiro e a tradição de mobilização popular mais fortalecida (FAUSTO; DEVOTO, 2004).

Ao tratar das *Mães da Praça de Maio*, levando em consideração a geração da maioria delas, o *peronismo*, episódio relevante da história argentina, foi considerado fundamental para a análise que se propôs, por duas razões principais. A primeira é a importância simbólica de Perón e Evita na história recente da Argentina como um todo. A segunda é sua relevância na cultura cívica argentina. Assim, a análise de Fausto e Devoto (2004) mostram que havia muitas diferenças nos discursos e nas práticas de Perón e Vargas. Essas diferenças, analisadas anteriormente, constroem e são construídas pelos elementos dessa cultura cívica, que tem a dimensão dinâmica comum a todos os aspectos da cultura. Vimos, também, que além dos debates nacionais sobre educação no século XIX, o governo peronista, em meados do século XX, igualmente, havia tentado implantar um projeto nacional, que tinha como um de seus eixos principais a educação e que, do mesmo modo, tinha o intuito de controlar a educação familiar, valorizando a maternidade e seu papel para o projeto de futuro peronista da Argentina, como sonhado por Perón.

Fausto e Devoto definem, ainda, os perfis de Perón e Vargas como mais confrontador e mais conciliador, respectivamente. Ao analisar esses aspectos da história dos dois países utilizando, na análise relativa ao Brasil, conceitos como o da cordialidade brasileira de Buarque de Hollanda (1936), é possível concluir que a cultura cívica argentina é mais confrontadora, enquanto a brasileira pauta-se mais pela conciliação. Isso não significa dizer que o Brasil não possui em sua história episódios de lutas e, até, de conquistas populares. O Brasil conta, sim, com episódios de grande mobilização popular em sua história, mas como ficará claro mais adiante, os discursos podem ser construídos no sentido de se evidenciar ou não o conflito.

4.2

As ditaduras da Argentina e do Brasil

A análise das *Mães da Praça de Maio* e *Movimento Feminino pela Anistia* exigiu uma breve comparação entre os regimes militares de cada país, em especial com relação aos respectivos sistemas repressivos. A análise de Anthony Pereira (2005) nos mostra que a ditadura brasileira teve uma preocupação maior, em relação à argentina e à chilena, em legalizar seus procedimentos repressivos e a supressão de remédios constitucionais como o *habeas corpus*, entre outros direitos democráticos, o que mostra também a inclinação brasileira para a tentativa de mascarar os conflitos. A maioria dos prisioneiros políticos do período desaparecia temporariamente, reaparecendo depois e respondendo a um “devido processo legal”, que pressupunha regras, ainda que fossem de caráter autoritário.

A questão dos desaparecimentos, inclusive dos filhos de militantes, enquanto política repressiva do regime ditatorial que se estabeleceu na Argentina, constitui uma diferença central para a comparação entre as *Mães da Praça de Maio* e o MFPA. Trata-se do que foi apontado como *poder desaparecedor*. Como foi salientado anteriormente, a amplitude do número de desaparecimentos permite afirmar que o *poder desaparecedor* na Argentina foi proporcionalmente muito maior e mais “institucionalizado” do que no Brasil. Foram denunciados, no país, 450 desaparecidos, enquanto na Argentina calcula-se 30 mil. Essa diferença é ainda mais gritante em função de ser o Brasil, ao contrário do vizinho, um país de proporções continentais

O desaparecimento subsequente de filhos de militantes ou guerrilheiros, que eram disponibilizados para a adoção, inclusive de famílias de militares, pode ser analisado de três formas. A primeira é que tornava os efeitos traumáticos dessa experiência ainda mais devastadores, pois prolongavam o sofrimento, impedindo de forma mais profunda o luto. A segunda é que o aspecto da adoção das crianças denota que o projeto argentino era de longo prazo, procurando afastar os filhos dos militantes daquilo que os militares consideravam uma educação nociva, semelhante à recebida por seus pais desaparecidos. A terceira, que decorre diretamente da segunda, é que, nesse sentido, culpavam as mães, indiretamente, uma vez que eram elas as responsáveis pela educação dos filhos “terroristas”. Esse fator permite afirmar que o governo militar também entendia a educação como um

projeto de futuro nacional de viés totalitário, buscando controlar a educação familiar.

No Brasil, essa repressão mais “legalista” gerou um número menor de desaparecidos, como foi mencionado em momento anterior. Grande parte dos perseguidos políticos encontrava-se preso, exilado ou clandestino. Como havia mais gente que reaparecia, a esperança de encontrar um parente com vida era maior, naturalmente. Algumas famílias visitavam seus parentes na cadeia enquanto enfrentavam os julgamentos, como relata Glória Viana (2000), outras se comunicavam por cartas, ou notícias trazidas da clandestinidade por algum “companheiro”. Não havia como, na Argentina, a quase certeza do que há de mais definitivo: a morte, em especial a morte de um filho. Ao contrário, no Brasil, o sentimento da maioria das mães envolvidas na luta era o de transitoriedade. A possibilidade de se reencontrarem com seus filhos era muito maior para a maioria das mães brasileiras. Era necessária apenas uma condição: que os “crimes” dos seus filhos fossem anistiados. Isto é, aquela condição de sofrimento teria fim com a aprovação de uma lei, era uma circunstância que mudaria em breve, portanto, transitória.

Inicialmente, os momentos em que cada movimento se articula são essencialmente distintos. Na Argentina, as *Madres* se organizam e começam a agir em plena ditadura. Sofreram repressão e tiveram membros que foram assassinados pelo regime. Em um primeiro momento, relataram também que eram muito criticadas por pessoas que cobravam apoio ao regime ou as culpavam pela conduta militante/guerrilheira dos filhos. No Brasil, o MFPA se articula no governo Geisel (1974-1979), já em um período de maior flexibilidade e mais espaços de negociação com os militares, embora ainda houvesse repressão e assassinatos, como foi o caso de Herzog. Além do mais, desde sua gênese, o MFPA se articulou com instituições da sociedade civil como a *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI) e a *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB). Como vimos anteriormente, no caso brasileiro, o conflito com as forças repressivas, quando se inicia realmente a abertura, é velado. Esses contextos distintos também têm impactos diferentes na construção da gramática de cada grupo e de sua percepção daquilo que é prioritário e de como deve ser alcançado. Ou seja, suas estratégias e recursos dependem das oportunidades políticas e das expectativas dos indivíduos envolvidos (TARROW, 2009).

4.3

Os processos de redemocratização e suas especificidades

Para o objetivo a que se propôs esse estudo, foi também necessário comparar, ainda que de forma breve em função de sua complexidade, os processos de redemocratização dos dois países aqui analisados. Inicialmente, houve uma diferença essencial: a forma como os militares deixam o governo frente à opinião pública. No caso da Argentina, a Guerra das Malvinas dá força à desmoralização dos militares frente à sociedade civil. No Brasil, o processo foi mais opaco. Ainda que as denúncias de torturas e mortes e o fim do “milagre” econômico tenham contribuído para a perda de uma parte da base de apoio dos militares, eles conseguiram controlar melhor a negociação de sua saída e, com isso, garantir anistia também para seus próprios crimes. Mais ainda, a noção de *crime conexo* responsabiliza a vítima pelos crimes cometidos contra ela mesma, afinal, a ideia que subjaz ao conceito é a de que os crimes de Estado são conexos às ações da militância, vale dizer, só ocorreram porque a militância os obrigou a isso.

O primeiro governo civil democraticamente eleito na Argentina enfrentou a questão das torturas e mortes criando a *Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas* (Conadep). Ainda que não chegue a um modelo ideal, a Argentina foi mais longe nas suas tentativas de punir os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos. No Brasil, o governo civil indiretamente eleito, de transição democrática, não enfrentou a questão. Somente em 2011 foi criada a *Comissão Nacional da Verdade*, sem capacidade de punir, apenas de relatar e recomendar. Assim, como vimos anteriormente, o Estado brasileiro já foi responsabilizado em Cortes internacionais. Houve vitórias em processos por reparação, identificação de ossadas e a criação de lugares de memória, mas nenhuma iniciativa de punição chegou perto de concretizar-se.

4.4

Distinções entre os grupos: Mães da Praça de Maio e Movimento Feminino pela Anistia

Levando-se em consideração as implicações desses aspectos acima elencados, na análise preliminar dos dois grupos estudados, as *Mães da Praça de Maio* e o *Movimento Feminino pela Anistia*, destaca-se uma diferença determinante: a composição de cada grupo. As *Mães da Praça de Maio* são um grupo composto essencialmente por mães, que contaram com o apoio individual de figuras do clero, simpatizantes, até alcançarem o reconhecimento de toda a sociedade civil. O *Movimento Feminino pela Anistia* contava com mulheres que tinham laços mais variados com os perseguidos políticos eram mães, mas também irmãs, esposas, etc., que receberam apoio de instituições da sociedade civil, como a *Ordem dos Advogados do Brasil*, a *Associação Brasileira de Imprensa* e sindicatos.

As diferenças relativas às demandas de cada grupo, de modo igual, são observadas já de início. As *Mães da Praça de Maio*, assim como as mulheres que compõem o MFPA, se conhecem (e se reconhecem) buscando seus filhos nas instituições públicas. Contudo, em função do *poder desaparecedor*, as mães argentinas pedem justiça e, ao relembrar as trajetórias, nomes e rostos de seus filhos, ao buscarem seus netos desaparecidos, constroem a memória do período, enquanto se constroem como sujeitos políticos. Assim, a demanda por memória é intrínseca ao movimento argentino. Ele se constrói a partir da memória, e é construído pela necessidade dela, enquanto forma de manterem vivos os seus filhos e o próprio movimento. Na Argentina, a memória é para as *Madres* recurso e estratégia simultaneamente.

No Brasil, o fato de estarem os perseguidos políticos temporariamente afastados do convívio de seus familiares fez com que a luta se estruturasse em torno da Anistia, e é por meio dela que a memória se transforma em pauta. Ainda que as vítimas fatais do regime não fossem poucas, para muitos existia a possibilidade do reencontro. Paradoxalmente, o grupo de mulheres que se articulou em todo país para lutar pela Anistia e elaborou seu discurso com base na ideia de anistiar, ou seja, perdoar os “crimes” cometidos pela militância e pela guerrilha, trazendo a noção de *crimes conexos*, justamente com o retorno dos

anistiados, criou condições para que viessem à tona as memórias do período, e se incorporasse definitivamente a memória enquanto direito humano, em pautas dos grupos que se organizam entre a Anistia e a redemocratização.

Apesar dessas diferenças essenciais, as *Madres* e o MFPA utilizaram como estratégia aquilo que denominamos aqui de *socialização política da maternidade*. Em ambos os casos, essas mulheres começam a se articular a partir de uma dor individual, particular, relativa à experiência da maternidade, ou seja, da esfera privada. É buscando por seus filhos em delegacias, hospitais, entre outras instituições, que elas passam a se conhecer e a reconhecer o elemento comum de suas tragédias privadas: a violência do Estado. Ao se articularem para exigir suas demandas, dando, naturalmente, visibilidade às denúncias que faziam, socializam politicamente a maternidade como estratégia de mobilização, de luta e de reconhecimento social. Transformam suas experiências acerca da função privada da maternidade em estratégia de inserção na esfera pública, em sujeitos políticos.

As *Mães da Praça de Maio*, durante a Guerra das Malvinas, já no fim do regime militar no país, utilizaram novamente a noção de uma socialização política da maternidade, de modo estratégico, no sentido de incluir no rol de mães cujos filhos foram mortos pelo Estado. Ao expandir a socialização política da maternidade, elas ampliam os argumentos contra a ditadura no país, incluindo em seu discurso as mães ligadas às Forças Armadas Argentinas, pela vida e morte de seus filhos. Ganharam, com isso, visibilidade e legitimidade frente à sociedade civil, ao mostrar que se solidarizavam com qualquer mãe que tenha tido sua maternidade interrompida violentamente pelo Estado. Aproveitaram a oportunidade política, que se abre com o desastre da Guerra das Malvinas, contribuindo para a desmoralização das Forças Armadas perante a opinião pública argentina.

No caso do MFPA, a noção de socialização política da maternidade também foi ampliada, mas como estratégia para incluir outras instituições e setores da sociedade civil na luta pela Anistia, legitimando também a demanda pela reunião dos núcleos familiares, que haviam sido separados pelo regime. O retorno dos filhos ao âmbito doméstico (pais, irmãos, tios, etc.), significava, em termos públicos, o retorno de cidadãos afastados injusta e compulsoriamente do convívio familiar, como foi possível concluir após a análise do manifesto e trajetórias de figuras como Zerbini e Viana. No caso brasileiro, buscava-se, assim,

adesão do máximo de indivíduos e instituições civis. Todavia, como foi possível observar, o retorno de presos, exilados e clandestinos ao Brasil não teve como consequência um retorno necessário à esfera privada. Ao contrário, o que se observou nas décadas que se seguiram (1980 e 1990) foi uma dinamização da esfera civil e o reordenamento, tanto das forças políticas, quanto da estrutura partidária nacional, que se intensifica com estabelecimento da democracia e as primeiras eleições diretas para presidente, a partir da década de 1990 (DAGNINO, 2002).

4.5

Narrativas da memória

O outro elemento estratégico que se destaca na construção do sujeito político feminino que analisamos nos dois grupos é a memória. Como afirmou-se anteriormente nesse trabalho, a memória é compreendida como estratégia de resistência e de mobilização, que Cornelsen (2012) denomina de *contradiscorso*, os quais são capazes de transformar as representações acerca do passado.

Com relação às *Mães da Praça de Maio*, a memória está presente como estratégia de luta desde as primeiras reuniões na referida Praça, em que narravam as histórias de seus filhos desaparecidos, levando suas fotografias, mesmo que não fosse ainda um objetivo consciente, no sentido de compreenderem, em 1977, a memória enquanto um direito humano. A cisão que depois as dividiu em dois grupos, mas não as impediu de seguir marchando juntas, às quintas-feiras, na Praça de Maio, estava relacionada, também, às políticas de memória. Mas apesar de o grupo *Associação*, liderado por Hebe Bonafini, rechaçar o que denominam de homenagens póstumas, reconhecendo como única homenagem possível a continuidade da luta pelos ideais de igualdade de seus filhos, acabam por produzir lugares de memória, através de seu site, no acervo que disponibilizaram em sua sede, na internet e pela TV pública. Esse aspecto denota que, assim como a socialização política da maternidade, a memória enquanto direito e arena de disputa de poder é basilar do movimento argentino.

Além da memória da luta de seus filhos como forma de manter vivos seus ideais de igualdade, após 40 anos de intensa atividade política, elas possuem sua

própria memória de luta, que inspirou movimentos como HIJOS que, como vimos, foram publicamente legitimados por elas, já bastante idosas, como herdeiros de sua luta. Nesse ponto, também é nítido o entrelaçamento entre passado, presente e futuro próprio da memória, à medida que mostra a preocupação das mães argentinas com seguimento da sua luta, marcada essencialmente pelas memórias de seus filhos e, hoje, delas mesmas. Trata-se da disputa narrativa em si, a partir da qual se define, ou pretende definir, no presente o quê e de que modo o passado será lembrado, assim como as representações que serão construídas a partir dessa relação no futuro.

O MFPA possui uma demanda mais específica, identificada, inclusive, no nome do grupo: “Pela Anistia”. Etimologicamente, a palavra “anistia” remete à noção de esquecimento; juridicamente, corresponde à ideia de perdão. Crimes são anistiados, dívidas idem, no sentido de serem perdoados, deixarem de existir por meio de um acordo. Diante desse objetivo, de se agregar uma gama tão diversa de projetos de país e de visões de mundo sob a bandeira da Anistia, a memória não aparece entre as reivindicações iniciais do grupo. Contudo, a luta do MFPA foi de importância fundamental para que se estabelecessem grupos que se mobilizariam pelo direito à memória, reconhecendo a disputa narrativa, ou seja, reconhecendo o conflito. Sem a mobilização popular que se deu em torno da Lei de Anistia e seus efeitos - o retorno e a reunião daqueles que resistiram à ditadura -, criaram-se as condições necessárias, à proporção que se caminhava para a redemocratização identificada aqui como momento de oportunidade política, para que os relatos, *contradiscursos*, pudessem emergir, como foi o caso da *Comissão da Verdade*.

Conclusão

Conclui-se, a partir da análise comparativa entre as *Mães da Praça de Maio* e o *Movimento Feminino pela Anistia* (MFPA), que são ações coletivas de naturezas diferentes, que partem de uma experiência de socialização política da maternidade. As *Mães da Praça de Maio* tornaram-se um movimento social sólido e internacionalmente reconhecido. Já o MFPA, embora tenha, timidamente, mantido alguma atividade até encerrar seus trabalhos nos vinte anos da Lei de Anistia, em 1999, tratou-se de uma mobilização social relevante articulada por mulheres. Todavia, ainda que possamos fazer essa distinção entre movimento e mobilização social, ambos utilizaram como estratégia a socialização política da maternidade e a construção da memória como elementos transformadores desses indivíduos, que saem da esfera privada e adentram a esfera pública, tornando-se sujeitos.

A mobilização social pode surgir, como no caso do MFPA, de uma reivindicação, que é fruto de uma ação concertada, que envolve organizações da sociedade civil, como sindicatos e associações. A mobilização não possui necessariamente os elementos fundamentais para que uma ação coletiva se transforme em movimento social. As ações coletivas partem de uma percepção de injustiça e um propósito comum, como afirma Tarrow (2009). Ao longo do tempo, no processo de mobilização, o grupo pode estabelecer os elementos que caracterizam os movimentos sociais como: recursos, estratégias, símbolos e rituais próprios. Esses elementos estão intrinsecamente ligados aos laços de solidariedade que se formam entre os membros do grupo e que interferem na permanência de um determinado movimento social.

A interpretação que se defende aqui é a de que, embora tenha sido de extrema relevância na luta pela Anistia, na história política das mulheres e na construção de sujeito político feminino, o *Movimento Feminino pela Anistia* constituiu uma mobilização política e não um movimento social, como as *Mães da Praça de Maio*. Ambos os grupos, em suas trajetórias de ação coletiva, utilizaram como estratégias a socialização política da maternidade, transformando um papel feminino, identificado com a esfera privada como o de mãe, em elemento para a elaboração de um sujeito político feminino que assume um papel

na esfera pública. Contudo, a análise dos dois grupos permitiu verificar que são de naturezas distintas.

De acordo com Melucci, não é a existência de conflito que define uma ação coletiva como movimento social. Nas palavras do autor: “Se o conflito não ultrapassa os sistemas de referência, encontramos-nos diante da competição de interesses no interior de uma certa ordem normativa.” (2001, 36). Os contextos diferentes, em que ocorre a articulação de cada grupo, estão diretamente ligados às estratégias de confronto e de conciliação assumidas pelas *Mães da Praça de Maio* e pelo MFPA, respectivamente. Tarrow mostra que os aspectos repressivos de um Estado encorajam mobilizações mais confrontadoras, ao passo que os espaços de participação existentes em regimes representativos “tornam os movimentos mais brandos” (2008, 110). Vale dizer que a escolha da estratégia da ação coletiva é influenciada pela avaliação que os grupos fazem das oportunidades políticas.

O tempo de organização também foi muito distinto. O MFPA se articula durante a ditadura, mas em um momento em que a ditadura começa a se desgastar frente à opinião pública e o governo já sinalizava para a negociação de uma abertura. As *Madres* articulam-se no ano seguinte ao golpe militar argentino, em um contexto muito diferente com relação aos espaços de negociação abertos naquele momento. Para além de cada contexto nacional, há a diferença que destacamos anteriormente entre os padrões de culturas cívicas de cada país. A estratégia utilizada pelo MFPA não ultrapassava a ordem normativa do regime. Ao contrário, era necessário reconhecerem como legítimas as possibilidades de negociação e mantê-las abertas, para a proposta da Lei de Anistia e suas ampliações. Isso significava, entretanto, o reconhecimento inevitável das instituições militares como legítimas.

Há um conflito em relação ao Estado, em torno da ampliação do texto e da aprovação da Lei de Anistia, mas esse conflito não se traduz necessariamente em confronto. É ao longo da redemocratização, que a mobilização, que se iniciou em torno da Anistia, por meio da articulação de mulheres no MFPA, ganha volume e muda de direção. Concomitantemente, o MFPA se reduz drasticamente até encerrar suas atividades. Outros grupos incorporaram a luta pela memória e pela justiça, relativas ao período da ditadura militar no Brasil. Como vimos, o MFPA teve uma importância fundamental na geração das condições para que isso

pudesse acontecer, entretanto, uma pauta tão pontual como a Anistia, baseada em princípios vagos que buscavam abarcar os mais diferentes setores da sociedade brasileira, tende a se esgotar, reduzindo a relevância e a visibilidade da mobilização.

O contexto político, no qual as *Mães da Praça de Maio* começam a se mobilizar, é caracterizado, essencialmente, pela falta de canais de participação. Desse modo, as *Mães da Praça de Maio* possuem o caráter antagonista de que nos fala Melucci (2001), referindo-se a movimentos sociais cujos objetivos e formas de ação são inconciliáveis com a ordem estabelecida. O aspecto de confronto à ordem vigente de suas ações é claro e profundo. Diante do *poder desaparecedor* não há possibilidade de negociação ou diálogo, ensejando outras estratégias de ação. Aqui, não há um conflito com o Estado, mas contra aquele Estado como um todo. Os objetivos e princípios, nesse caso, são mais definidos. A demanda por justiça e a busca pelos netos permitiram que, mesmo após a redemocratização argentina, o grupo permanecesse com um objetivo definido, reconhecendo como adversário qualquer governo democrático que retrocedesse nas conquistas já obtidas.

As *Mães da Praça de Maio* têm hoje seu símbolo, o *pañuelo* branco, marcando seu trajeto de marcha na Praça de Maio. Estão simbolicamente presentes num dos mais tradicionais palcos de reivindicações políticas do país. De movimento que buscava visibilidade e publicização de suas demandas, passou a ser um agente com grande capacidade de articulação nacional e internacional, procuradas por outros grupos por sua capacidade de tornar públicas demandas políticas. Em 40 anos de luta, inseriram-se definitivamente na história política da Argentina contemporânea. Hoje, suas estratégias, símbolos, rituais, entre outros elementos constitutivos dos movimentos sociais, servem de cartilha para outros movimentos.

As *Mães da Praça de Maio* e o MFPA, ainda que possuam naturezas diferentes, que tenham influenciando em suas trajetórias, têm em comum a estratégia da socialização política da maternidade para a inserção na esfera pública, por meio da qual se dá, nesse processo, a construção de um sujeito político feminino, no Brasil e na Argentina. Essa socialização política da maternidade consistiu na estratégia de se utilizar de um universo feminino tradicionalmente construído, no qual a função feminina é a dos cuidados da

família e educação dos filhos, ou seja, circunscrito à esfera privada, para construir uma função política da mulher na esfera pública. Elas não eram feministas, mas a *liberação cognitiva*, que ocorreu nesse processo, foi a condição necessária para a tomada de consciência que se desdobra no Sujeito.

Trata-se da inversão do discurso tradicional, segundo o qual a mulher não seria “naturalmente” vocacionada para agir na esfera pública pelo bem comum, uma vez que essa natureza feminina tenderia a proteger o âmbito privado, privilegiando assim a família em detrimento do bem comum. Ao socializar politicamente a maternidade, valorizam a suposta natureza cuidadora feminina enquanto capital político. Mas, ao contrário de grupos conservadores que reivindicam o retorno da mulher à esfera privada, as *Mães da Praça de Maio* e o MFPA transcenderam essa naturalização do ser feminino, conforme se inseriram na esfera pública em defesa da memória de seus filhos - mortos ou compulsoriamente afastados - e pela própria experiência de emancipação política pela qual passaram.

A ideia de reconhecimento perpassa todo esse processo. Inicialmente, reconhecem-se umas às outras como mães que vivem uma tragédia semelhante, conseqüentemente, identificam um propósito comum. Ao se mobilizarem para a ação coletiva, suas demandas ganham visibilidade e, aos poucos, vão sendo reconhecidas por outros setores da sociedade civil. A experiência no grupo, na ação coletiva, e o reconhecimento de outros setores contribuem para que elas mesmas se reconheçam como sujeito político e histórico, uma vez que, como mostram Taylor e Honneth, o reconhecimento é sempre dialógico.

A memória se insere nessa questão por constituir uma das principais arenas nas quais se trava a disputa narrativa, e de que participam os dois grupos, argentino e brasileiro. A memória, enquanto arena discursiva que pretende ressignificar o passado, em função das representações sociais que se deseja construir no futuro (SANTOS; 2003), na análise que aqui se apresentou, está relacionada com a estratégia da socialização política da maternidade enquanto dimensão desse processo de construção de um sujeito político feminino.

No caso das mães argentinas, como já foi colocado, a memória se impõe como estratégia de luta no início, quando, ao reunirem-se na praça, tornavam públicas as trajetórias e rostos de seus filhos. É a manutenção da memória que impede o esquecimento daquilo que desaparece. Ao longo de 40 anos de

atividade, constituíram um enorme acervo sobre a memória de seus filhos e também, naturalmente, do próprio movimento. Além disso, afirmam, como foi mostrado no capítulo dois, que seus filhos vivem através de seus ideais, que elas mantêm vivos. Duas interpretações são possíveis a partir desse enfoque: a primeira é que elas, nesse processo de construção do sujeito político feminino, incorporaram os ideais de igualdade defendidos por seus filhos, ou seja, a própria memória dos filhos é uma via de tomada de consciência para elas; a segunda é que, embora não aceitem homenagens póstumas, defendem e buscam manter a memória da luta de seus filhos para a sua própria definição enquanto sujeito político.

As versões oficiais dos regimes militares na Argentina e no Brasil culpavam a militância, a quem acusavam de terrorismo, pelas violências cometidas pelo Estado e pela falta de liberdade. A disputa narrativa se realiza por meio da construção da memória. É nessa disputa que discursos acerca do passado considerados fracos podem ganhar força e reelaborar representações sociais sobre um determinado período. Utilizou-se aqui a conceito de *contrapúblicos subalternos*, de Fraser, para explicar de que modo as narrativas da memória militante do período vão ganhando força nessa arena discursiva. Com isso, as demandas desses grupos ganham legitimidade na esfera pública, alargando a compreensão da memória social enquanto direito humano.

O dinamismo que contagiou a sociedade civil em diversos países que passaram por processos de redemocratização na América Latina, com os canais de participação que se abrem nesse processo, é intenso, como vimos com Dagnino (2002), D'Araújo (2008), Gohn (2014), entre outros autores. A esfera pública tornou-se mais plural. Nas décadas de 1980 e 1990, instituições democráticas foram criadas e os espaços de participação preenchidos. Esse dinamismo se traduziu na estruturação, inclusive em âmbito internacional, de diversos grupos que lutam por justiça e memória. A experiência de grupos que, de alguma forma, estão ligados em suas origens às *Mães da Praça de Maio*, ao MFPA, entre outros, ou seja, de resistência do período de ditadura, serviu de estratégia a novos grupos que se mobilizam.

Por todas as razões aqui apresentadas, a socialização política da maternidade se destacou ao longo da pesquisa comparada, como estratégia utilizada pelas mulheres que formaram as *Mães da Praça de Maio* e o MFPA e

serviu de base para a construção de um sujeito político feminino, que mobiliza uma função social atrelada à esfera privada para entrar na esfera pública, por meio de uma disputa narrativa em torno da memória. Essa disputa discursiva é influenciada, ao mesmo tempo em que influencia as representações sociais acerca do período a partir do presente e para o futuro. Ao longo desse processo de passagem da esfera privada para a esfera pública, socializando politicamente a maternidade e disputando as narrativas da memória, construíram um sujeito político feminino, que transformou, definitivamente, suas visões de mundo, de si mesmas e de sua capacidade de agir e transformar a sociedade.

Referências bibliográficas

- ADELMAN, M. Sexo, gênero, sujeito: uma entrevista com Alain Touraine. In **Revista de Sociologia e Política nº 23**: 169-174 nov. 2004 pp. 169-174.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2014.
- ASSMANN, Aleida. **To remember or to forget**: Which way out of a shared history of violence. In: ASSMANN, A.; SHORTT, L. (orgs.). *Memory and political change*, Hampshire, Ed. Palgrave Macmillan, 2012. p. 53-72.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. História Memória e esquecimento: implicações políticas. IN: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dezembro – 2007, pp. 95-111.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992.
- BIROLI, F. e MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. São Paulo, Boitempo Ed., 2013.
- BOMBAL, M.I.G., De Vítimas a Sujeito: As Mães da Praça de Maio. IN: **Revista de Ciências Humanas**, vol. 8. Nº 11, 1992.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editora, 1979; 2003.
- CALVEIRO, Pilar. **O poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo, Ed. Boitempo, 2013.
- CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria** – Uma ruptura pela anistia. Associação Nacional de História – Anpuh XXIV Simpósio Nacional De História – 2007 < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0511.pdf> >
- CASTRO, C.; D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G.A. (Orgs.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- CIRIA, A.; SANGUINETTI, H. **La Reforma Universitária**, Buenos Aires, Biblioteca Política Argentina, 1987.
- COHEN, J.; ARATO, A. Politics and the reconstruction of the concept of civil society In: HONNETH, MCCARTHY, OFFE and WELMER (ed.), **Cultural-political interventions** in the unfinished project of enlightenment. Mass.; MIT Press, 1999.
- COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília** - Esfera pública, democracia, configurações pós nacionais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.”. In: **Política & Sociedade – nº 5**, 2004. pp. 139 – 164.

DANTAS, Eudoxia Ribeiro. **Voltando no tempo**. Rio de Janeiro, Ed. Sete Letras, 1998.

D'ARAUJO, M. C. **Sobre partidos e qualidade da democracia no Brasil**. Uma versão ampliada deste trabalho foi apresentada no Seminário Internacional - Partidos políticos y calidad de la democracia. Novembro de 2008, Ciudad de México pp. 217-238.

DODEBEI, Vera e GONDAR, Jô (orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro, Ed. Contra capa, 2005.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F.J. **Brasil e Argentina** – Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo, Editora 34, 2004.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1996.

FRASER, N. Rethinking the public sphere In: **Justice Interrupts** – Critical Reflections on the “post socialist” condition. NY, Routledge, 1997.

GASPARI, E. **A Ditadura Encurralada**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2004.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I.; SANTOS, TRINDADE Z. A.; SANTOS, M. de F. S. (orgs.). **Mulheres e militância** – Encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012. [1974]

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

HABERMAS, J. – **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo, Ed. Unesp, 2011 [1962; 1990]

_____. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig (ed.) **Habermas and the public sphere**. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2013

HIRATA, H. et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Ed. UNESP, 2009.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. São Paulo, Ed. 34, 2003.

KEHL, M. R., Tortura e sintoma social. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs.). **O que resta da ditadura?** São Paulo, Ed. Boitempo, 2010.

_____. Políticas do ressentimento. In: **Ressentimento**. SP, Casa do Psicólogo, 2015.

LE GOFF, J. **História e Memória**, Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

MANGONI, C.; WARLEY, J.A. **Universidad y peronismo (1946-1955)**, Buenos Aires, Biblioteca Política Argentina, 1984.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para Mapear o Confronto Político. IN: **Lua Nova**, nº76, 2009, p. 11-48.

MICHILES, Carlos. [et al]. **Cidadão e Constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MILLET, K. **Sexual Politics**. Nova York, Ed. Equinox Books, 1971.

- MORAES, N. A. de. *Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos*. In: DODEBEI, Vera e GONDAR, Jô (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro, Ed. Contra capa, 2005, p. 89-104.
- MITCHELL, J. **Woman's Estate**. Nova York, First Vintage Books, 1971.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. IN: **Estudos Históricos**, São Paulo: PUC, 1984.
- NUÑEZ, P. A. **Memorialismo, historiografía y política**. El consumo del pasado en una época sin historia. Chile, Ediciones Escaparaté, 2009.
- PAIVA, A. R. Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais IN: Desigualdade & Diversidade – **Revista de Ciências Sociais** da PUC-Rio edição dupla, nº12, jan/dez, 2013, pp. 29-42.
- PAIVA, R. **Política**: palavra feminina. Rio de Janeiro, Ed. MAUAD, 2008.
- PAULA, A. das G. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. IN: **Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC**, Niterói, 2014.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEREIRA, A. W. **Ditadura e Repressão** – O autoritarismo e os estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo, Paz e Terra, 2005.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. IN: **Estudos Históricos**, 1989, vol. 2, nº3, p. 3 – 15.
- PORTO, W. C. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000. p. 427-436.
- PRIORE, M. D.; BESSANEZI, C. B.(orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto/Ed. UNESP, 1997.
- PRIVITELIO, L. de; ROMERO, L.A. Organizaciones de la sociedad civil, tradiciones cívicas y cultura política democrática: el caso de Buenos Aires, 1912-1976 In: **Revista de Historia**, 2005.
- RICOEUR, P. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas, Ed. UNICAMP, 2007.
- ROSITO, J.B.A.; DAMO, A. S. A reparação por perseguição política e os relatos da violência nas Caravanas da Anistia IN: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 181-212, jul./dez. 2014 < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200008> >
- SABATO, H. **La política en las calles**: Entre el voto y la movilización *Buenos Aires, 1862-1880*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1998.
- SANTOS, Myriam S. dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo, Ed. AnnaBlume, 2003.
- SARMENTO-PANTOJA, A. A performance do sofrimento no cinema pós ditatorial brasileiro. In: SARMENTO-PANTOJA, A. et. al. **Memória e Resistência percursos histórias e identidades**. Belém, Ed. UFPA, 2012.
- STEPHEN, L. **Women and social movements in Latin America**: power from below. Austin, University of Texas Press, 1997.
- TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009.

- TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: **Argumentos Filosóficos**. São Paulo, Loyola, 2014.
- TELES, J. de A. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por 'verdade e justiça' no Brasil. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs): **O que resta da ditadura?** São Paulo, Ed. Boitempo, 2010
- TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Nas fronteiras dos movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, Dossiê: movimentos sociais, vol. 21, n.1 (jan-abr. 2006).
- _____. **Pensar outramente**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2007.
- VARGAS, M.C. de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para redemocratização brasileira. IN: **IX Encontro Estadual de História**, ANPUH-RS, 2008.
- VERIKAS, E. et. al. **O gênero nas Ciências Sociais**. Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. Brasília, Ed. UNB, 2014.
- VIANA, G.A. **Glória** – Mãe de Preso Político. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- ZABALETA, M.R. O Partido das Mulheres Peronistas: história, característica e consequências (Argentina 1947-1955) IN: **Diálogos, DHI/UEM**, v. 4, n. 4: 1-32, 2000.

Sites pesquisados:

Agencia Pública de Notícias do Equador e América do Sul

< <https://www.andes.info.ec/en/noticias/mundo/18/madres-de-la-plaza-de-mayo-acusan-a-gobierno-de-macri-por-orden-de-allanamiento-a-su-sede>>

Associação Mães da Praça de Maio

< <http://madres.org> >

Biblioteca Nacional

<
http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=95478&url=http://memoria.bn.br/docreader# >

British Broadcasting Corporation – Brasil

<
https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2012/07/120726_galeria_evita_ru >

Cifra Club

< <https://www.cifraclub.com.br/> >

El País

< <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-62101-2006-01-25.html> >

Estadão Notícias (O Estado de São Paulo)

< <https://www.estadao.com.br/> >

Folha de São Paulo

<<http://temas.folha.uol.com.br> >

G-1

< <https://g1.globo.com/> >

HIJOS

< <http://www.hijos-capital.org.ar> >

Mães da Praça de Maio – Linha Fundadora

< <http://madresfundadoras.blogspot.com.br/> >

Memorial da Anistia

< memorialanistia.org.br >

Memórias da Ditadura

< <http://memoriasdaditadura.org.br> >

Página Digital

< <http://www.paginadigital.com.ar> >

Presidência da República

< <http://www.planalto.gov.br> >

Rádio Mundial

< <http://www.radiomundial.com>. >

The Guardian

< <https://www.theguardian.com> >

Universidade de Delaware

< <http://www1.udel.edu/leipzig/254/lasmadres.h> >